

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

THALES CAVALCANTI E CASTRO

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E MARXISMO: (IM)POSSIBILIDADES DE
DIÁLOGO

Goiânia, julho de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

THALES CAVALCANTI E CASTRO

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E MARXISMO: (IM)POSSIBILIDADES DE
DIÁLOGO

Goiânia, julho de 2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

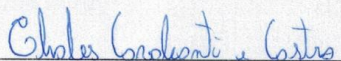
Nome completo do autor: Thales Cavalcanti e Castro

Título do trabalho: Análise do Comportamento e Marxismo: (Im)Possibilidades de Diálogo

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a)

Data: 19 / 09 / 2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

THALES CAVALCANTI E CASTRO

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E MARXISMO: (IM)POSSIBILIDADES DE
DIÁLOGO

Trabalho final de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, linha de pesquisa Bases Históricas da Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior.

Goiânia, julho de 2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.
Cavalcanti e Castro, Thales
Análise do Comportamento e Marxismo [manuscrito] :
(Im)Possibilidades de Diálogo / Thales Cavalcanti e Castro. - 2016.
cxi, 111 f.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior. Dissertação
(Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2016.

Bibliografia.

Inclui tabelas, lista de tabelas.

1. behaviorismo. 2. behaviorismo radical. 3. análise do
comportamento. 4. marxismo. 5. emancipação. I. Lacerda Júnior,
Fernando, orient. II. Título.

CDU 159.9

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-060

Fones: 3209-6215. E-mail ppgpufg@gmail.com



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DE THALES CAVALCANTE E CASTRO**

Aos **vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (26/08/2016)**, às **17:00 horas**, reuniram-se os componentes da Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado: Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior, doutor em **Psicologia** pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Prof. Dr. André Vieira dos Santos, doutor em **Ciências Biológicas (Filosofia)** pela Universidade do Rio de Janeiro e Prof. Dr. Filipe Milagres Boechat, doutor em **Psicologia** pela Universidade Federal do Rio de Janeiro para, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à sessão pública de defesa da dissertação intitulada: “**Análise do Comportamento e Marxismo: (Im)Possibilidades de Diálogo**”, em nível de Mestrado, área de concentração em Psicologia, de autoria de **Thales Cavalcante e Castro**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. **Fernando Lacerda Júnior**, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu início às atividades de apresentação, apreciação e avaliação da dissertação de mestrado. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-lo **aprovado**. Os trabalhos foram até às **19:20 horas** e eu, **Maria do Rosário Silva Resende**, subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Goiânia, aos **vinte e seis dias do mês de agosto 2016**.

Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior– (Orient.) Fernando L. Júnior

Prof. Dr. André Vieira dos Santos André Vieira dos Santos

Prof. Dr. Filipe Milagres Boechat Filipe Milagres Boechat

Maria do Rosário Silva Resende (Subcoordenadora do PPGP) Maria do Rosário Silva Resende

Agradecimentos

Tenho muitos agradecimentos a fazer àqueles que acompanharam essa trajetória e que contribuíram de diferentes maneiras no desenvolvimento deste trabalho.

A minha mãe, minha irmã Thayná, minha tia Mara pelo apoio e carinho durante todo o tempo.

Ao professor Fernando pelo olhar crítico e reflexivo durante as orientações para realização desse estudo. Sou grato pelas discussões, indicações de leitura, pela relação de amizade, respeito e confiança.

A professora Elisa que através do seu olhar crítico, coerência e experiência trouxe importantes contribuições ao trabalho no exame de qualificação.

Para além das contribuições neste trabalho, também agradeço aos professores Elisa e Fernando pelo acompanhamento durante minha trajetória acadêmica desde a graduação, pelas experiências formativas construída em conjunto, pelo exemplo de dedicação e compromisso com as atividades dentro e fora da academia.

Ao professor Filipe Milagres Boechat pelas discussões, reflexões e sugestões ao trabalho no exame de qualificação e pelo aceite na banca examinadora.

A professor André Vieira dos Santos, pelo aceite na participação da banca examinadora, pela disponibilidade ao diálogo nessas contribuições.

Agradeço a Danielly pelo acolhimento nos momentos de desespero acadêmico, pelas grandes contribuições no trabalho e pela amizade.

Agradeço a Fernanda e Marisa, pelo apoio, companheirismo e compreensão nas atividades do CEPAE e pela amizade.

Aos meus e minhas colegas de mestrado, especialmente Angela, Tainá, Mayk, Maraiza e Wellington pelas conversas, desabafos e discussões em grupo nessa árdua passagem no mestrado.

Aos outros tantos amigos e amigas que não citarei sob o risco de deixar alguns nomes de fora, gostaria de agradecer pela compreensão das minhas ausências, ansiedades, por me encorajar e me fortalecer.

Para estos profetas del nuevo dogma, el conductismo no da otro horizonte conceptual más que el de ser un producto ideológico del pragmatismo filosófico del imperialismo norteamericano. ¡Marx se apiade de ellos! (Ribes, 1982).

Sumário

Agradecimentos.....	7
Lista de tabelas.....	11
Resumo.....	12
Abstract.....	13
Introdução.....	14
Método	18
Procedimentos.....	19
Capítulo 1 - Análise do Comportamento.....	22
1.1 O behaviorismo de Watson e o neobehaviorismo.....	22
1.2 Influências filosóficas do pensamento skinneriano.....	30
1.3 Fundamentos do behaviorismo radical.....	40
1.4 Compromissos ético-políticos e algumas críticas feitas à análise do comportamento....	43
Capítulo 2 - Marxismo.....	50
2.1 A especificidade do pensamento de Marx.....	52
2.2 O Marxismo, formação da personalidade e alienação.....	55
2.3 Emancipação.....	59
2.3.1 Liberdade para liberalismo e liberdade na teoria marxiana.....	59
2.3.2 Emancipação política X emancipação humana.....	60
2.3.3 Pré-condições da emancipação humana.....	61
Capítulo 3 – Relações entre o Behaviorismo e o Marxismo.....	65
3.1 Apresentação dos textos.....	66
3.1.1 Mishler (1976). Skinnerism: materialism minus the dialectic.....	66
3.1.2 Foster (1978). Marxism and behaviorism: ideological parallels.....	67
3.1.3 Ulman (1979). A critique of skinnerism: materialism minus the dialectic.....	68
3.1.4 Ardila (1980). Conductismo y marxismo.....	69
3.1.5 Alcaraz (1985). Algunos mitos sobre la conducta: el marco ideológico de nuestra sociedad.....	70
3.1.6 Ribes (1985). ¿Conductismo o marxismo?: un falso dilema.....	71
3.1.7 Freixa i Baqué (1985). El conductismo y el marxismo en Francia: el conductismo, Skinner, la izquierda y los otros; Freixa i Baqué (1992). El conductismo en Francia: la figura de Pierre Naville.....	72
3.1.8 Ulman (1986). A behavioral-marxist reply to Schwartz and Lacey.....	73
3.1.9 Lacey e Schwartz (1986). Behaviorism, intentionality, and socio-historical structure.....	74
3.1.10 Ulman (1991). Toward a synthesis of Marx and Skinner.....	75

3.1.11 Osuna (1993). Conductismo y marxismo leninismo.....	76
3.1.12 Ulman (1995). Marxist theory and behavior therapy.....	77
3.1.13 Ulman (1996). Radical behaviourism, selectionism and social action.....	78
3.1.14 Andery e Sérgio (2003). Metacontingencias y dialéctica: ¿son incompatibles?.....	79
3.1.15 Urdy (2005). Marxismo y conductismo en psicología: un debate interminable...	79
3.1.16 Fedorov (2010) - Behaviorology and dialectical materialism: on the way to dialogue.....	80
3.2 Descrição das categorias de análise	81
3.2.1 Fundamentos.....	81
3.2.2 Concepção de behaviorismo.....	83
3.2.3 Concepção de marxismo.....	85
3.2.4 Tipo de relação.....	87
3.2.5 Concepção de transformação social.....	89
3.3 Análise.....	91
Considerações finais.....	95
Referências.....	102
ANEXOS.....	113
ANEXO A - Lista de artigos não utilizados durante a pesquisa em razão da insdisponibilidade ou dificuldade de acesso do material.....	113

Lista de tabelas

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo analisar a relação entre análise do comportamento e o marxismo problematizando os fundamentos e concepções de transformação social presentes nas propostas de diálogo. Teve como objetivos específicos: a identificação das principais preocupações presentes em trabalhos que relacionam a análise do comportamento e marxismo; a identificação do tratamento dado tanto aos fundamentos da análise do comportamento, quanto aos do marxismo; a identificação na literatura sobre as concepções de transformação social a partir das propostas de articulação entre o marxismo e a análise do comportamento; a discussão das possibilidades de contribuição e contradições presentes na relação entre análise do comportamento e marxismo. A pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, investigou 17 textos que houvesse um diálogo entre a análise do comportamento e o marxismo ou uma tentativa de ampliar uma dessas teorias com outros referenciais. Os textos foram categorizados em cinco eixos de análise: 1) os fundamentos dos trabalhos, 2) a concepção de behaviorismo, 3) concepção de marxismo, 4) tipo de relação e 5) concepção de transformação social. Apresentou como resultados: não há uma única concepção de behaviorismo ou marxismo nos textos analisados; em todos os textos, o marxismo aparece apenas como um campo do conhecimento, ou seja, tem o objetivo de estudar a sociedade capitalista; em metade deles, o marxismo aparece também como guia para a ação, com diferentes acepções como crítica à sociedade, concepção revolucionária, além de trabalhos que não trazem nenhuma concepção de transformação social. Esses resultados podem contribuir na reflexão crítica sobre os limites e possibilidades na relação entre a análise do comportamento e o marxismo em relação aos esforços por emancipação humana.

Palavras-chave: behaviorismo, behaviorismo radical, análise do comportamento, marxismo, emancipação.

Abstract

This study aimed to analyze the relationship between behavior analysis and Marxism questioning the foundations and concepts of social transformation present in the proposals of dialogue. The work had the following objectives: to identify the main concerns present in works that relate to behavior analysis and Marxism; the identification of the treatment given to both areas; the identification of the concepts of social transformation from the proposed link between Marxism and Behavior Analysis; the discussion of possible contributions and contradictions in the relationship between Behavior Analysis and Marxism. The research is a literature review that investigated 17 texts there was a dialogue between behavior analysis and Marxism or an attempt to expand one of these theories with other frameworks. The texts were categorized into five axes of analysis: 1) the fundamentals, 2) the definition of behaviorism, 3) definition of Marxism, 4) type of relationship and 5) concept of social transformation. The research reached the following results: there is no single conception of behaviorism and Marxism in the analyzed texts; in all text, Marxism appears only as a field of knowledge, i.e., aims to study the capitalist society; in half of them, Marxism appears also as a guide to action, with different meanings as critical to society, revolutionary design, as well as jobs that do not bring any conception of social transformation. These results can contribute to critical reflection on the limits and possibilities in the relationship between Behavior Analysis and Marxism in relation to efforts for human emancipation.

Keywords: behaviorism, radical behaviorism, behavior analysis, Marxism, emancipation.

Introdução

Ao longo da história da psicologia surgiram diferentes concepções a respeito de qual seria seu objeto e quais métodos serviriam para estudá-lo, o que torna a psicologia não uma ciência unificada, mas uma com diferentes projetos. Esses projetos não trazem uma única ontologia e epistemologia, o que se traduz em diferentes visões sobre a finalidade do conhecimento produzido pela psicologia, ou seja, múltiplas visões sobre em que medida esse conhecimento reproduz a sociedade vigente ou tem o potencial de transformá-la.

A diversidade de objetos, métodos e epistemologias reflete diferentes interesses sociais, posto que, de acordo com o projeto de psicologia, é possível manter relações de dominação ou contribuir com processos de emancipação. Não há um projeto de sociedade único no seio da psicologia. Ao privilegiar uma ou outra dimensão, cada abordagem aponta qual deve ser o foco do estudo e da intervenção. Ao se privilegiar a dimensão individual, por exemplo, aponta-se que o objetivo é a mudança de questões subjetivas, não dos contextos sociais nos quais os indivíduos se inserem.

A existência de projetos tão diversos tornou necessário um questionamento do papel da psicologia enquanto ciência e profissão. Nas práticas e construções teóricas tradicionais, os psicólogos focavam-se apenas nos aspectos subjetivos daqueles com quem trabalhavam, em detrimento do conhecimento da realidade social na qual estavam inseridos. Na interface com o campo educacional, por exemplo, até os anos 70 e 80 do século XX, a psicologia acabou por reduzir-se a uma “psicologia do escolar”, com foco na avaliação de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem, sendo nítido seu descompromisso com relação às questões fundamentais da educação, reafirmando o papel subserviente da psicologia assumido ao longo de sua história, seja na conservação da estrutura da escola tradicional ou mesmo da própria ordem social na qual ela se insere (Meira, 2000).

Nessa época surge um movimento de contraposição às práticas e teorias vigentes no campo da psicologia que naturalizavam as contradições sociais. Quanto às críticas ao papel da psicologia, afirma Yamamoto (1987):

Associada a essa discussão, e consequência dela, surgiram ao longo dos anos 70, estendendo-se até hoje, experiências diversas que pretendem ser alternativas para esta situação “crítica” da Psicologia. E tais alternativas estão relacionadas ao significado social da profissão e a um possível papel “transformador” que a Psicologia poderia ter (p. 13).

A acusação de inadequação de modelos teóricos e debates sobre qual deveria ser a função social do psicólogo culminaram na busca por novos procedimentos de trabalho e novos modelos de interpretação da realidade social e no surgimento de projetos que visavam a construção de uma psicologia comprometida com a transformação da realidade social. Entre os projetos alternativos de crítica em psicologia, encontramos aqueles que tentaram uma articulação com o marxismo, visando, em alguns casos, apresentar novos modelos de interpretação da “questão social”¹. Dentre essas propostas teóricas é possível encontrar proposições originais, como a de Vigotski, nos anos 20 e 30 do século XX. Outras proposições buscaram a articulação com projetos já existentes, como aqueles que encontraram na psicanálise uma articulação entre a análise freudiana dos processos psíquicos e a análise marxista dos processos sociais.

Entre as propostas de articulação da psicologia e marxismo, uma que parece relevante é aquela que relaciona marxismo e análise do comportamento. Enquanto a análise do comportamento visa libertar o indivíduo dos controles aversivos² (Melo, 2008) e de ajudar a exercer o contracontrole (Sá, 1985), o marxismo busca, num âmbito mais amplo, a emancipação humana, a superação da exploração do homem pelo homem que elimina a sociedade de classes (Souza & Domingues, 2012). Ambos, de maneiras diferentes, trazem projetos de mudança social.

A análise do comportamento e sua filosofia, o behaviorismo radical, se embasam no estudo das interações entre o indivíduo e o ambiente (físico e social). É nesta interação, que ocorre em uma relação na qual o indivíduo modifica o ambiente e é modificado por este, que as explicações dos comportamentos são buscadas.

No campo da análise do comportamento, é comum encontrarmos discussões como a de Skinner (1957/2003), com a defesa de que a mudança cultural e a solução de problemas sociais não devem ser produtos do acaso, mas produtos de um planejamento elaborado a partir de princípios científicos. O autor argumentava, ainda, a favor da necessidade da reorganização das estruturas sociais, de modo a criar nelas mais controles positivos e menos controles aversivos. Além das discussões teóricas, na análise do comportamento também encontramos

1 Segundo Iamamoto (2001, p. 10), a questão social “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”.

2 O termo “controle” na análise do comportamento assume o significado de que um evento tem sua probabilidade alterada por outro. O termo “controle aversivo” assume um significado mais específico, sendo que “Libertar-se dos controles aversivos gerados pelo ambiente físico significa comportar-se de maneira a evitar estímulos aversivos (que podem ser prejudiciais para os organismos) ou engajar-se em comportamentos de fuga desses estímulos” (Melo, 2008, p. 137).

relatos de intervenções que visam resolver problemas em comunidades, como o controle de resíduos sólidos (Abreu, 1990), falta do uso de cinto de segurança (Johnson & Geller, 1984), combate ao uso de linguagem racista (Guerin, *Combating Prejudice and Racism: New Interventions from a Functional Analysis of Racist Language*, 2003), entre outros.

O socialismo científico de Marx e Engels traz um projeto radical de transformação social por meio de uma revolução da classe trabalhadora com a socialização da propriedade dos meios de produção. Parece pertinente a crítica marxista da sociedade, aliada a um projeto de transformação social, no seio de uma sociedade marcada por crises econômicas e sociais, exploração dos trabalhadores e acirramento das lutas sociais, tendo em vista a necessidade da superação da sociedade capitalista para a emancipação humana (Souza & Domingues, 2012).

Apesar de visões diferentes quanto à sua superação, em Marx e em Skinner a sociedade capitalista aparece como problemática. Em Marx, o capitalismo aparece como um sistema de produção que produz a alienação e a exploração do trabalhador, cuja superação depende do nível da consciência de classe e das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção. Para o fundador do behaviorismo radical, certas práticas culturais no capitalismo se mostraram prejudiciais à vida em sociedade, já que não fortalecem comportamentos favoráveis à sobrevivência humana. Skinner critica os padrões de consumo da sociedade ocidental e suas consequências, como o desperdício e a poluição, e afirma ainda que “o sistema de lucro é ruim, mesmo quando o próprio trabalhador obtém os lucros, porque a tensão do excesso de trabalho não é aliviada nem mesmo por grandes lucros” (Skinner, 1958/1978, p. 54). Segundo Rodríguez (2005), “Skinner critica os pilares fundamentais do paradigma econômico e social atual, como o são o egoísmo como base para o bem-estar social, o consumismo como motor econômico e a liberdade segundo o capitalismo” (p. 217).

Nota-se, assim, alguns pontos de aproximação entre os dois campos, como a crítica às configurações sociais atuais e a busca por mudanças sociais. Neste sentido, alguns trabalhos, como os de Ulman (1991) e Ribes (1985), exploram possibilidades de diálogo entre a análise do comportamento e o marxismo. Contudo, trabalhos como estes, que buscam estabelecer um diálogo entre estes campos, são escassos e, segundo Galindo (2004), não tiveram grande difusão.

Essa situação é comum no campo da psicologia, no qual certos projetos são hegemônicos. Entretanto, é importante resgatar projetos que foram marginalizados na história da psicologia, mas que discutem possibilidades de transformação social. Neste sentido, o presente trabalho vem realizar o resgate de um desses projetos marginalizados – a articulação entre marxismo e análise do comportamento.

Desde a graduação tenho me aproximado desses dois campos que me chamaram a atenção por apontarem para os limites das configurações sociais atuais. Guiado pelo meu interesse pela análise do comportamento, participei de diversas atividades como pesquisa, grupos de estudos e monitoria. Durante meu percurso acadêmico, também tive a oportunidade de entrar em contato com discussões sobre marxismo e textos de Marx durante a realização de algumas disciplinas. Participando de atividades acadêmicas e em contato com a militância, me veio o questionamento sobre a possibilidade de contribuição da análise do comportamento para a efetivação da transformação social preconizada em Marx. A partir desse questionamento, comecei a pesquisar o assunto e me deparei com a existência de alguns trabalhos, em especial das décadas de 70 e 80, que discutiam essa possibilidade.

Diante do exposto, levantei algumas questões que tentarei responder a partir desta pesquisa: o referencial analítico-comportamental permite um questionamento dos fundamentos da ordem capitalista? É possível uma conciliação entre a análise do comportamento e marxismo, tendo em vista que partem de bases distintas? É necessário um redirecionamento da “ciência do comportamento” ou ela é incompatível com o marxismo?

Considerando o interesse surgido em minha formação pelo debate de teorias e práticas que promovam mudanças sociais e rompam com modelos reprodutores da sociedade capitalista e pela necessidade de uma psicologia que seja crítica e de uma crítica da psicologia, o presente trabalho teve como objetivo o resgate de uma proposta marginalizada na história da psicologia – a relação entre a análise do comportamento e o marxismo – problematizando os fundamentos e concepções de transformação social presentes nas possíveis articulações. Apesar de também ter proximidade com a análise do comportamento, o objetivo desta pesquisa é analisar as relações tomando como base a tradição marxista, que será abordada no capítulo 2. A partir disso, investigou-se num conjunto de textos se havia um diálogo entre a análise do comportamento e o marxismo ou uma tentativa de ampliar uma dessas teorias com outros referenciais.

Como objetivos específicos pretende-se: (a) identificar as principais preocupações presentes em trabalhos que relacionam a análise do comportamento e marxismo; b) identificar o tratamento dado tanto aos fundamentos da análise do comportamento, quanto aos do marxismo; c) identificar na literatura as concepções de transformação social a partir das propostas de articulação entre o marxismo e a análise do comportamento; d) discutir as possibilidades de contribuição e contradições presentes na relação entre análise do comportamento e marxismo.

Método

A pesquisa enquanto um método formal para se conhecer a realidade pode se constituir a partir de múltiplos caminhos, são muitas formas e métodos de se operar a busca por dados e o pensamento reflexivo sobre os mesmos (Marconi & Lakatos, 2011). Considerando a pesquisa um processo sistemático de se estudar a realidade, faz-se necessária a discussão sobre os procedimentos metodológicos, ou seja, sobre as lentes específicas que servirão de guia no processo de investigação (Lima & Miotto, 2007).

As pesquisas podem ser classificadas em diferentes tipos (Gil, 2002; Silveira & Córdova, 2009). A presente pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa teórica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista” (Silva & Menezes, 2001, p. 20). Neste sentido, não tem uma aplicação prática em curto prazo num campo específico, mas preocupa-se em apresentar contribuições acerca da relação da análise do comportamento com o marxismo, produzindo conhecimentos úteis para o avanço dessa discussão.

A pesquisa teórica é caracterizada por Demo (2000, p. 20) como aquela “dedicada a reconstruir teorias, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos aprofundar fundamentos teóricos”. Deste modo, a presente pesquisa tem como foco esmiuçar o que outros pesquisadores já afirmaram sobre análise do comportamento e marxismo, estabelecendo relações entre essas áreas.

Segundo Demo (2000), a pesquisa teórica é indispensável, uma vez que não é possível fazer nenhuma pesquisa sem teoria, ainda que os resultados sejam voltados a uma intervenção prática. Sendo assim, o presente trabalho, apesar de não responder uma intervenção prática imediata, visa contribuir em futuras ações fornecendo embasamento teórico-metodológico a outros pesquisadores que possam acessar esse texto.

Em relação aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica por desenvolver-se a partir do levantamento bibliográfico em materiais já elaborados por outros autores (Gil, 2002). Essa metodologia foi escolhida por possibilitar acesso as contribuições de outros autores sobre a temática abordada (Sá-Silva, Almeida, & Guindani, 2009), o que permite explorar e sistematizar as categorias presentes nos trabalhos que aproximam os dois campos de interesse já citados.

A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos que possibilita um vasto alcance de informações e a utilização e sistematização de dados

pulverizados em diversas publicações, permitindo uma definição do panorama conceitual que envolve o objeto de pesquisa (Lima & Miotto, 2007).

A partir da fundamentação conceitual obtida, a pesquisa bibliográfica oferece suporte para o estabelecimento de novas relações entre as categorias identificadas e o estudo do tema sob um novo enfoque (Lima & Miotto, 2007). As autoras destacam ainda que essa pesquisa “é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos” (p. 44). É importante ressaltar que esse tipo de pesquisa não é sinônimo de revisão bibliográfica, uma etapa prévia para a realização de toda pesquisa, uma vez que a pesquisa bibliográfica “vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente” (p. 44).

Procedimentos

Para a realização desta investigação foram definidas três etapas de trabalho conforme Gil (2002) propõe. Na primeira etapa foi realizada uma seleção do material, seguida de uma pré-análise a fim de estabelecer categorias preliminares para a classificação dos textos. Por fim, a terceira etapa consistiu na fase de leitura e análise dos textos, na qual foi efetivada a classificação do material selecionado, estabeleceram-se as categorias para análise e os dados levantados foram interpretados.

Na etapa de seleção, realizou-se um levantamento bibliográfico em textos que relacionam os dois campos teóricos, análise do comportamento e marxismo. Os trabalhos foram buscados em bases de dados de periódicos nacionais e estrangeiros (*BVS-Psi*, *Dialnet*, *Google Acadêmico*, *PEPSIC*, *Portal de Periódico da CAPES*, *PsycArticles*), periódicos específicos (*Acta Comportamentalia*, *Journal of Applied Behavior Analysis*, *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, *Revista Cubana de Psicología*, *The Behavior Analyst*) e um livro com referências bibliográficas sobre marxismo e psicologia (Coe, 1980). As palavras-chave utilizadas combinaram termos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola relacionados à análise do comportamento (*análise do comportamento*, *behavior analysis*, *conductismo*, *Skinner*, *behaviorism*, *behaviorology*, *radical behaviorism*) com outros relacionados ao marxismo (*marxismo*, *marxism*, *marxista*, *marx*, *materialismo histórico-dialético*, *materialismo dialético*, *dialectical materialism*, *materialismo histórico*, *historical materialism*).

O levantamento bibliográfico retornou 4921 trabalhos, a maior parte dos quais se relacionavam com apenas uma das palavras-chave ou com nenhuma das áreas. Destes foram selecionados 22 trabalhos, incluídos no campo da psicologia e que relacionassem ambos os temas, uma vez que não interessava a esta pesquisa um texto que excluísse, ou que não estabelecesse relação entre esses campos teóricos.

Além do levantamento sistemático em periódicos específicos, nacionais e estrangeiros, houve um levantamento não sistemático de materiais realizado em outros mecanismos de busca, referências citadas em outros trabalhos e indicações por parte de pesquisadores, o que reuniu 21 trabalhos, totalizando 43 trabalhos.

Após isso, uma nova etapa da seleção foi realizada. Foram excluídos textos que não estavam disponíveis nas bases de busca e que não foram possíveis de se acessar com os autores ou não foram obtidos por comutação bibliográfica. Uma das dificuldades desta pesquisa, que delimitou a seleção foi a dificuldade de acesso ao material, disponível muitas vezes em resumos, ou citados por outros autores, mas indisponível³.

Nesse processo excluiu-se os textos encontrados por mencionar as palavras-chaves, mas que em sua leitura não tratavam objetivamente dos conceitos de análise do comportamento e marxismo. Textos como o de Newman (1991), Dittrich (2004), Rodríguez (2005) abordavam questões relacionadas ao socialismo, mas não se baseavam numa análise marxista, e foram desconsiderados. O texto de Ulman (1998) que utiliza “marxismo”, “Skinner”, “behaviorismo radical” nas palavras-chave, mas não traça discussões sobre o marxismo, também foi excluído. Em função da limitação de tempo, apenas artigos e capítulos de livros foram selecionados. Dessa forma, os textos de Caru e Freixa i Baqué (s.d.) e Lacerda Jr. (2010) foram excluídos por não se enquadrarem nesse critério. Após agrupar os trabalhos levantados nas duas buscas e exclusão de trabalhos, segundo os critérios descritos, 17 trabalhos foram selecionados para análise.

Os textos foram classificados em categorias. Para isso elaborou-se uma ficha de registro das leituras com os seguintes campos: autoria, título, ano de publicação, tópicos de conteúdo e palavras-chaves. Uma primeira leitura seletiva dos textos permitiu a identificação das categorias descritivas segundo elementos emergentes e conceitos, como sugerem Lüdke e André (1986). A identificação de tais categorias teve por objetivo permitir a análise e discussão de como os temas emergentes aparecem na literatura levantada.

3 No anexo A encontra-se uma lista de artigos não utilizados durante a pesquisa em razão da indisponibilidade ou dificuldade de acesso do material.

A categorização, segundo Bardin (2011), “são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (...) sob um título genérico, agrupamento efetuado em razão das características comuns destes elementos” (p. 147). De acordo com Selltitz, Jahoda, Deutsch e Cook (1967), as categorias devem apresentar coerência interna, sendo que o conjunto dessas deve atender a alguns critérios básicos como ser derivado de um único princípio de classificação, ser exaustivo, abrangendo todo o tema em estudo e por fim as categorias devem ser mutuamente exclusivas, não sendo possível colocar um dado em mais de uma categoria.

A partir da leitura, os textos foram categorizados a partir de cinco eixos: (1) ponto de partida, (2) concepção de behaviorismo, (3) concepção de marxismo, (4) tipo de relação e (5) concepção de transformação social.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos que abordam: um histórico, influências do pensamento skinneriano, fundamentos do behaviorismo radical e compromissos ético-políticos e algumas críticas feitas à análise do comportamento (capítulo um); uma caracterização do marxismo, a contribuição ontológica do pensamento de Marx e uma discussão sobre emancipação (capítulo dois); a apresentação e análise dos textos selecionados (capítulo três); por fim, nas considerações finais, apresenta-se uma síntese do trabalho apontando possibilidades e limites de articulação entre a análise do comportamento e o marxismo.

Capítulo 1 - Análise do Comportamento

A análise do comportamento faz parte do ramo conhecido como behaviorismo no campo da psicologia. *Behaviorismo* é um termo “guarda-chuva” que abriga diversas vertentes com semelhanças, mas também importantes distinções teóricas.

Ruiz (2015) separa o behaviorismo em três ramos. O primeiro, fundado por John Broadus Watson, é conhecido como behaviorismo clássico. O segundo, behaviorismo cognitivo, reúne trabalhos da teoria social do conhecimento de Albert Bandura, os trabalhos neocomportamentais de Edward C. Tolman e Clark L. Hull, além de outros autores. Esse segundo ramo pode ser caracterizado, de modo geral, como um modelo mediacional de aprendizagem e de comportamento que incorpora processos cognitivos, sendo compatível com os modelos cognitivos dominantes da psicologia que aderem à assunção ontológica do dualismo corpo-mente. O terceiro ramo⁴ é o behaviorismo radical, desenvolvido por B. F. Skinner, que se distingue pelo desenvolvimento do conceito de condicionamento operante e volta ao projeto de Watson de uma ciência baseada na experimentação. O que agrupa todas estas vertentes sob o mesmo termo é a ideia central de que uma *ciência do comportamento* é possível (Baum, 2006).

No presente capítulo, será apresentada a análise do comportamento, que tem como base o behaviorismo radical, abordando um histórico de seu surgimento, suas influências filosóficas, fundamentos conceituais e compromissos ético-políticos.

1.1 O behaviorismo de Watson e o neobehaviorismo

O “manifesto” de 1913 de John Broadus Watson (1878-1958) – “A psicologia como um behaviorista a vê” – (*Psychology as the Behaviorist Views it*), marca a fundação de uma nova corrente na psicologia, o behaviorismo. Segundo Watson (1913/2008), “A psicologia como o behaviorista a vê é um ramo experimental puramente objetivo das ciências naturais. Seu objetivo teórico é a previsão e o controle do comportamento” (p. 289). Neste sentido, ele reivindicava que a psicologia fosse uma parte das ciências naturais e tivesse um novo objeto de estudo: o comportamento, contrariando a ênfase no mundo mental consciente vigente em sua época.

⁴ É importante ressaltar que alguns autores como Schultz e Schultz (2002) colocam Skinner como neocomportamentalista, tendo em consideração que sua teoria veio de uma fase de evolução do comportamentalismo de Watson.

Watson condensou e delimitou os parâmetros de uma visão de psicologia como um ramo das ciências naturais (Carrara, 2005), sintetizando os pensamentos em voga que influenciavam a psicologia no início do século XX. É importante destacar, como afirma Carrara (2005), que o surgimento do behaviorismo não se deve exclusivamente à habilidade de Watson, mas ele é resultante de várias influências. Marx e Hilix (1986, citados por Carrara, 2005) condensam as principais fontes do behaviorismo watsoniano: a tradição filosófica do objetivismo psicológico, o florescimento da psicologia animal e alguns aspectos do funcionalismo.

Uma influência das origens do behaviorismo pode ser encontrada em Comte, o qual, segundo Harrell e Harrison (1938, citados por Carrara, 2005), recriminava a introspecção e o mentalismo e advogava que as funções psíquicas deveriam ser investigadas como mudanças cerebrais. Carrara (2005) afirma que

Seria essa tendência a privilegiar a observação, o objetivo, o físico, o positivo, que teria marcado a comunidade científica da Psicologia na época e que teria também motivado Watson a explicitar, no manifesto behaviorista de 1913, uma defesa veemente da inclusão da psicologia como ramo das ciências naturais (Carrara, 2005, p. 32).

Watson empreendeu um abandono da introspecção em favor da observação e da experimentação diretamente observáveis entre um organismo e seu ambiente, atribuindo à sua psicologia contornos pragmáticos voltados para a previsão e controle do comportamento (Figueiredo & Santi, 2000; Carvalho Neto, 2002).

No início do século XX, o pragmatismo de William James já estava bastante difundido nos Estados Unidos, o que impulsionou uma mudança em direção à defesa da objetividade no campo da Psicologia. Carrara (2005) afirma que “alguns dos propositores das correntes pragmatistas da Filosofia norte-americana, contemporâneos de Watson, mantinham uma tendência a argumentar que *psyche* e *somma* eram duas faces da mesma realidade fundamental” (p. 37), posição que estaria em consonância com o monismo materialista de Watson. Por monismo materialista entende-se um determinismo materialista que exclui qualquer causalidade psíquica (Tilquin, 1942).

É importante abrir aqui um parêntese. Autoras como Matos (1993; 1997, citada por Strapasson, 2012) e Chiesa (1994, citada por Strapasson, 2012) trabalham com a suposição de que Watson era dualista, ou seja, admitia uma separação entre mente-corpo. Tilquin (1942) afirma que Watson, em seus primeiros escritos, assim como admite o dualismo. A eliminação da consciência se deu por razões metodológicas. A consciência não era rejeitada, mas afirmava-se que uma psicologia científica se desinteressava por essa questão. Segundo

Tilquin (1942), o behaviorismo, inicialmente, propõe-se a estudar a consciência como objeto, sob o termo de comportamento, ao contrário da psicologia subjetiva que estudava o espírito como sujeito.

Contudo, Tilquin (1942) afirma que o behaviorismo não tardou em recusar a existência da consciência como realidade própria e a consciência é rejeitada não por razões de metodologia científica, mas se torna uma tese ontológica que acredita apenas na existência apenas da realidade material, expressão no monismo materialista.

Assim como o pragmatismo de James, outra fonte de influência seria a psicologia animal, que se tornou possível a partir da teoria evolucionária de Darwin. Após a publicação de “A Origem das Espécies”, começa-se a falar que há um eventual elo entre a inteligência do homem e de animais, o que culminou em um caráter antropomorfizador ao comportamento animal (Carrara, 2005). Segundo Carrara (2005), a atribuição de capacidades humanas a animais conduziu para o surgimento de uma psicologia animal.

Jacques Loeb – com quem Watson estudou neurologia, biologia e fisiologia (Schultz & Schultz, 2002) – se inseriu no contexto da psicologia animal e influenciou Watson no sentido da adoção do determinismo científico. Contudo, sua defesa invertia o antropomorfismo, com a procura, no comportamento humano, por reações iguais às encontradas em outros animais (Carrara, 2005).

Influenciado pela ideia de continuidade entre as espécies, Watson afirma no manifesto de 1913 que o primeiro ponto de partida para sua psicologia deveria ser o fato de que organismos, humanos e não humanos, se ajustam ao ambiente através de equipamentos de hábitos e hereditários. O autor afirma também que os comportamentos animais e humanos devem ser considerados no mesmo plano, sem apelos à consciência, sendo igualmente importantes para uma compreensão geral do comportamento. Como afirma Watson (2008):

Do ponto de vista aqui sugerido, os fatos do comportamento da ameba têm valor em si mesmos e por eles mesmos, sem referência ao comportamento do homem (...) Não obstante a possível falta de generalidade, tais estudos precisam ser feitos caso se queira que evolução como um todo seja em algum momento regulada e controlada. Similarmente, as leis do comportamento da ameba, a variedade de respostas e a determinação dos estímulos efetivos, da formação de hábitos, permanência de hábitos, interferência e reforçamento de hábitos, precisam ser determinados e avaliados em si mesmos e por eles mesmos, não obstante sua generalidade ou sua sustentação sobre tais leis em outras formas, caso se queira que os fenômenos do comportamento sejam em algum momento trazido à esfera do controle científico. (p. 300)

No trecho acima, é possível perceber que, assim como Loeb, Watson rejeitava a antropomorfização na psicologia animal. A aproximação entre comportamento animal e

humano é feita mais como uma crítica à analogia entre processos conscientes em seres humanos e animais e a necessidade de mudança nos métodos do estudo do comportamento do que uma generalização de estudos da psicologia animal para seres humanos.

A principal característica da corrente proposta por Watson seria o abandono da consciência como objeto de estudo e adoção do comportamento, em termos de estímulos, respostas e formação de hábitos, como afirma no manifesto de 1913:

Eu acredito que podemos escrever uma psicologia, defini-la como Pillsbury⁵, e nunca voltar atrás na nossa definição: nunca usar os termos consciência, estados mentais, mente, conteúdo introspectivamente verificável, imagem mental e similares (...) Isso pode ser feito em termos de estímulo e resposta, em termos de formação de hábito, integração de hábito e tais quais. (Watson, 1913/2008, p. 294)

Watson não considerava a existência de correlatos conscientes como passíveis de estudo experimental. Ele negava a existência de quaisquer correlatos conscientes para as informações introspectivas, só possuindo valor científico o que pudesse ser estudado como fatos físicos.

Vale ressaltar que, apesar de ignorar a consciência como era então entendida na psicologia e fechá-la para investigação experimental, Watson abre uma possibilidade de se estudá-la, ao afirmar: “Se você garantir ao behaviorista o direito de usar consciência da mesma maneira que outros cientistas naturais a empregam – isto é, sem tornar a consciência um objeto de observação especial – você terá garantido tudo que minha tese requer” (Watson, 1913/2008, p. 299).

Watson teria uma posição dúbia com relação à fisiologia. Em algumas publicações, ele “vislumbra a possibilidade de que grande parte dos fenômenos do comportamento pudesse ser reduzida à Fisiologia” (Carrara, 2005, p. 37). Neste sentido, Watson afirma que

a eliminação dos estados de consciência como objetos próprios de investigação em si mesmos removerá a barreira da psicologia a qual existe entre ela e outras ciências. Os achados da psicologia tornam-se os correlatos funcionais da estrutura e prestam-se eles mesmos a explicações em termos físico-químicos. (Watson, 2008, p. 300-301)

No manifesto de fundação do behaviorismo, a legitimação da psicologia como ciência e sua aproximação com outras ciências se daria pela aproximação com a fisiologia. Contudo, segundo Carrara (2005), mais tarde “Watson viria a priorizar os eventos externos como determinantes fundamentais da conduta humana e não a subjacente neurofisiologia” (p. 33).

5 “Medimos a inteligência de um animal por suas realizações. A mente é conhecida pela atividade humana. A psicologia pode ser mais satisfatoriamente definida como a ciência do comportamento humano” (Pillsbury, 1911, p. 1, citado por Miles, 1964, p. 279).

O objetivo de uma nova psicologia, ao conhecer os “ajustes” do organismo e os estímulos que o eliciam, seria o de aprender métodos gerais e particulares de controle do comportamento. Watson, no seu manifesto, revela a insatisfação com a falta de campo de aplicação para a psicologia que era estudada até então. O behaviorismo, por outro lado, poderia permitir que “o educador, o médico, o jurista e o homem de negócios poderiam utilizar nossos dados de um modo prático, tão logo nós fôssemos capazes, experimentalmente, de obtê-los” (Watson, 1913/2008, p. 295).

Watson entrevia também outras possibilidades de aplicação de sua nova psicologia:

Penso que o behaviorismo estabelece as bases para uma existência mais sã. Deve ser uma ciência que prepara homens e mulheres para a compreensão dos princípios fundamentais de seu próprio comportamento. Deve fazer que homens e mulheres desejem reorganizar suas próprias vidas e, especialmente, preparar-se para criar seus filhos de um modo mais saudável (Watson, 1925, p. 258 citado por Carrara, 2005, p. 51).

Para Watson, o estudo do comportamento não deveria ter um fim em si mesmo, mas poderia se dirigir a melhorar a qualidade de vida e resolver problemas humanos e sociais.

Em síntese, as posições de Watson podem ser reunidas em quatro proposições: 1) a psicologia como um ramo das ciências naturais; 2) a rejeição da consciência como objeto de estudo da psicologia, em favor do comportamento; 3) a condenação da introspecção como método de pesquisa, em favor da observação e experimentação; 4) as aproximações da psicologia animal.

Watson defendia a psicologia como uma ciência objetiva. Para chegar a este fim, não caberia subjetivismos ou o que não pudesse ser estudado com os métodos já estabelecidos nas ciências naturais. Os métodos, as terminologias e o próprio objeto de estudo da psicologia deveriam ser diferentes da psicologia então dominante. Neste sentido, não havia espaço para a introspecção e para a consciência no seu projeto de psicologia. As aproximações da psicologia animal tinham o intuito tanto de resgatar métodos e perspectivas de estudo que não fazem apelo à consciência, como o de reafirmar a psicologia dentro das ciências naturais, ao lado da biologia e fisiologia, tendo em vista que animais e seres humanos possuem capacidade de adaptação ao ambiente. Apesar desta influência, vale destacar, novamente, que Watson, no seu manifesto, não propunha uma generalização direta de pesquisas com animais a seres humanos.

Vale destacar também a preocupação do fundador do behaviorismo com as possibilidades de aplicação de maneira prática, a partir dos dados obtidos. O projeto de psicologia de Watson teve um grande impacto em sua época. A defesa de uma psicologia como ciência do comportamento que luta contra especulações é o maior legado de Watson

(Ardila, 2013). Para Tilquin (1942), a “revolução behaviorista” consiste na substituição de objeto da psicologia pelo comportamento não na simples contribuição de um novo método para a psicologia.

Segundo Schultz e Schultz (2002), por volta de 1930, o behaviorismo era a abordagem dominante na psicologia. Os autores afirmam que nesse tempo inicia-se o segundo estágio da evolução do behaviorismo, o chamado neocomportamentalismo ou neobehaviorismo, que vai até cerca de 1960. Entre os neocomportamentalistas que se destacaram nessa época encontram-se Edward C. Tolman (1886-1959), Clark L. Hull (1884-1952) e Burrhus F. Skinner (1904-1990).

Um ponto de consenso entre os autores citados se dá no estudo do aprendizado e um foco em rigorosos métodos objetivos de observação e de experimentação (manipulação de variáveis) como pontos centrais para uma psicologia científica (Schultz & Schultz, 2002, Goodwin, 2005). Goodwin (2005) destaca também que o princípio evolucionista de continuidade entre espécies era um ponto de encontro entre esses autores.

Ao contrário de Watson, para quem a intencionalidade é rejeitada de modo preliminar, para Tolman, o *propósito* ou *intencionalidade* tem um papel central na sua psicologia (Carrara, 2005). Segundo Schultz e Schultz (2002):

Todo comportamento se orienta para a realização de algum objetivo, para a aprendizagem dos meios destinados a um fim (...) Tolman se ocupa da resposta do organismo e que suas medidas referem-se às modificações no comportamento de resposta como função da aprendizagem. E isso produz dados objetivos (p. 266).

Tolman defendia que os objetivos prévios estariam subjacentes ao comportamento. Apesar de rejeitar a introspecção como método de investigação, a interpretação dos dados não segue o caminho de Watson sobre a ausência de inferências sobre os dados coletados. Neste sentido, a ideia de que os organismos seguem propósitos torna a abordagem de Tolman essencialmente cognitiva (Carrara, 2005).

Para Tolman havia uma distinção entre comportamento molecular e molar. Enquanto o primeiro é entendido a partir do arco reflexo, caracterizado por respostas discretas, o segundo se caracteriza por uma explicação que recorre a propriedades emergentes do comportamento e não a explicações físico-fisiológicas (Lopes, 2009).

O ato comportamental para Tolman apresenta três características gerais: (1) é dirigido para objetivos e metas, (2) o organismo envolve-se com atividades necessárias para atingir tais objetivos e metas, (3) existe uma prontidão nos organismos para selecionar meios mais fáceis e mais rápidos para atingi-los (Abib, 1997).

Para Tolman as variáveis determinantes do comportamento têm de ser suscetíveis de observação objetiva e definição operacional (Schultz & Schultz, 2002). Tolman elenca essas variáveis como os estímulos ambientais, os impulsos fisiológicos, a hereditariedade, o treinamento prévio e a idade (Schultz & Schultz, 2002). Entre essas variáveis e ação observável, Tolman postula o conceito de fatores inferidos e não observáveis, chamados de variáveis intervenientes, que são processos internos que ligam o estímulo à resposta. No sistema de Tolman, um comportamento é entendido então como uma função da interrelação entre variáveis independentes e intervenientes (Lopes, 2009).

Para Hull, a interação entre organismo e ambiente envolve um contexto mais amplo que não pode ser definido em termos observáveis de estímulo e resposta (Schultz & Schultz, 2002). O contexto mais amplo, no behaviorismo hulliano, refere-se à adaptação biológica do organismo ao seu ambiente específico: “Em caso de necessidade, o organismo se comporta de uma maneira voltada para reduzir essa necessidade. Seu comportamento serve para reinstaurar as condições biológicas ótimas necessárias à sobrevivência” (Schultz & Schultz, 2002, p. 273).

A abordagem de Hull se caracteriza pela quantificação. Em *Principles of Behavior* (1943), sua publicação mais importante, o autor afirma que cientistas do comportamento devem pensar em termos de equações e matemática avançada. Uma característica importante da teoria do comportamento do autor é o uso de variáveis intervenientes que funcionavam como construtos explicativos das relações entre estímulo e resposta (Carrara, 2005). Neste sentido, além da observação e verificação experimental de hipóteses como métodos de investigação, Hull defendia o método hipotético-dedutivo, que usa a dedução a partir da postulação de variáveis participantes determinadas *a priori*. “Hull acreditava que, se a psicologia queria tornar-se uma ciência objetiva igual às outras ciências naturais, de acordo com o projeto comportamentalista, a única abordagem apropriada seria a hipotético-dedutiva” (Schultz & Schultz, 2002, p. 275).

A base da motivação para Hull estava na necessidade corporal decorrente de um desvio de condições biológicas ótimas. O autor postulou a variável interveniente do impulso, entendido como um “estímulo advindo de um estado de necessidade do tecido que desperta ou ativa o comportamento” (Schultz & Schultz, 2002, p. 275). Os impulsos podem ser primários ou secundários. Os primeiros estão associados aos estados de necessidade biológica (como fome, sede e outras necessidades fisiológicas), enquanto os segundos se referem a estímulos associados com a redução de impulsos primários e que podem tornar-se eles mesmos impulsos (Schultz & Schultz, 2002).

A aprendizagem para Hull é explicada em termos de reforçamento, sendo o reforço definido em termos da redução de uma necessidade primária (reforço primário) ou secundária (reforço secundário). Nesta vertente do behaviorismo, a aprendizagem não ocorre na ausência de reforço. A conexão estímulo-resposta é fortalecida pelo número de reforços que ocorreram, sendo esses necessários para gerar uma redução do impulso (Schultz & Schultz, 2002).

A abordagem do terceiro neobehaviorista, B.F. Skinner, tem como um dos pontos centrais de sua formulação e de originalidade em relação aos demais neobehavioristas o conceito de condicionamento operante que amplia a explicação do comportamento, sem recorrer a variáveis intervenientes. Influenciado pela lei do efeito de Thorndike, que afirma que o comportamento se estabelece quando seguido de certas consequências (Skinner, 2003), Skinner formulou o conceito de condicionamento operante, que seria o fortalecimento de um operante⁶ a partir das consequências que o seguem. A noção de comportamento operante junto com a de comportamento verbal⁷ abre a possibilidade de uma análise dos diversos níveis da ação humana como a linguagem e o pensamento (Cançado, Soares, & Cirino, 2005), na medida em que o que não é observado passa a ser entendido como comportamento privado, que pode ser compreendido pelos mesmos princípios do comportamento público.

Os limites do modelo de estímulo-resposta levaram ao surgimento de conceitos como os de *propósito* e *comportamento molar*, em Tolman; de *impulso*, em Hull; de *condicionamento operante*, em Skinner, o que mostra que havia uma insatisfação com o behaviorismo watsoniano.

A partir do exposto, é possível afirmar que Tolman, Hull e Skinner rejeitavam o modelo S-R como proposto por Watson. Para Tolman e Skinner, o comportamento não poderia ser analisado apenas em termos de estímulo e resposta. Ambos rejeitam o sustento fisiológico das explicações sobre o comportamento. Tolman não descarta a intencionalidade como Watson fazia e insere variáveis intervenientes nas suas explicações. Hull trata do comportamento em termos de estímulo e resposta, mas acrescenta a variável interveniente do impulso. Skinner se destaca por ampliar o alcance dos estudos sem postular variáveis intervenientes. O autor rejeitava a proposição de variáveis intervenientes e outros construtos hipotéticos localizados no organismo e recorria apenas às variáveis ambientais, dando ênfase ao papel dos antecedentes e consequências na determinação dos comportamentos.

É importante ressaltar que, apesar de irem além de Watson e romperem com algumas explicações, as produções dos autores citados estão em um movimento de continuidade com

6 Um operante é uma classe de respostas funcionalmente semelhantes (Skinner, 1953/2003).

7 Comportamento reforçado pela mediação de outras pessoas (Skinner, 1957/1978)

as proposições já citadas de Watson, em especial a continuidade entre a espécie humana e outros animais e a realização de pesquisas com animais não humanos, com o objetivo de se estudar princípios básicos do comportamento; a psicologia como um ramo das ciências naturais (Hull, 1943; Skinner, 1953); e a rejeição da consciência como objeto de estudo da psicologia, em favor do comportamento.

A abordagem de Skinner é a mais difundida entre as já citadas. Segundo Strapasson (2012), “pode-se dizer, sem receio de cometer erros, que Skinner é o autor mais influente no movimento behaviorista contemporâneo, especialmente no Brasil” (p. 86).

A difusão da abordagem de Skinner permitiu ampliar o diálogo com outras áreas, incluindo o marxismo. Por essa razão, o foco do presente capítulo será na apresentação e discussão do behaviorismo radical. Nos próximos tópicos serão discutidas influências filosóficas do pensamento skinneriano e alguns fundamentos desse pensamento, bem como algumas considerações críticas a respeito dessa abordagem.

1.2 Influências filosóficas do pensamento skinneriano

Não há consenso na literatura quanto às principais correntes da filosofia que influenciaram o behaviorismo radical. Moore (1985) discute aproximações e distanciamentos do behaviorismo radical em relação ao positivismo lógico e ao operacionismo. Para Ruiz (2015), a epistemologia skinneriana se aproximaria do pragmatismo, não do positivismo lógico. Para Tourinho (1996), o behaviorismo radical se afastaria do representacionismo e se aproxima da filosofia pragmatista. Já Carrara e Gonzalez (1996) aproximam o pensamento skinneriano do contextualismo.

Carrara e Gonzalez (1996) afirmam que

parece consensual que a Psicologia como um todo, durante os anos 30, foi receptiva a influências do positivismo de Comte, do operacionismo de Loeb e do positivismo lógico do Círculo de Viena. A mensagem parecia clara: se a Psicologia quer ser realmente uma ciência, precisa desenvolver definições objetivas para seus termos subjetivos e excluir aqueles que não sejam linguisticamente definíveis com vistas à objetividade. (p. 5)

O positivismo lógico é o nome pelo qual é conhecido o conjunto de ideias de um grupo de intelectuais ligados ao chamado Círculo de Viena, o qual, nos anos 20 e 30 do século XX, se reuniam para discutir as mudanças da natureza do conhecimento científico influenciados pelas mudanças e discussões no campo da física, como a teoria da relatividade e a mecânica quântica (Passmore, 1967 citado por Moore, 1985). A partir da emergência de estudos e pesquisas no nível atômico, a visão de conhecimento científico baseado na

observação de eventos naturais dá lugar a um conhecimento que parece depender das referências particulares a partir das quais um cientista opera (Moore, 1985).

Moore (1985) destaca alguns princípios do positivismo lógico: os métodos da ciência são o único caminho para um conhecimento válido; a ciência é uma reflexão conceitual sobre a experiência imediata do cientista; rejeita-se conhecimento fundado em elementos metafísicos, dados *a priori*, já que não podem ser verificados pela experiência; a ciência pode ser unificada a partir da análise de como cientistas operam sobre os conteúdos de sua experiência imediata.

As novas descobertas da física no início do século 20 influenciaram também a revisão de outros pressupostos epistemológicos e metodológicos. Bridgman, físico de Harvard defendia um princípio que ficaria conhecido como operacionismo: “Um conceito científico é sinônimo do conjunto de operações experimentais correspondentes pelos quais ele pode ser medido no laboratório” (Moore, 1985, p. 55). Segundo Dittrich, Strapasson, Silveira e Abreu (2009), para Bridgman, os conceitos da física não devem descrever propriedades dos objetos físicos, mas descrições das operações executadas para se determinar os valores atribuídos aos próprios conceitos.

Apesar de Bridgman não ser um positivista lógico, os positivistas lógicos viram na atitude operacional uma proposta complementar a do próprio positivismo lógico (Dittrich, Strapasson, Silveira, & Abreu, 2009). Fleigl, membro do círculo de Viena, divulgou as ideias de Bridgman aos psicólogos de Harvard que se familiarizaram com essa maneira de fazer ciência. Segundo Moore (1985), isso influenciou a psicologia no sentido de abandonar a consciência, as experiências privadas e a introspecção em favor de uma psicologia “científica”, “objetiva”, preocupada com estímulos verificáveis objetivamente e dados comportamentais.

Moore (1985) afirma que o positivismo lógico e o operacionismo tornaram-se virtualmente sinônimos dos fundamentos de uma nova epistemologia científica. Segundo o autor:

De fato, uma das disciplinas em que o impacto do positivismo lógico foi especialmente notável foi a psicologia, que estava passando por uma revolução conceitual própria, comparável em muitos aspectos ao que foi que ocorria quase ao mesmo tempo na física. Esta revolução foi o behaviorismo. Como observado em outros lugares (por exemplo, Day, 1976, p. 68), durante os anos 1930, o objeto e métodos da psicologia foram submetidos a uma grande reformulação e o behaviorismo, o positivismo lógico e o operacionismo estavam todos envolvidos. (Moore, 1985, p. 51)

Moore (1985) destaca que a ideia mais significativa que Skinner tomou do positivismo lógico e do operacionismo é a suposição de que a ciência envolve o comportamento dos cientistas. Neste sentido, a análise operacional da ciência implica a análise das contingências que influenciam esse comportamento.

Segundo Moore (1985), de acordo com a posição dominante, a “revolução behaviorista” seria principalmente uma revolução metodológica na qual apenas dados públicos, precisos e verificáveis seriam usados na psicologia. Tal metodologia era vista como “antídoto” para o estruturalismo⁸ que se preocupava com uma descrição do funcionamento da vida mental com a construção de blocos de relatos subjetivos (Moore, 1985).

Moore (1985) afirma que os positivistas lógicos e operacionistas consideravam qualquer termo como uma categoria lógica “construída pelo cientista, e que a consideração importante era estabelecer o que conta e o que não conta como uma medida dela” (p. 58), ao passo que Skinner argumentava que as doutrinas citadas deveriam ser empregadas para avaliar a extensão em que tais termos eram derivados ou não do contato com operações experimentais. Se tais termos fossem derivados de uma psicologia subjetivista, deveriam ser descartados (Moore, 1985). Segundo Moore (1985), os positivistas lógicos e operacionistas assumiam de maneira tácita que havia uma dimensão além da física, ainda que fenômenos de outra dimensão não pudessem ser parte da ciência. Tal posição vai contra a de Skinner, para quem não há razão para supor que eventos que ocorrem no interior da pele têm dimensões não físicas (Moore, 1985).

Outro elemento que afastaria Skinner do positivismo lógico seria a discordância de Skinner quanto ao critério de verdade pelo consenso. Segundo Moore (1985):

Os positivistas lógicos tornaram-se tão envolvidos com o estabelecimento de “verdade por consenso” que o acordo em si torna-se uma preocupação central, não se os cientistas estão chegando a algum lugar com seu controle sobre a natureza. Uma inversão meio-fim ocorre quando o acordo, que se supõe ser um meio para avaliar o conhecimento, torna-se um fim em si mesmo. (p. 61)

Já para Skinner o critério de verdade está relacionado à ação efetiva: “uma proposição é “verdadeira” na medida em que ajuda o ouvinte a responder efetivamente à situação que ela descreve” (Skinner, 1974/2002, p. 199). Ruiz (2015) afirma que, apesar de Skinner inicialmente se reconhecer como positivista, pela maior parte de sua carreira científica, ele estava alinhado ao pragmatismo, introduzido em *The Operational Analysis of Psychological Terms*:

8 O estruturalismo é uma corrente de pensamento que define a experiência consciente como o objeto de estudos da psicologia cujo estudo se dá a partir de método introspectivo (Schultz & Schultz, 2002).

O critério fundamental para a boa qualidade de um conceito não é se duas pessoas chegam a um acordo, mas se o cientista que usa o conceito pode operar com sucesso o seu material – sozinho, se necessário (...) mas isto não transforma a concordância na chave para a viabilidade. Pelo contrário, é o oposto (Skinner, 1945/2002, p. 12)

Neste sentido, Ruiz (2015) afirma que as visões de Skinner eram consistentes com as visões do pragmatismo norte-americano e que os paralelos entre o critério de verdade do pragmatismo e o de Skinner são notáveis. Em uma entrevista dada por Skinner, à pergunta “Você vê o condicionamento operante próximo a algum sistema filosófico existente?”, ele responde firmando sua aproximação com os pressupostos pragmáticos:

A palavra “pragmatismo”, por exemplo, teve muitos significados diferentes em épocas distintas. Primeiro, ela serviu para chamar a atenção para as consequências de nossas ações. Posteriormente, Charles Sanders Peirce aplicou essa noção de consequências ao que ele chamou de ‘ideias’ ou ‘conceitos’. A totalidade de uma ideia ou conceito é a totalidade de suas consequências ou efeitos. (...) Isso está muito próximo, eu penso, de uma análise operante da maneira em que respondemos aos estímulos. A totalidade de nosso conhecimento ou de nossa descrição de um estímulo é o que acontece quando respondemos a ele (Skinner, 1979, p. 48, citado por Laurenti, 2012, p. 373).

Skinner reconhece que há uma multiplicidade de significados acerca do que seja o pragmatismo, mas posiciona-se próximo ao método de Pierce por sua ênfase no papel das consequências.

Tourinho (1996) também discute uma aproximação do behaviorismo radical com o pragmatismo, contrapondo-o com o representacionismo, o qual se assenta sobre a ideia de que é possível construir descrições do mundo que representem a realidade tal como ela é em si mesma, sem as inclinações do cientista. Para Tourinho (1996), o conceito de *verdade* no representacionismo assume um caráter universal:

a verdade será discutida no âmbito das filosofias representacionistas convertendo-se num atributo de asserções que estão além de meras crenças ou opiniões, e que são dotadas de valor universal e necessário. Ou seja, o caráter verdadeiro de uma asserção não se constitui no diálogo ou na argumentação; ele está dado aprioristicamente pelo atendimento aos preceitos epistemológicos, que são fiadores das condições de correspondência com a realidade (p. 42).

Neste sentido, a concepção representacionista de verdade é a de que o conhecimento é uma “representação” fiel do objeto, tal como é em si mesmo, sendo possível alcançar uma correspondência entre conhecimento e realidade desde que se atendam aos preceitos de investigação adequados.

Já a concepção de verdade e conhecimento no pragmatismo tem como foco o valor funcional das descrições reconhecidas como verdadeiras e já nas primeiras versões da filosofia pragmatista não faz sentido falar de conhecimento como representação, nem compreender mente como entidade que constrói conhecimento (Tourinho, 1996).

Segundo Tourinho (1996), uma convergência com o pragmatismo pode ser observada na medida em que Skinner opõe-se à ideia de conhecimento enquanto representação mental da realidade:

Conhecer, para ele, é comportar-se discriminativamente diante de estímulos, é agir numa situação particular, de forma tal que propicie um determinado tipo de interação com o ambiente circundante. Isto significa eliminar qualquer referência a “conteúdos” ou “processos” mentais na explicação do conhecimento (Tourinho, 1996, p. 47).

Interpretar o conhecimento em termos de controle de estímulos significa reconhecer que o conhecimento é diretamente modelado pelo ambiente e é produzido e mantido no contato com contingências principalmente verbais. Segundo Guerin (1992), muitas das respostas verbais que descrevem aspectos da realidade estão sob controle de outros estímulos verbais (respostas intraverbais) e não de estímulos discriminativos do ambiente. Desta forma, o controle do comportamento pode ser exercido por estímulos verbais, controlados por uma parcela da comunidade verbal (grupo de indivíduos que compartilham práticas culturais).

A interpretação do conhecimento em termos de controle de estímulos implica na limitação da possibilidade de correspondência, já que o conhecimento é limitado pelas práticas da comunidade verbal (Tourinho, 1996). Neste sentido, Skinner vai de encontro à ideia de conhecimento como representação e defende “uma concepção que enfatiza os limites sociais de toda descrição da realidade” (Tourinho, 1996, p. 50).

A questão da objetividade também é abordada em termos das contingências da comunidade verbal científica que “agem com vistas a prevenir exageros, narrações incompletas, más representações, mentiras e ficções” (Skinner, 1978, p. 500). Neste sentido, Tourinho (1996) afirma que “A objetividade (...) está associada à possibilidade e à amplitude com que uma asserção científica pode propiciar um comportamento efetivo. Em outras palavras, a objetividade está associada à noção de funcionalidade” (p. 51). É essa centralidade no valor funcional de verdade – a concepção de que a verdade depende do grau em que as consequências do comportamento de conhecer refletem uma ação sucedida – que aproxima a filosofia skinneriana do funcionalismo.

Outra vertente filosófica com a qual o behaviorismo radical se aproxima é o contextualismo. Segundo Carrara (2004), “O contextualismo (...) constituiria uma metáfora de interpretação teórica da natureza (...) É uma espécie de paradigma filosófico-científico que leva em conta uma rede de condições sob as quais os fatos acontecem” (p. 45). Carrara e Gonzalez (1996) afirmam que a necessidade de uma análise mais ampla de contingências influenciou o encaminhamento da análise do comportamento para uma tendência contextualista. Uma de suas principais características seria a adoção inequívoca da multideterminação do comportamento com a participação de diversas variáveis de contextos diversos (pessoais, sociais, educacionais, políticas, ideológicas, biológicas e outras) que concorrem de modo entrelaçado para a explicação causal do fenômeno comportamental (Carrara, 2004).

Um comportamento, a partir do contextualismo, é entendido sempre como um comportamento contextualizado que “não pode ser compreendido com apelo a ações isoladas das partes ou mecanismos envolvidos na interação (glândulas, braços, cérebro, ou, num exemplo ainda mais controvertido, “mente”)” (Carrara & Gonzalez, 1996, p. 12), o que vai de encontro a uma concepção mecanicista, na qual “é típica a concepção de que as partes (“peças”) envolvidas na conduta humana têm significado em si mesmas, ainda que analisadas separadamente do todo, de modo que a idéia da análise particularizada do comportamento acaba prevalecendo” (Carrara & Gonzalez, 1996, p. 11). Sendo assim, a explicação de um comportamento não deve se restringir a algumas variáveis isoladas, mas levar em conta a multideterminação de variáveis. De acordo com Carrara e Gonzalez (1996), a ideia de classe de respostas – conjunto de respostas que tem diferentes topografias, mas possuem a mesma função – é a expressão de que os efeitos do comportamento operante não se dão sobre respostas únicas, nem isoladas de seu contexto.

Uma análise contextualista do comportamento, segundo Carrara e Gonzales (1996), deve levar em conta o contexto individual (ontogênico), o da espécie (filogênico) e o contexto corrente (privação, instruções, dimensão física, social, biológica da estimulação presente), levando-se em consideração os parâmetros físicos do meio e os parâmetros biológicos do organismo. A função do contexto histórico (seja filogênico, seja ontogênico) seria a de estabelecer as possibilidades de comportamentos de membros de uma determinada espécie com determinada, já a função do contexto atual seria a de possibilitar a ocorrência de certos comportamentos particulares, entre outros que seriam possíveis (Carrara & Gonzales, 1996).

Outra discussão sobre as influências filosóficas do behaviorismo radical é sistematizada por Laurenti (2012), que localiza a obra skinneriana dentro de dois modelos de

ciência: a ciência “moderna” e a “pós-moderna”, cada um trazendo compromissos ontológicos, epistemológicos e éticos do fazer científico.

A autora define o paradigma moderno de ciência como aquele que se pauta na crença de um mundo ordenado, sem relações variáveis ou incertas, com a objetividade do conhecimento garantida pela observação isenta de interesses ou compromissos. Ela afirma que a ciência moderna dicotomiza fatos e valores, sendo as questões de fato (objetivas) reservadas à ciência e as de valor (subjetivas) reservadas aos campos da ética, política, estética, religião e ao senso comum. Na ciência moderna o método quantitativo-experimental é promovido como um meio de acesso privilegiado ao real, na obtenção de relações causais entre eventos observáveis que serão expressas na forma de leis universais (Laurenti, 2012).

Laurenti (2012) afirma que várias frentes na ciência e filosofia das ciências fazem críticas ao paradigma científico moderno (a autora cita os nomes de Bourdieu, Heisenberg, Kuhn, Lewontin, Mayr, Morin, Popper, Prigogine, Santos). Apesar das especificidades, tais críticas teriam como alvo a pretensão da ciência moderna em alcançar certezas, fundamentada na crença de uma realidade determinada e imutável.

Segundo Laurenti (2012), o modelo pós-moderno entende a realidade como algo inacabado e em constante transformação. Para a autora, embora a existência de leis probabilísticas seja um fato amplamente aceito na ciência, no paradigma pós-moderno a probabilidade é entendida não como uma confissão da ignorância das causas, mas um aspecto objetivo do mundo. Nesse modelo, a meta da ciência não se identificaria pela busca da certeza por meio de um único método. Deste modo, a epistemologia “pós-moderna”, segundo a autora, é marcada pela pluralidade metodológica, devendo a escolha do método respeitar as características do fenômeno a ser investigado.

Neste paradigma, a objetividade não se identifica com a neutralidade e nem tem a pretensão de uma separação radical entre fatos e valores. Segundo Laurenti (2012):

A busca pela objetividade torna-se premente para uma filosofia da ciência historicamente orientada, que considera a história da ciência também como uma história de cientistas individuais ou grupo de cientistas na defesa de suas ideias, mostrando que ciência é, antes de tudo, o comportamento do cientista. (p. 369)

Nesta direção, afirma Burton (1980):

O comportamento científico não ocorre em isolamento: ele tem seus antecedentes e seus conseqüentes. (...) Há uma comunidade verbal que exerce controle sobre o comportamento de cientistas individuais, mas aquela comunidade é um produto histórico, resultante da interação complexa de fatores econômicos e políticos, junto com influências relativamente não sociais. Segue-se que a probabilidade de um programa de pesquisas vir a existir está

relacionada à formação social da sociedade na qual o cientista vive. (p. 119 citado por Tourinho, 1996, p. 53).

O *conhecimento científico* não pode ser isolado do *fazer científico*. O conhecimento é produzido pelo cientista que está inserido em um contexto histórico-econômico-social com valores que influenciam a produção do conhecimento. Nesta perspectiva, o fazer científico requer uma reflexão não apenas sobre métodos e técnicas, mas também sobre suas consequências ético-políticas (Laurenti, 2012).

Laurenti afirma que o texto skinneriano apresenta uma abertura tanto para o modelo de ciência moderno quanto para o pós-moderno. Segundo Moxley (1999, 2011 citado por Laurenti, 2012), há um predomínio de aspectos modernos até 1945, como o emprego do reflexo como modelo de explicação do comportamento e o compromisso de teses deterministas de ciência, que aparece com nitidez no âmbito epistemológico. Na definição do conceito de reflexo, por exemplo, afirma Skinner (Skinner, 1999):

O conceito de reflexo é importante na descrição do comportamento porque é, por definição, um enunciado da necessidade dessa relação. A demonstração da necessidade é em última análise uma questão empírica: observa-se que uma dada resposta segue invariavelmente um dado estímulo, ou exceções a essa regra podem ser independentemente descritas (p. 433)

A relação entre dois eventos aparece de maneira inexorável, não havendo espaço para relações variáveis ou probabilísticas. Neste sentido, Laurenti (2012) afirma que “Nesse contexto, variabilidade e probabilidade seriam nada mais que um atestado de ignorância de outras variáveis que controlariam as respostas sob investigação” (p. 371).

Afinado com os pressupostos desse modelo de ciência, em *O Comportamento dos Organismos* (1938), Skinner declara seu sistema como positivista e afirma o compromisso com o empirismo, já que os conceitos devem passar pelo crivo da observação. Segundo Skinner (1938), “na medida em que o método científico é considerado, o sistema (...) é positivista (...) Seus conceitos são definidos em termos de observações imediatas e não são dadas propriedades locais ou fisiológicas” (p. 44). Neste sentido, Laurenti (2012) afirma: “Sob essa ótica, a ciência do comportamento deveria produzir leis e conceitos sobre relações assentadas em eventos passíveis de serem observados, com o risco de esbarrar na metafísica, caso transgredisse o campo da observação” (p. 371-372).

Laurenti (2012) discute também como, em *Walden Two* (Skinner, 1978), é possível encontrar algumas suposições consistentes com a ciência moderna, como a suposição da ideia de ciência como um conhecimento superior a outras formas de conhecer a realidade. Nesse romance de Skinner, que retrata uma comunidade ficcional gerida pelos princípios de uma

ciência do comportamento, as decisões, em última instância, ficavam a cargo dos detentores do saber científico (planejadores e administradores), em detrimento dos demais membros da comunidade.

Tal maneira de conduzir a comunidade seria uma expressão da superioridade do conhecimento científico, com a “possibilidade de que uma atitude encorajada pelo método experimental poderia sanar de maneira inequívoca problemas sociais” (Laurenti, 2012, p. 372). Tal linha de pensamento seria expressão do cientificismo, o qual tem como uma de suas expressões a valorização exacerbada de noções científicas, como na ideia de emancipação da humanidade pelo avanço do conhecimento científico (Laurenti, 2012).

Laurenti afirma também que a ausência de participação dos membros da comunidade ficcional de Skinner, em contraste com o poder decisivo dos planejadores e administradores, se remete à dicotomia entre fatos e valores: “Os fatos, que estão do lado da ciência (analogamente dos administradores e planejadores), são os árbitros absolutos de questões conflitantes; ao passo que os valores, pertencentes ao saber comum (representados, aqui, pelos membros da comunidade), são destituídos desse poder” (p. 372). Neste sentido, os fatos seriam puros, o que vai contra a tese científica pós-moderna que concebe fatos impregnados por valores (Laurenti, 2012)

Em relação à concepção “pós-moderna”, com a apresentação da contingência tríplice probabilística⁹, “as noções de probabilidade e variabilidade parecem adquirir um estatuto diferente na ontologia e epistemologia skinnerianas, deixando de ser tratadas como mera ignorância das causas” (p. 372). Entende-se que as variáveis ambientais não forçam a ocorrência de um comportamento, mas estabelece uma probabilidade de ocorrência. Neste sentido, o foco do analista do comportamento não é a identificação de condições nas quais um comportamento ocorrerá, sem exceção, mas seu objetivo é a identificação das condições que afetam a probabilidade de ocorrência dos comportamentos.

Com o modelo operante, a explicação remete a contextos amplos que enfatizam a consequência das ações, o que seria consistente com filosofias pragmatistas (Moxley, 1999, 2001, citado por Laurenti, 2012).

Com o modelo de seleção pelas consequências, “a variabilidade passa a ser considerada também como um elemento intrínseco ao fenômeno comportamental” (Laurenti, 2012, p. 373), o que aproximaria a ciência skinneriana de uma visão de mundo indeterminista

⁹ Relação na qual um estímulo consequente a uma classe de respostas altera a probabilidade de emissão desta mesma classe de respostas no futuro em uma situação semelhante (Souza, 2011).

(Laurenti, 2012). Se o comportamento pode ser compreendido como algo variável, os próprios fatos da ciência do comportamento não são também fixos e imutáveis (Laurenti, 2012).

Em 1953, com *Ciência e Comportamento Humano*, Skinner reconhece que a ciência não é livre e que o comportamento do cientista também está sujeito a ser analisado. Esse aspecto aproximaria Skinner da ciência “pós-moderna”, com a consideração de que a ciência não está separada do comportamento do cientista. Neste sentido, “a própria observação e a produção do conhecimento científico são marcadas pela combinação das variáveis da história de vida do cientista com variáveis sociais, culturais e econômicas da comunidade verbal de cientistas ao qual pertence” (Laurenti, 2012, p. 374). Deste modo, a observação não seria pura e o conhecimento científico neutro e desinteressado, o que distanciaria a ciência do comportamento do empirismo (Laurenti, 2012). Skinner (1981) também afirma que não há um mundo de valores distinto de um mundo de fatos. Neste sentido, Skinner rompe com a dicotomia entre fatos e valores, o que o aproximaria de um modelo “pós-moderno” de ciência e afastaria a ciência skinneriana da tradição de pensamento positivista.

Outra mudança na obra de Skinner, que o afastaria de um modelo moderno de ciência, segundo Laurenti (2012), aparece em um artigo no qual Skinner (1990) apresenta que a ciência estaria subsumida à sociedade e teria como papel mostrar consequências das intervenções humanas na natureza e sociedade (como superpopulação, poluição, pobreza). Skinner (1990) trata ainda da possibilidade da disseminação do que se conhece sobre o futuro a um grande número de pessoas e da organização de protestos contra governos, indústrias e religiões que não ajustam suas práticas ao que é conhecido. Segundo Laurenti (2012), “Com efeito, a mudança social é uma transformação de práticas culturais promovida não apenas pela ciência, mas por toda a sociedade” (p. 374).

A exposição das abordagens no presente tópico revela que não há uma única leitura quanto às principais influências filosóficas do pensamento skinneriano. Apesar de as discussões partirem de caminhos diferentes, isso não significa que não haja confluências entre as influências mencionadas. A ideia de multideterminação do contextualismo não é incompatível com a ideia de valor de verdade funcional do pragmatismo nem com a ideia de que o comportamento do cientista é moldado. Essa última ideia também aparece na concepção de ciência pós-moderna de Laurenti, que considera a história da ciência como história de cientistas.

A partir do exposto, é possível pensar alguns pontos de encontro de diferentes vertentes que influenciaram essa corrente: 1) a necessidade de se utilizar termos “objetivos” para se definir a ciência como natural; 2) a ciência como único caminho para o conhecimento

válido; 3) a rejeição de dados metafísicos; 4) abandono da introspecção e adoção do método quantitativo-experimental como método de investigação; 5) descrição a partir de dados públicos, observáveis. Isso corresponde com o que Laurenti (2012) denomina de ciência “moderna”, na qual a objetividade do conhecimento é garantida pela isenção de compromissos.

Laurenti (2012) afirma que a obra de Skinner tem abertura para dialogar também com o modelo “pós-moderno”, que não considera a ciência e o comportamento dos cientistas como estáticos e imutáveis nem dicotomiza fatos e valores. Uma aproximação a isso está na discussão sobre contextualismo e na necessidade de se levar em consideração os contextos nos quais os comportamentos (incluindo o dos cientistas) são produzidos.

Apesar da diversidade de posições, é possível pensar que as disputas se centram em redor da questão de como construir uma ciência objetiva. A objetividade do conhecimento é buscada com a reprodução ou rupturas com alguns modelos das ciências naturais, sem questionamento do modelo científico-natural. Neste sentido, Laurenti (2012), apesar do questionamento aos pressupostos do paradigma “moderno” de ciência, não problematiza as implicações da filiação da análise do comportamento às ciências naturais.

1.3 Fundamentos do behaviorismo radical

Segundo Skinner (1974, p. 3), o “Behaviorismo não é a ciência do comportamento humano; ele é a filosofia desta ciência”. A *análise do comportamento* seria uma área mais ampla que abarcaria o *behaviorismo radical* (seu braço teórico e filosófico histórico); a análise experimental do comportamento (seu ramo empírico) e a análise aplicada do comportamento (ligada à criação e administração de recursos de intervenção social) (Carvalho Neto, 2002).

Segundo Carrara (2005)

A Análise do Comportamento constitui-se de um corpo de conhecimentos e uma metodologia, apoiados em uma filosofia de ciência específica, o behaviorismo radical. Constitui-se em maneira sistemática de ver o mundo psicológico, utiliza-se da observação e da análise de contingências que contextualizam o comportamento, mantendo uma tendência a focalizar o ambiente físico, químico, orgânico e social, não descartando a história genética do organismo (p. 101-102).

O comportamento é o objeto de estudo do behaviorismo radical, filosofia que embasa a ciência do comportamento proposta por Skinner, sendo definido como a interação do

organismo com seu ambiente. O comportamento é entendido não como uma resposta isolada, mas as ações do organismo, as consequências dessas ações e as circunstâncias nas quais essas relações contingenciais ocorrem. Deste modo, a análise do comportamento define sua disciplina como o estudo do desenvolvimento e mudanças no comportamento (tanto público quanto privado) ao longo do tempo em relação aos efeitos seletivos do ambiente no qual o indivíduo interage (Ulman, 1996).

No sistema skinneriano, o paradigma explicativo do comportamento é a seleção por consequências. Para Skinner (1977/2007), a seleção dos comportamentos é explicada como produto de contingências em três níveis: a) filogênese (contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies); b) ontogênese (contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos pelos membros da espécie); e c) cultura (contingências mantidas por um ambiente cultural evoluído).

Com a explicação dos comportamentos a partir da seleção por consequências, rejeitam-se as explicações teleológicas. Segundo Skinner, o comportamento é modelado e mantido pelas consequências que seguiram o comportamento no passado não em função das consequências que se seguirão (Skinner, 1989, citado por Carrara, 2005).

Em relação à metodologia, Carrara (2005) afirma que não se faz uso de estatística inferencial de grandes grupos para interpretação de dados de pesquisa, tendo em vista que ao atentar-se para certas propriedades estatísticas do grupo, o pesquisador deixa de estar atento aos comportamentos de seus membros. Em vez disso, utiliza-se o delineamento de sujeito único, no qual “O sujeito funciona como seu próprio controle e as comparações entre dados são feitas usando-se variações de medidas anteriores e posteriores ao emprego de um determinado procedimento” (p. 102), ou seja, o sujeito é comparado com ele mesmo antes e após a intervenção.

O behaviorismo radical apresenta uma concepção monista de ciência, em contraposição a uma concepção dualista, não havendo uma separação entre as dimensões física e mental, entre os mundos interior e exterior. Segundo Carrara (2005), o behaviorismo radical “nega *status* de causalidade aos chamados eventos mentais (...) e pressupõe o comportamento como verdadeira *raiz* para se entender as atividades humanas, daí a expressão *radical*” (p. 102). Neste sentido, a intervenção deve ter como alvo não a *mente* ou um constructo interno que inicia e mantém comportamentos, mas as “as condições, ambientais ou genéticas, das quais o comportamento pessoal é função” (Skinner, 1983, p. 62).

Com a ênfase nas variáveis externas e mudança do ambiente em que os indivíduos vivem, na análise do comportamento o ambiente social ganha destaque, exercendo a função

de estímulo discriminativo e fornecedor de consequências para o comportamento dos indivíduos. Segundo Melo e Machado (2013), “grande parte do comportamento humano ocorre em ambientes sociais que se caracterizam principalmente pela importância do ‘outro’ como integrante fundamental desses ambientes” (p. 96), ou seja, o comportamento dos indivíduos é, em grande parte, modelado não pela ação direta do ambiente natural, mas pela mediação de outras pessoas, o que abre margem para estudos da cultura.

O conceito de *ambiente social* em Skinner não é diferente do conceito de *cultura*: “no sentido mais amplo possível a cultura na qual um indivíduo vive é composta por todas as variáveis arranjadas por todas as outras pessoas que o afetam” (Skinner, 1953/2003, p. 455). Pode-se entender a cultura como composta de um grande conjunto de regras. Assim, os comportamentos individuais são determinados por regras sociais que associam as condições presentes com as consequências futuras. Tais práticas culturais são assim replicadas e transmitidas de um indivíduo a outro, de uma geração a outra, formando e transformando o ambiente cultural compartilhado por todos.

Para Skinner (1983), a cultura não está além do comportamento dos indivíduos, mas é diferente deles. O comportamento social pode ser descrito e explicado com base nas contingências de reforçamento, tais como quaisquer outros comportamentos, no entanto, entre essas contingências, há que se considerar que o controle é exercido pelo grupo.

Um grupo pode exercer controle sobre seus membros através do controle das consequências de suas ações. Segundo Skinner (2003), “o grupo exerce um controle ético sobre cada um de seus membros através, principalmente, de seu poder de reforçar e punir” (p. 363). Ele também ressalta que, geralmente, os grupos não são bem organizados e por isso há atuação de certas agências de controle (como o governo, a religião, a psicoterapia, a economia e a educação) que agem de forma mais organizada e com maior eficácia no controle de cada indivíduo, através da manipulação de um conjunto particular de variáveis e estabelecendo contingências específicas de acordo com seu âmbito de atuação.

Na análise do comportamento, a definição de comportamento como relação entre o organismo e o ambiente abre possibilidades para um trabalho que não isola o indivíduo de seu contexto. Esta definição, mais do que simplesmente ampliar os horizontes de estudos do indivíduo, impõe uma necessidade de mudança do contexto para efetivação de transformações verdadeiras, seja no nível individual, seja no nível social.

Skinner avançou em relação a Watson, por levar em conta o papel das consequências no estudo do comportamento. O papel dos antecedentes e dos contextos nos quais o comportamento ocorre ao longo de tempo permite levar em consideração a cultura, entendida

como ambiente social, diferente do behaviorismo de Watson. O estudo de eventos privados, que tem a mesma natureza de eventos públicos para Skinner, também representa outro avanço.

Na discussão dos fundamentos, é possível perceber que Skinner ressoa alguns pressupostos que Laurenti (2012) inclui na “ciência moderna” como ser uma ciência “objetiva”, na medida em que se atém à identificação de relações funcionais sem recorrer a dados metafísicos, a ênfase no método quantitativo-experimental, as descrições a partir de dados públicos. Contudo, o determinismo probabilístico e as finalidades que propõe para sua ciência – que serão discutidas no próximo tópico – remetem a outro tipo de modelo de ciência.

1.4 Compromissos ético-políticos e algumas críticas feitas à análise do comportamento

A visão de que uma ciência do comportamento humano pode se dirigir a problemas sociais mais amplos e não apenas com o comportamento de indivíduos isolados é uma constante na obra de Skinner. Uma preocupação na sua obra é a de que a cultura vigente não está lidando de maneira eficaz com problemas como desperdício de recursos naturais, poluição, ameaça nuclear, o que traz uma ameaça à sua sobrevivência (Malagodi, 1986; Dinsmoor, 1992). A solução para esses problemas passaria por uma ciência do comportamento, na visão de Skinner:

A escolha é clara: ou não fazemos nada e permitimos que um futuro miserável e provavelmente catastrófico nos alcance, ou usamos nosso conhecimento sobre o comportamento humano para criar um ambiente social no qual poderemos viver vidas produtivas e criativas, e fazemos isso sem pôr em risco as chances de que aqueles que se seguirão a nós sejam capazes de fazer o mesmo. (Skinner, 1978, p. xvi)

Para Skinner, uma ciência do comportamento poderia se dirigir a esses problemas e melhorar a sociedade e a qualidade de vida de seus membros. Skinner (1987) chama a atenção de que esses problemas não seriam resolvidos por uma “conscientização”:

Com frequência se propõe que podemos resolver estes problemas alertando as pessoas para as consequências de seu comportamento. “Conscientizar” é a expressão da moda. Fica implícito que uma vez que as pessoas saibam que seu comportamento terá consequências danosas, elas mudarão. (Skinner, *Why we are not acting to save the world*, 1987, p. 4)

Chamar atenção para consequências distantes no futuro não seria o melhor caminho para resolver esse tipo de problema. Ao invés disso, Skinner (1987) propõe que se arranjem contingências com consequências imediatas que teriam o efeito de consequências remotas se estivessem agindo agora.

Para o fundador do behaviorismo radical, a ciência do comportamento, levando em consideração as consequências imediatas e em longo prazo de práticas sociais, teria ferramentas para planejar um mundo com novas práticas:

Mas nós temos a ciência necessária para projetar um mundo que levaria em conta aquela natureza e corrigiria muitos dos erros da evolução. Seria um mundo em que as pessoas se tratariam bem, não por causa de sanções dos governos ou religiões, mas por causa das consequências imediatas, face-a-face. (...) Seria um mundo em que as práticas sociais e comerciais que promovem o consumo desnecessário e a poluição seriam abolidas. Seria um modo de vida que daria à espécie um tempo muito maior de permanência no planeta Terra. Tudo poderia ser feito sem “conscientizar”. Somente aqueles que projetaram as relações entre comportamento e suas consequências teriam que levar em consideração as consequências remotas. (Skinner, 1987, p. 11)

Neste mundo que poderia ser planejado, não seria necessário o apelo à “consciência” nem o uso de contingências aversivas para controle dos comportamentos e abolição de práticas que levam aos problemas citados. Vale ressaltar que as consequências de longo prazo seriam preocupação não de todos aqueles engajados nas práticas, mas daqueles que planejassem as relações. Em 1948, a ideia de planejamento cultural já aparecia em *Walden Two*. Contudo, Skinner aponta que o planejamento cultural a partir dos princípios analítico-comportamentais enfrentaria resistência, tendo em vista que “aqueles que controlam as contingências de reforçamento sob a qual todos vivemos mostram poucos sinais de renunciar seu poder pelo bem da espécie” (Skinner, 1987, p. 13).

Para Skinner (1987) essa resistência partiria de governos, religiões, da indústria que seriam a encarnação (*embodiment*) de práticas que passaram a existir através da seleção, mas essas contingências de seleção estão em conflito com o futuro da espécie. Neste sentido, o autor afirma que armas nucleares são produzidas não para se garantir a sobrevivência da espécie, mas a de governos e religiões.

É importante destacar que, apesar de tomar em consideração elementos que vão além de contingências de reforçamento de comportamentos individuais, com o conceito de agências de controle, falta em Skinner uma análise estrutural sobre tal resistência sobre o planejamento cultural. Essa discussão será ampliada ao longo do trabalho.

A visão de Skinner é a de que a ciência do comportamento possui ferramentas para se pensar em mudanças culturais e resolver problemas sociais como os citados acima. Skinner parte da ideia de que mudanças amplas requerem um planejamento cultural para intervenções amplas. E o responsável pelo planejamento seria o analista do comportamento, que arranjaria

as contingências para fornecer consequências imediatas aos comportamentos, e estaria atento às consequências de longo prazo.

A perspectiva skinneriana é avançada, em comparação a outras dentro da psicologia, no sentido de que o objetivo não é o de mudar o comportamento de indivíduos isolados e “conscientizá-los”, mas é necessário modificar os contextos ambientais, o que abre margem para se pensar na necessidade de mudança de práticas sociais. Contudo, há uma visão redentora de que a análise do comportamento possa resolver esses problemas, sem se aprofundar ou mesmo sem abordar as raízes históricas e sociais que deram origem a eles.

Em contraposição a uma visão redentora, é necessário refletir sobre como a ciência proposta por Skinner também reproduz a sociedade e problemas que critica. Apesar de discursos da necessidade de se dirigir a problemas sociais, há o reconhecimento por parte de analistas do comportamento de que a abordagem não aborda os fundamentos de certos problemas e apresenta, de fato, alguns aspectos conservadores que reproduzem o *status quo*.

Como exemplo, Grant (2011) faz uma crítica a soluções de problemas ambientais propostas por analistas do comportamento que passam pelo consumo sustentável. O autor afirma que tais são destinadas mais a manter um crescimento econômico que faz um uso intensivo de recursos do que resolver problemas ambientais, além de transferir a responsabilidade de problemas ambientais a indivíduos ao invés de interesses corporativos que motivam o consumo.

Skinner advogava por alternativas ao controle aversivo. Andery e Sérgio (2001) afirmam que “o controle aversivo predomina como forma de interação entre os homens, entre os homens e as instituições sociais e entre os homens e a natureza” (p. 426). Entre seus efeitos estaria a produção de repertórios estereotipados que não permitem que os sujeitos lidem de maneira eficaz com seu contexto. Como alternativa, Skinner (1953/2003) advogava pelo reforçamento positivo direto por ter menos subprodutos indesejáveis. Contudo, colaborou com um projeto de confecção de armas da Segunda Guerra Mundial¹⁰. Além disso, apesar de extensivamente criticados, procedimentos punitivos fizeram parte de vários experimentos ao longo da história da análise do comportamento, inclusive procedimentos punitivos de reorientação sexual (Malott, 1996).

Em 1972, Winett e Winkler escreveram um artigo mostrando como a modificação do comportamento¹¹ usada na sala de aula poderia servir para manter a escola como uma instituição total, num espaço em que o silêncio e a falta de movimento poderiam ser definidos

¹⁰ O projeto ORCON (Organic Control) foi pensado como uma forma de guiar mísseis através de condicionamento operante de pombos (Skinner, 1960).

como objetivos para os alunos. Na sua pesquisa, quatro intervenções foram analisadas com o propósito de investigar os comportamentos-alvo que incluíam “estar fora do assento”, “bater os pés” e “engajar em conversas com outras crianças”. Os autores afirmam que em nenhum desses estudos avaliados houve questionamentos a fatores intraescolares, como o currículo, se o silêncio e falta de movimento seriam necessários para a aprendizagem ou mesmo se ter como objetivo a passividade dos alunos é algo que deveria ser apoiado por quem conduz a intervenção. Neste sentido, Winett e Winkler (1972) afirmam que os modificadores de comportamento foram “instrumentos do *status quo*”, servos de um sistema mais preocupado com a “lei e a ordem” do que com o processo educacional.

Outro exemplo de como intervenções comportamentais podem estar a serviço da manutenção do *status quo* pode ser encontrado em Krasner (1976, citado por Prilleltensky, 1991), que questiona o sucesso do uso da técnica de economia de fichas¹² em sua intervenção em um hospital psiquiátrico, na medida em que o trabalho ajuda a manter uma instituição não mais desejada na sociedade.

Skinner (1945/1978) afirma que as aplicações da análise experimental do comportamento poderiam ajudar psicóticos e “retardados” (*sic*) a levarem uma vida melhor, poupar o tempo de estudantes e professores, melhorar ambientes de trabalho, entre outros. Se essas aplicações poderiam contribuir para melhorar a qualidade de vida dos sujeitos, deve-se ressaltar, por outro lado, que tudo isso pode ser compatível com o *status quo*: a intervenção pode melhorar a vida de usuários de serviços de saúde mental, ao mesmo tempo em que as mantém dentro do criticado modelo de internação psiquiátrica; os conteúdos ensinados nas escolas poderiam ser transmitidos de maneira mais eficiente sem alterar essencialmente o currículo e a função da educação na sociedade; as pessoas poderiam trabalhar mais e mais satisfeitas, mas ainda assim sendo exploradas e contribuindo para a manutenção dos sistemas de dominação.

Outra crítica, apresentada por Holland (1978), é a de que os analistas do comportamento aderem a uma posição de culpabilização da vítima quando aceitam características internas vistas pelas pessoas que os contratam como causas do comportamento a ser corrigido, como chamar trabalhadores de “desmotivados” ou alunos de “delinquentes” ou “hiperativos”, e rearranjam contingências de reforçamento em ambientes institucionais.

¹¹ Termo pelo qual as aplicações e técnicas de modificação empiricamente demonstradas derivadas da Análise do Comportamento eram conhecidas.

¹² Sistema de reforçamento baseado no reforçamento com fichas que podem ser trocadas por consequências agradáveis ou serviços, como em uma economia real (Rivière, 2006).

Esse tipo de intervenção, segundo o autor, ignora as contingências originais que produziram o comportamento:

O comportamento que incomoda o empregador do analista do comportamento é ele mesmo resultado de contingências. Se mudanças reais, duradouras, serão feitas, são essas contingências que precisam mudar. Mudanças duradouras do comportamento requerem a modificação das mudanças que produzem e mantêm o comportamento original. (Holland, 1978, p. 164)

Ao fazer análises de comportamentos isolados, em laboratórios, ou ambientes controlados, tendo em vista mudar o ambiente imediato sem levar em consideração fatores macro-ambientais na determinação dos comportamentos, os analistas do comportamento deixam a ordem social inalterada. A respeito disso, discute Prilleltensky (1994):

O legado de Skinner para a sociedade é uma história de promessas não cumpridas. Não porque Skinner se esquivou da arena social, mas porque ele e seus seguidores não puderam resolver a contradição inerente ao tentar reproduzir essa sociedade e mudá-la radicalmente ao mesmo tempo. Em última instância, eles se tornaram preocupados com modificar organismos individuais e ambientes microsociais. Relacionadas com esta deficiência intrínseca estão a negligência de questões de poder e a noção de que a ciência pode resolver dilemas morais (p. 134).

Os exemplos de intervenção citados acima remetem à afirmação de Burton (1980 citado por Tourinho, 1996) de que o comportamento científico não ocorre em isolamento, mas está relacionado à comunidade verbal da qual o cientista faz parte. Tendo em vista que “os sistemas de reforçamento desta sociedade estão baseados principalmente na aquisição de lucro material pessoal e o privilégio ou status pessoal” (Holland, 1973, p. 268), o próprio analista do comportamento está sujeito a reproduzir as hierarquias de poder às quais está submetido.

Tal visão nos remete ao paradigma pós-moderno como apresenta Laurenti (2012), segundo o qual o comportamento do cientista não é neutro e a objetividade não se identifica com a neutralidade. Segundo a autora, a não dicotomização entre fatos e valores dentro desse paradigma é o que permite vincular uma ciência do comportamento humano à solução de problemas sociais. É importante ressaltar que há um equívoco na leitura de Laurenti (2012) de que só uma ciência “pós-moderna” supera a dicotomização entre fato e valor. Historicistas e marxistas – pensadores modernos – já trabalhavam com a não dicotomização entre fato e valor.

Vale destacar que os exemplos de intervenção apresentados remetem a uma visão de mundo que, partindo de leis universais, naturalizaria o comportamento, isolando-o de

contextos históricos e sociais. Os contextos considerados nos exemplos são apenas os imediatos e não contextos mais amplos. Isso entra em contradição com a visão contextualista e seu princípio de multideterminação que influenciou a análise do comportamento. A já mencionada visão redentora remete à ideia de superioridade do conhecimento científico e a um dos princípios do positivismo lógico: o de que os métodos da ciência são o único caminho para um conhecimento válido.

Outra contradição identificada é a de que, se, de um lado, há uma ênfase na necessidade de alternativas ao controle aversivo, de outro, em não raros os casos, contingências aversivas foram utilizadas em diversas intervenções. Além disso, mesmo intervenções com o uso de reforçamento positivo, como o caso de intervenções com economia de fichas, podem manter hierarquias de dominação.

Outro ponto apresentado foi o de que analistas do comportamento podem adotar uma posição de culpabilização da vítima ao não levarem em consideração as contingências ambientais que produziram determinado comportamento. Tal posição, contudo, não é coerente com o referencial do behaviorismo radical, para o qual problemas sociais se originam em ambientes sociais e só podem ser modificados com a mudança radical de contingências ambientais (Malagodi, 1986). Se o foco é levado para o controle externo, isso significa que os problemas não se originam nos próprios indivíduos e as contingências que mantêm os problemas sociais podem ser modificadas.

Sendo assim, não caberia outro papel a esta abordagem além de ajustar indivíduos à sociedade existente, não sendo possível transformá-la. Contudo, Holland (1973) discute que este não é o único papel reservado a ele:

E o que pode fazer o cientista comportamental que abandonou a antiga racionalização da neutralidade científica se ele se envolveu na luta pela justiça? [...] Nós podemos fazer uma tentativa de transmitir ao povo nossas descobertas; e promover aplicações que se adequem mais às suas necessidades do que as necessidades da elite. A coisa mais importante a este respeito é que o cientista comportamental analise o funcionamento do controle comportamental em nossa sociedade e comunique essa análise a outros para que eles estejam melhor preparados para o contracontrole. Em segundo lugar, deverá analisar também os efeitos potenciais de diferentes formas de contracontrole. Em terceiro lugar, deverá desenvolver uma tecnologia inerentemente adaptada para o uso na luta. (Holland, 1973, p. 273-274)

De acordo com Holland (1973, 1978), a análise do comportamento pode fornecer meios para analisar as estruturas, o sistema de controle e formas de controle social. O papel

do analista do comportamento seria o divulgar as descobertas da análise do comportamento e auxiliar na elaboração de soluções visando um processo de mudança social.

Holland (1978) afirma ainda que as verdades produzidas de uma ciência empírica e politicamente neutra estabeleceram as bases para essa análise dos sistemas sociais e que uma disseminação dos métodos de analisar contingências de controle social podem acelerar a criação de uma sociedade não opressiva que supere os problemas sociais para os quais as vítimas são frequentemente culpadas.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, a intenção do presente capítulo foi apresentar um panorama histórico, dos principais conceitos, influências filosóficas e críticas a fim de apontar alguns elementos que possam contribuir com a compreensão da análise do comportamento.

Capítulo 2 - Marxismo

O contexto de surgimento do marxismo, no século XIX, é o de consolidação da ordem burguesa, após a Revolução Francesa, com o processo de industrialização que ocorria na Europa e os movimentos operários que surgiram a partir desse processo. A consolidação do mundo burguês engendrou novas formas de poder, cultura, arte, ciência e produção (Netto, 1994). Nesse movimento surgiram novas possibilidades de transformação da natureza e avanço na existência humana.

Apesar de criar novas possibilidades de existência e de elevação da vida dos homens, a gestação do mundo burguês teve como preço o aumento da miséria relativa. As contradições que permearam esse processo culminaram em um confronto de classes que, na primeira metade do século XIX, tiveram seu ponto alto nas insurreições proletárias de 1848 e sua repressão pela burguesia (Netto, 1994). Esse movimento de trabalhadores urbanos transitou de um protesto contra a exploração para um projeto de classe – a revolução socialista – o que permite o proletariado colocar-se como sujeito histórico político autônomo (Netto, 1994).

Com o processo de transformação que se inicia no Renascimento e desemboca na Revolução Industrial e na Revolução burguesa, a realidade social assume uma forma plenamente social, com as determinações sociais assumindo um papel claramente regente no processo histórico, o que permite compreender a sociedade como resultado de sua própria atividade. O amadurecimento da classe trabalhadora (e da burguesia) permite que Marx elabore sua nova perspectiva.

Sob influência dos movimentos operários, Marx e Engels sistematizaram uma teoria da sociedade burguesa. Tal sistematização foi acompanhada por uma ultrageneralização de suas principais contribuições à compreensão da sociedade burguesa e de um ecletismo que culminou em formas variadas de marxismo, sendo possível falar em “marxismos”, dada a existência de diferentes vertentes nessa tradição teórico-política.

Netto (1994) afirma que há um “pressuposto histórico-social que viabilizou o desenvolvimento da reflexão de Marx” (p. 16). Esse pressuposto é o de que uma compreensão rigorosa da sociedade só é possível quando o ser social pode aparecer à consciência como algo que, condicionado pela natureza, tem uma dinâmica própria, sendo diferente dela. Essa diferença pode surgir à consciência quando se instaura a sociedade burguesa.

A distinção entre ser social e ser natural é importante pois não transfere para o plano da sociedade concepções válidas apenas para o plano da natureza. Se as relações sociais

podem ser apreendidas como produto de interação entre os homens, eles podem se entender como autores de sua própria história, o que permite mudá-la.

Netto (1994) chama a atenção para o fato de que, como a sociedade burguesa se funda na exploração e opressão, sua dinâmica produz mecanismos que ocultam esses atributos. Esconde-se que os fenômenos são processos, pois ganham a aparência de coisas alheias aos homens. O autor chama atenção para o fato de que ao mesmo tempo em que a sociedade burguesa explicita o ser social enquanto tal (diferente da natureza, com regularidade própria), ela bloqueia essa apreensão.

Nesse contexto, uma teoria que revela a estrutura real da sociedade burguesa, suas formas de exploração, opressão e reprodução só interessa àqueles que querem ultrapassar a ordem vigente. O quadro de visibilidade do ser social e de movimento revolucionário lançava as condições para a criação da teoria de Marx, inaugurando um modo de compreender a sociedade burguesa para suprimi-la (Netto, 1994).

Na perspectiva de Marx, pode-se dizer que a organização da sociedade e a consciência do homem são determinadas pelo modo como a sociedade se organiza para modificar a natureza, ou seja, determinadas pelo modo de produção (Lessa & Tonet, 2011). Sua análise se debruçou sobre “a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista” (Netto, 2011, p. 17).

De acordo com Netto (2011), Marx “extraiu a lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual, no modo de produção capitalista, a produção da riqueza social implica, necessariamente, a reprodução contínua da pobreza (relativa e/ou absoluta)” (p. 23). As consequências dessa acumulação podem ser ilustrada por um relatório da OXFAM (2016) com dados de que, em 2015, as 62 pessoas mais ricas do planeta detinham a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas, a metade mais pobre da humanidade, riqueza que subiu 45% desde 2010.

A concentração da riqueza na classe detentora dos meios de produção em contraposição à pauperização da classe produtiva ilustra as contradições do modo de produção capitalista e traduz o acerto das análises de Marx. O desenvolvimento deste modo de produção, com a expansão da produção material contraditoriamente, abre a possibilidade de satisfazer as diversas necessidades humanas, ao mesmo tempo em que exclui a maior parte da população das possibilidades de satisfação.

A compreensão da dinâmica das relações de produção e da dinâmica constitutiva dinâmica constitutiva do ser social sob o modo de produção capitalista são os objetivos de

Marx para ultrapassar a sociedade burguesa e abrir um novo período na história da humanidade (Netto, 1994).

O presente capítulo tem por objetivo apresentar fundamentos da tradição marxista, enfatizando, especialmente, análises sobre subjetividade e sobre emancipação.

2.1 A especificidade do pensamento de Marx

Tonet (2011), na esteira de Lukács, afirma que o que caracteriza a teoria marxiana é sua ênfase na categoria da totalidade, ou seja, “significa que a realidade social se configura como um conjunto de partes, articuladas, em processo permanente de constituição, em determinação recíproca, e que, além disso, tem o trabalho como sua matriz fundante” (p. 139). Neste sentido, sendo impossível conhecer uma parte sem capturar as relações que mantém com a totalidade e sem reconhecer a própria parte como uma totalidade, Tonet (2011) afirma que uma teoria geral do ser social é imprescindível para o conhecimento da realidade.

Uma apreensão fiel ao pensamento de Marx requer a busca pelos fundamentos mais gerais que o sustenta, que seria a novidade mais radical do pensamento marxiano: sua concepção de ser social (Tonet, 2011). Tonet (2011) afirma que o sentido da crítica radical de Marx é ontológico, antes de ser político ou ético:

é a identificação da natureza própria do ser social que lhe permite alcançar a raiz desse mesmo ser. Essa identificação das determinações gerais do processo de tornar-se homem do homem é que vai lhe permitir compreender de maneira inteiramente nova a história da humanidade e fazer a crítica do sistema social regido pelo capital. E é essa mesma identificação que lhe permite, ao compreender a natureza do processo histórico-social e fazer a crítica do capital, vislumbrar a possibilidade – real e não meramente volitiva – de uma forma de sociabilidade para além dele e humanamente superior a ele (p. 137).

A identificação da especificidade do ser social, do que o distingue da forma natural de ser, e de como o homem produz uma realidade diferente da realidade natural, ao transformar a natureza, permite desnaturalizar sociabilidades regidas pelo capital e entrever outras possibilidades de sociabilidade.

O pensamento de Marx instaura o que Lukács chamou de ontologia do ser social¹³, isto é, trata-se de responder o que é o ser social e suas determinações mais gerais. Marx e Engels,

13 “qualquer leitor sereno de Marx não pode deixar de notar que todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente (...) são entendidos — em última instância — como enunciados diretos sobre um certo tipo de ser, ou seja, são afirmações ontológicas” (Lukács, 1979, p. 11)

em *A Ideologia Alemã*, afirmam que o pressuposto para compreender a história “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (1846/2007, p. 86-87), pressuposto constatável por via empírica e que se afasta de uma noção de “indivíduo humano abstrato, isolado”. Marx e Engels partem do fato de que o ato mais fundamental que os indivíduos devem realizar – para garantir a reprodução de suas condições materiais – é a transformação da natureza, ou seja, o ato de trabalho. Na obra marxiana, o trabalho edifica a base material da sociedade e se constitui como o fundamento do ser social:

Esse modo de produção [dos meios de vida] não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar a vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam a vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (Marx & Engels, 1846/2007, p. 87).

Segundo Tonet (2011), em *O Capital*, Marx explicita que o trabalho é um intercâmbio entre o homem e a natureza através do qual são produzidos os bens materiais necessários à existência humana. Este intercâmbio é uma síntese entre subjetividade e objetividade, entre a consciência e a realidade objetiva natural.

O ato de trabalho em Marx tem um caráter teleológico, se desenvolve a partir da antecipação na consciência, de modo intencional, do fim a ser atingido, sendo uma forma de garantir sua reprodução. A transformação da natureza feita pelos homens difere daquela feita por outros animais pela capacidade de prévia-ideação antes da objetivação. Toda objetivação leva a uma nova situação em que tanto a realidade, quanto o indivíduo são modificados. A transformação da natureza leva a uma nova situação e ao surgimento de novas necessidades e novas ideações para atendê-las. Segundo Marx (1859/2016):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade [...].

Nesta perspectiva, o trabalho é um processo conduzido pela consciência, na busca por adequar a natureza às necessidades humanas. Tal atividade é teleológica, isto é, dirigida a uma finalidade, pois a relação com a natureza não pode ser separada das tentativas de adequá-la às necessidades humanas (Lacerda Jr, 2010). Neste sentido, “com a consciência a história humana não é mais uma história natural, mas sim a história das relações sociais” (Lacerda Jr, 2010, p. 100), tendo em vista que, por meio da transformação intencional da natureza, o homem não apenas garante suas condições objetivas de existência, mas constrói a sociedade e a si mesmo como indivíduo.

Segundo Lessa e Tonet (2011), o pensamento de Marx pressupõe o fato de que os homens, para garantir suas condições de existência, devem transformar a natureza constantemente. A partir dessa ação intencional, o homem produz uma nova realidade, diferente da natural, isto é, uma realidade social. Deste modo, “pelo trabalho, o homem, ao transformar a natureza, também se transforma. Quando os homens constroem a realidade objetiva, também se fazem a si mesmos como indivíduos” (Lessa & Tonet, 2011, p. 21).

Da constatação de que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social e, por consequência, fundante da realidade social, chega-se à conclusão de que ele é radicalmente histórico e social:

Radicalmente histórico porque tudo o que compõe o ser social, inclusive a essência humana, é criado ao longo desse processo. Vale dizer, não há nenhuma parte que integre o ser social que seja de origem divina ou puramente natural. Radicalmente social porque tudo o que compõe o ser social é resultado da interatividade humana. Tudo é resultado da atividade social dos homens (Tonet, 2011, p. 138)

Apesar de fundante da realidade social, por ser a única categoria cuja função social é a produção de bens materiais necessários à existência do ser humano, o trabalho não é o único momento da realidade social. Tonet (2011) aponta que a realização do ato do trabalho abarca outras categorias. Uma delas é a socialidade: o trabalho sempre é um ato social. A linguagem é também apontada como outra categoria associada ao trabalho e à socialidade, pois toda atividade implica comunicação. Outra categoria é a educação – a necessidade da educação na esfera do ser social provém do fato de que a realização das atividades necessárias à nossa existência não é geneticamente determinada, mas passa por um processo de aquisição de “conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores” (p. 140) conscientemente assumido.

Esses momentos da realidade social integram o ato do trabalho desde seu momento mais original e outros surgem na medida em que a sociedade se complexifica, a partir do

desenvolvimento das forças produtivas, exigindo outras atividades além daquelas voltadas para a produção dos bens materiais (Tonet, 2011). Sendo essas categorias derivadas do ato de transformação da natureza, pode-se dizer que entre o trabalho e as outras atividades existe uma relação de dependência ontológica, de autonomia relativa e de determinação recíproca:

Dependência ontológica de todas elas em relação ao trabalho, pois este constitui o seu fundamento. Autonomia relativa, pois cada uma delas cumpre uma função que não resulta mecanicamente de sua relação com o trabalho. Determinação recíproca, pois todas elas, inclusive o trabalho, se relacionam entre si e se constituem mutuamente nesse processo (Tonet, 2011, p. 139).

O trabalho como ponto de partida para o processo de humanização dá origem a outros momentos da realidade social que não são determinados exclusivamente pelos atos de transformação da natureza, ao mesmo tempo em que influenciam o trabalho e são influenciadas por ele.

Entender o pensamento marxiano como fundador de uma ontologia que tem o trabalho como base oferece o alicerce para a discussão sobre o desenvolvimento do indivíduo e as possibilidades concretas da emancipação humana, temas que serão discutidos nos próximos tópicos.

2.2 O Marxismo, formação da personalidade e alienação

A partir do exame do ato do trabalho, Tonet (2011) afirma que é possível constatar que o ser social é composto pelo polo da singularidade e o da universalidade, com um estatuto que o distingue e, ao mesmo tempo, o faz membro da espécie humana. A constituição desses dois polos, afirma o autor, se desenvolve ao longo de toda a história humana, tanto no sentido geral como individual:

Por um lado, o pólo universal, genérico, se constitui como um patrimônio que resulta da atividade dos indivíduos e que se objetiva de muitas formas. Por outro lado, o pólo da singularidade, os indivíduos, se constitui na medida em que esses indivíduos se apropriam desse patrimônio genérico. Disto resulta que nascemos com potencialidades para nos tornarmos indivíduos humanos, mas não nascemos já como indivíduos humanos. Tornamo-nos indivíduos humanos na medida em que nos apropriamos do patrimônio humano universal (Tonet, 2011, p. 140).

Ao mesmo tempo em que é membro da espécie, cada indivíduo singular precisa se apropriar do patrimônio desenvolvido ao longo da história da humanidade. Com base na

teoria de Marx, Duarte (2008) explicita que não há uma essência humana separada da história, assim como a humanidade não está dada imediatamente nos indivíduos singulares. Segundo o autor, a humanidade precisa resgatar o que foi produzido historicamente e ser produzida em cada indivíduo singular.

O processo de acumulação (de conhecimentos e transformações) faz com que o desenvolvimento do ser social seja ontologicamente distinto da natureza. Nesse sentido, os homens são o que eles fazem a cada momento histórico, não havendo uma essência humana independente da história. Deste modo, em um modo de produção escravista, a essência humana é escravista; em um modo de produção feudal, a essência humana é feudal; no modo de produção capitalista, a essência humana é capitalista.

O trabalho como atividade vital garante a reprodução não só da espécie, mas do gênero humano. Ele reproduz o ser humano genérico, que se diferencia dos outros animais por sua atividade vital livre e consciente (Duarte, 2013). Segundo Duarte (2013), o que é próprio ao ser humano não é o fato de realizar uma atividade que assegure sua existência, mas como ele reproduz sua vida, com a produção dos meios que possibilitem essa satisfação.

A formação do indivíduo não é determinada unicamente pelas características do organismo, mas pelo processo de apropriação da cultura¹⁴. As características do gênero humano resultam do processo histórico de objetivação e se diferencia das características da espécie que são transmitidas pelo código genético (Duarte, 2013). Na medida em que produz uma realidade humanizada pela sua atividade, o ser humano humaniza a si próprio, com a transformação objetiva sendo acompanhada por uma transformação subjetiva.

A objetivação diz respeito ao processo de transformação de algo da natureza em um objeto da atividade humana no processo do trabalho. Duarte (2008) explica que:

O processo de apropriação surge, antes de tudo, na relação entre o homem e a natureza. O ser humano, pela sua atividade transformadora, apropria-se da natureza incorporando-a à prática social. Ao mesmo tempo, ocorre também o processo de objetivação: o ser humano produz uma realidade objetiva que passa a ser portadora de características humanas, pois adquire características socioculturais, acumulando a atividade de gerações de seres humanos. Isso gera a necessidade de outra forma do processo de apropriação, já agora não mais apenas como apropriação da natureza, mas como apropriação dos produtos culturais da atividade humana, isto é, apropriação das objetivações do gênero humano (entendidas aqui como os produtos da atividade objetivadora) (p. 24).

14 Cultura é entendida aqui como “o conjunto de objetivações do processo de transformação da realidade natural em realidade humanizada, processo esse regido pelo trabalho” (Giardinetto, 2013, p. 7620)

A objetivação é um processo dialético que se dá pela apropriação dos produtos da atividade humana e pela transformação da natureza que é marcada pelas características do que foi transmitido pelas gerações anteriores. Segundo Costa (2012), a objetivação “traduziria as transformações estabelecidas no mundo dos objetos para torná-los conforme o objetivo pretendido” (p. 19). Duarte (2013) afirma que, ao se apropriar de uma objetivação da atividade humana, o indivíduo se relaciona com a história social.

No processo de trabalho, realiza-se simultaneamente a objetivação do objeto e a exteriorização do sujeito humano, a partir do qual resulta um produto como materialização de um projeto previamente elaborado pelo homem. A personalidade se revela no produto do trabalho como expressão da exteriorização dos sujeitos no ato de criar novas objetivações (Costa, 2012, p. 26).

A exteriorização é o processo de imprimir características do sujeito nesse objeto e mudar a própria subjetividade do sujeito que atua sobre o mundo. Segundo Costa (2012), esse processo traduziria “as reverberações destas atividades na constituição da subjetividade, as qualidades especificamente subjetivas que se exprimem no objeto criado” (p. 19). O sujeito exteriorizado é também o sujeito genérico humano, por atender a necessidades que estão postas coletivamente em um determinado momento histórico.

O ato de objetivação do trabalho é também um ato de exteriorização do sujeito. A autora afirma que pela exteriorização o homem deixa sua marca naquilo que produz, se reconhecendo e se distinguindo de seu produto. Nesse processo o homem cria uma nova realidade objetiva e recria sua subjetividade. A personalidade, nesse sentido, seria um momento essencial no qual o sujeito se manifesta objetivamente, o que não pode ser reduzido ao puro subjetivismo (Costa, 2012).

Costa (2012), embasada nos trabalhos de Lukács, sustenta a tese de que a individualidade se torna mais complexa na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas requer o crescimento das capacidades humanas. Com o predomínio dos momentos sociais sobre os naturais, as decisões tomadas pelo indivíduo se tornam complexas. Sociedade e indivíduo evoluem com base no que foi construído anteriormente e o acúmulo histórico das gerações anteriores aumenta as possibilidades de desenvolvimento do homem. Isso acontece em um processo que não é linear, mas encerra contradições e desigualdades, já que nem todos têm acesso a esses acúmulos e às possibilidades de desenvolvimento.

Para Costa (2012), a personalidade é concreta no sentido que resulta de uma síntese das decisões tomadas pelos indivíduos ao longo da vida. As escolhas devem ser entendidas como respostas aos desafios impostos pela vida social. Segundo a autora,

a personalidade se forja também na capacidade que os homens apresentam de avaliar criticamente, passo a passo, cada um dos seus atos e cada escolha feita ao longo da vida, e formar aí um quadro de sua própria conduta de vida. (Costa, 2012, p. 126)

Tal processo não deve ser tomado simplesmente como liberdade individual, mas entendido como exteriorização, o que lhe confere um caráter social. As escolhas são feitas entre alternativas postas pela sociedade, em circunstâncias que são históricas e sociais. Neste sentido, Costa (2012) afirma que a individualidade é determinada socialmente em um sentido objetivo e subjetivo, com as demandas postas pelas objetivações práticas da sociedade refletindo as possibilidades do estágio de desenvolvimento genérico.

Segundo Costa (2012), apesar de ser socialmente determinada, a dinâmica imediata do processo de individuação permite ao indivíduo manter-se no controle de sua vida, o que lhe garante certa autonomia na direção de seu destino pessoal (Costa, 2012). Nesse ponto de vista, a autora afirma que “a decisão entre alternativas não significa nem pura expressão de liberdade individual, nem mera determinação fixa socialmente de modo permanente” (p. 127), tendo a dinâmica da vida pessoal uma autonomia relativa frente à dinâmica social.

Outro aspecto discutido por Costa (2012) são os valores. Segundo a autora, eles têm seu locus no cotidiano e compreendem desde costumes e tradições até valores jurídicos, políticos, filosóficos e artísticos. Sendo base para as escolhas entre as alternativas criadas socialmente, os valores atuam na constituição da personalidade, influenciando as ações e retroagindo sobre a subjetividade. Costa (2012) ressalta que, apesar de serem criados na própria sociedade e retroagirem sobre o sujeito, os valores não cancelam o caráter ativo do sujeito nas escolhas frente às possibilidades que lhe são colocadas, podendo agir de maneira diferente de outras pessoas na mesma situação.

O trabalho se constitui como uma forma de objetivação e desenvolvimento da individualidade humana, mas nas relações sociais capitalistas sua realização converte-se em único meio de assegurar a existência. Na sociedade capitalista, o trabalho passa a ter significados mais ambivalentes em que ora é visto como enaltecedor ora como alienante e desprovido de qualquer valor. Ao mesmo tempo em que o trabalho é atividade humana que modifica a realidade e dialeticamente modifica o sujeito (caráter positivo) o trabalho também é alienado e não permite que o sujeito se reconheça no produto ou processo de seu trabalho (caráter negativo) (Borges & Yamamoto, 2004).

No capitalismo, o trabalho não é “a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer as necessidades fora dele” (Marx, 2004, p. 83). O trabalho, que não tem por

objetivo a satisfação das necessidades básicas, mas está a serviço do capital, produz novas necessidades e produz uma sociedade fundada no consumismo massificado.

No modo de produção capitalista, a essência humana aparece como alienada pela ruptura entre a produção da existência e a reprodução da vida. O trabalhador é alienado do produto e do processo de seu trabalho, já que ele não trabalha para si mesmo, mas em troca de um salário. O produto do seu trabalho não lhe pertence, mas a quem compra sua força de trabalho. A essência dessa alienação reside na expropriação dos meios de produção, atingindo não só o produto, mas também o trabalho não material no processo de elaboração. Neste processo, o trabalhador pode se alienar de si mesmo (enquanto ser ontológico) e de seu próprio gênero (humano) (Marx, 2004).

2.3 Emancipação

Se no modo de produção capitalista a essência aparece como alienada, é preciso discutir as condições de superação dessa situação. Para isso é necessário entender a concepção de liberdade no pensamento de Marx e sua caracterização sobre a emancipação.

2.3.1 Liberdade para liberalismo e liberdade na teoria marxiana.

O liberalismo adota uma concepção de liberdade que parte do indivíduo como naturalmente proprietário, isto é, toma a propriedade privada como um direito natural. Tonet (2005) contrapõe essa noção de liberdade com a concepção de Marx que elabora uma crítica do direito à liberdade tal como aparece na *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*. Para Marx (2010) a noção moderna de direitos humanos não se baseia na vinculação entre os homens, mas na sua separação. Na sua análise, o direito à liberdade equivale ao direito à propriedade privada, que é o de desfrutar do patrimônio sem levar outros em consideração. Marx (2010) afirma que essa liberdade individual e sua aplicação prática formam a base da sociedade burguesa e faz com que cada homem veja o outro como restrição à sua própria liberdade.

Segundo os clássicos da filosofia política liberal, o homem é dotado de atributos que antecedem sua existência na sociedade, como a propriedade, a liberdade, a igualdade e a racionalidade (Tonet, 2005). Deste caráter a-histórico e antissocial da natureza dos homens decorre a compreensão de que a natureza é imutável e que, dada a impossibilidade de alterá-la em sua essência, é necessário estabelecer um pacto social para impor limites a esse caráter.

Neste sentido, Tonet (2005) afirma que hoje a tese dominante é a da “impossibilidade ontológica da superação dessa forma de sociabilidade” (p. 94).

Na perspectiva marxiana, isso é questionável, não sendo possível falar de uma natureza humana imutável, já que o ser social é radicalmente histórico. As categorias de liberdade, igualdade e razão não são ontologicamente anteriores à existência humana, mas são resultados de um processo histórico. A história humana é um processo de autocriação do homem (Tonet, 2005). Se o ser social é radicalmente histórico e constrói a si mesmo, ele pode construir um tipo diferente de sociabilidade. As possibilidades para se chegar à emancipação são oferecidas pelo desenvolvimento do ser social.

A concepção de liberdade da filosofia política liberal se baseia na garantia de participação do indivíduo como cidadão nos assuntos do Estado e na defesa da propriedade privada. Neste sentido, a concepção liberal tem a emancipação política como máximo de liberdade, diferentemente da concepção marxiana.

2.3.2 Emancipação política X emancipação humana.

Para Marx (2010), o processo de emancipação não tem um caráter apenas jurídico-político. Neste sentido, ele diferencia a emancipação política da emancipação humana. A primeira diz respeito às liberdades formais e direitos democráticos na ordem burguesa. Marx (2010) afirma que “A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui” (p. 41). As conquistas da emancipação políticas são importantes porque representam um avanço em relação às liberdades da ordem feudal.

Juridicamente (“politicamente”, nos termos de Marx), todos passam a ter o mesmo direito perante a lei. No entanto essas conquistas são insuficientes, por não permitirem a alteração das raízes da desigualdade inerentes a uma sociedade dividida em classes. Marx (2010) alerta para que não se tenha ilusões quanto ao limite da emancipação política, que tem sua realização plena na cisão do homem em *público* e *privado*. Em contraposição à perspectiva liberal, a emancipação humana, na perspectiva marxiana, requer uma revolução radical, não apenas uma mudança política institucional.

Para Marx, a emancipação humana corresponde ao comunismo. Este começa com a extinção das classes sociais, ou seja, quando é possível um novo período de autoconstrução humana (Tonet, 2005). Lacerda Jr (2010) define a emancipação como a

resolução da contradição entre, de um lado, a existência de condições sociais que possibilitam a apropriação do patrimônio histórico criado pelo gênero humano por qualquer indivíduo e, de outro, a vigência de relações sociais que bloqueiam a efetivação desta apropriação. Colocando em termos mais claros, trata-se da resolução da contradição entre grau alcançado do desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção existentes (p. 19).

2.3.3 Pré-condições da emancipação humana.

Pensar a possibilidade da emancipação humana requer pensar nas condições ontológicas e nas possibilidades históricas e estruturais que lhe dão sustentação.

Segundo Tonet (2005), na natureza do ser social estão as bases para sustentar a emancipação humana como um valor real e superior à emancipação política. O autor aponta a historicização do ser social, isto é, a ideia de que não há uma natureza humana imutável, como fundante da possibilidade ontológica da emancipação humana.

Outra determinação é o estatuto ontológico da consciência e sua posição no processo histórico. Tonet (2005) afirma que, do ponto de vista ontológico, a consciência tem um papel fundamental na transformação da natureza. A transformação da natureza e da realidade objetiva social exigem a intervenção da consciência para estabelecer os fins, buscar os meios e orientar o processo de objetivação.

O reconhecimento da historicidade do ser social, da natureza ontológica da consciência, o caráter da consciência na construção de uma sociabilidade livre, demonstram, segundo Tonet (2005), que não há nada na inerente na estrutura do ser social que impeça a superação da atual ordem social. Nesse estágio de desenvolvimento do ser social na sociabilidade capitalista, ele se põe para si mesmo como ser plenamente social, o que permite aos homens compreender o processo social como resultado de seus próprios atos e apreender sua dinâmica para alterar conscientemente a esta ordem social (Tonet, 2005).

Para Marx, a organização do Estado político reflete o desenvolvimento da organização da produção. Pela estrutura do Estado político institucionalizado, a burguesia (classe dominante) mantém a estrutura das relações de poder, não importando quem exerce o poder político. Neste sentido, a emancipação política não ultrapassa o quadro da sociedade burguesa e não representa a emancipação humana.

Em relação às condições históricas e estruturais, é necessário levar em consideração que a emancipação humana requer a supressão da propriedade privada. Contudo, sua essência não deve ser entendida como a garantia jurídica e política da posse dos meios de produção, mas as relações que os homens estabelecem entre si na produção, ou seja, a apropriação do

produto a da força do trabalho de outrem, que resulta em uma relação de exploração e dominação (Tonet, 2005).

O comunismo “não é um ideal construído pela consciência, externo ao processo social” (Tonet, 2005). As condições para a transição do capitalismo ao comunismo estão em um grau elevado de desenvolvimento das forças produtivas, capaz de satisfazer as múltiplas necessidades humanas e permitir ao homem não ser livre e não dominado por suas carências. O desenvolvimento das forças produtivas já acontece sob promoção do capital, mas de forma alienada. Segundo Tonet (2005),

a existência de um intenso desenvolvimento tecnológico, capaz de atender as necessidades básicas de toda a humanidade, é imprescindível para que o interesse privado possa ser superado como eixo de todo o processo social. Onde há escassez, há carências não satisfeitas e como consequência a luta dos indivíduos entre si, a formação de classes sociais, a exploração e a dominação (p. 103).

O alto grau de desenvolvimento das forças produtivas permite não apenas o atendimento das necessidades, mas o desenvolvimento universal dos próprios indivíduos, na medida em que o intercâmbio universal permite ao indivíduo “tornar-se rico e complexo é um processo de apropriação cada vez mais amplo e intenso, por parte dos indivíduos, de todas as objetivações que fazem parte do patrimônio humano, não apenas no plano material, mas também no plano espiritual” (p. 104).

Tonet destaca que essa exclusão das possibilidades de autorrealização não se devem a uma “cegueira das classes dominantes” ou uma “incapacidade de administrar a distribuição da riqueza”, mas que isso se deve à própria lógica de desenvolvimento do capital, que tem como elemento intrínseco a “rápida obsolescência (*sic*) e/ou a destruição da riqueza produzida, inclusive do próprio trabalhador, como condição para a continuidade da sua reprodução” (p. 105).

Assim sendo, em última instância, somente com a mudança na esfera do trabalho, isto é, com a reorganização do modo de produção, pode haver transformação das relações de desigualdade que se configuram na sociedade capitalista e a emancipação humana. A verdadeira emancipação, para Marx, deve levar em conta a lógica da luta de classes e voltar-se contra o capitalismo para efetivamente se assumir enquanto exercício do poder pelos cidadãos, pelo coletivo social.

Nenhuma das formas de trabalho que existiram desde o começo da história da humanidade (escravismo, modo de produção asiático, primitivo, servil, capitalismo)

permitiram ao homem se tornar plenamente livre (Tonet, 2005). Tonet (2005) afirma que, embora houvesse um aumento de independência em relação à natureza, a divisão do trabalho instaurou relações de sujeição entre os homens. Tendo em vista que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, uma forma de trabalho que não possui atos decisivos livres não pode ser a base para uma forma de sociabilidade livre. Quando as forças dos indivíduos são investidas de um caráter privado deixam de ser sociais, o que coloca a impossibilidade de o produtor ter a regência sobre o processo de produção e o processo social.

O advento do comunismo não significa o fim do trabalho. Ao contrário do modo de produção capitalista, em que o produto domina o produtor e em que a reprodução do próprio capital é o fim último, no comunismo, a finalidade do trabalho é a autoconstrução do homem como homem, sendo o produtor quem estabelece os fins (o atendimento das necessidades dos indivíduos) e busca as formas mais adequadas para atingi-los (Tonet, 2005).

Segundo Tonet (2005), não basta colocar o fim da produção voltada para interesses da totalidade social, também é fundamental o controle livre e consciente dos produtores sobre o processo de produção e sobre o conjunto do processo social. Deste modo, o objetivo final do processo de produção torna-se a satisfação de necessidades humanas, não a reprodução do capital. Neste sentido, emancipação humana só é possível em outro tipo de sociedade, na qual

a realização pessoal tem o sentido de um processo cujo eixo não é o indivíduo, mas a relação indivíduo-gênero, processo cujo fim é a sua própria efetivação. Seu caráter é muito mais ontológico do que psicológico, ou seja, é uma construção de si que implica fazer sua a riqueza genérica humana ao mesmo tempo em que está engajado na criação de uma forma superior da humanidade. Daí porque este processo só pode se dar na medida em que for regido, conscientemente, pelos indivíduos associados e consistir num movimento de expansão omnilateral. (Tonet, 2005, p. 118)

Esse tipo de trabalho em que os homens estabelecem relações entre si e tem controle de todo o processo de produção material é o trabalho associado (Tonet, 2005). Tonet (2005) afirma que esse trabalho é mais livre porque o homem tem domínio consciente da atividade na qual se sente bem e se realiza positivamente, mas ressalta que apesar de ser a forma mais livre possível do trabalho, não é a forma mais livre de atividade humana. Segundo o autor, o trabalho, mesmo sendo fundamental, não é a forma mais plena da atividade humana. “Quanto maior o tempo livre, maior a riqueza da humanidade e maior a possibilidade de os homens se dedicarem a atividades mais livres” (p. 104) como a formação artística e científica.

A apropriação social, isto é, o controle, consciente e coletivo, dos trabalhadores sobre a totalidade do processo produtivo, permite o desenvolvimento de uma totalidade de

capacidades. Tonet (2005) afirma que a “apropriação social (emancipada) significa a assimilação da multivariada riqueza produzida pela humanidade, ao mesmo tempo em que a expressão multilateral do indivíduo como consequência necessária” (p. 90).

O desenvolvimento das forças produtivas é condição para diminuição do tempo de trabalho que, por sua vez, é condição para que o trabalho assuma uma forma que lhe permita tornar-se o fundamento do “reino da liberdade”. Para Marx (1974, p. 942, citado por Tonet 2005, p. 87), “o reino da liberdade só começa ali onde termina o trabalho imposto pela necessidade e pela coação de fins externos”. Tanto o trabalho como as outras atividades têm como modelo uma articulação entre teleologia e causalidade. A diferença, segundo Tonet (2005), é a de que o trabalho é uma atividade conscientemente dirigida à realização de fins externos a ele mesmo, ao passo que as outras atividades são elas seu próprio fim. Tonet (2005) afirma que, tanto o trabalho livre, quanto as outras atividades livres são os momentos essenciais de uma forma de sociabilidade plenamente livre.

Por liberdade entende-se a autodeterminação e por “liberdade plena” o grau máximo de liberdade possível para o homem, a liberdade que o indivíduo tem como integrante de uma comunidade real cujo fundamento é o trabalho associado. Há nessa forma de sociabilidade uma relação harmônica entre indivíduo e a comunidade e os homens já não são dominados por forças estranhas, mas senhores de seu destino.

A emancipação humana não é um ponto de chegada, mas uma forma de sociabilidade “indefinidamente aperfeiçoável”, porque não traz em si obstáculos insuperáveis (Tonet, 2005). Segundo Tonet (2005), “a essência da emancipação humana está no domínio consciente e coletivo dos homens sobre o seu processo de autoconstrução, sobre o conjunto do processo histórico” (p. 113). Tonet chama atenção para o fato de que esse domínio sobre o processo social não significa a possibilidade de planejar, na totalidade, esse processo, mas significa que o conhecimento e controle sobre o processo social seriam mais amplos.

Em síntese, o comunismo tem sua possibilidade ontológica no processo de desenvolvimento do ser social e sua possibilidade material concreta pelo processo de desenvolvimento das forças produtivas. Considerando os conceitos apresentados acerca dos fundamentos da tradição marxista, e o panorama histórico, das principais influências filosóficas e críticas da análise do comportamento apresentado no capítulo anterior o próximo capítulo, considerará esse panorama conceitual na classificação e análise dos textos levantados na pesquisa bibliográfica.

Capítulo 3 – Relações entre o Behaviorismo e o Marxismo

Tendo em vista que o objetivo central deste trabalho consiste em identificar as principais relações entre análise do comportamento e marxismo presentes em textos acadêmicos, este capítulo apresenta a categorização e caracterização dos trabalhos encontrados por meio da pesquisa bibliográfica descrito na introdução.

Apesar do trabalho buscar discutir a relação entre as áreas enunciadas o termo “behaviorismo” foi utilizado no lugar de “análise do comportamento” por ser considerado mais amplo e refletir melhor as características dos trabalhos pesquisados que serão detalhadas logo abaixo.

É importante ressaltar que na categorização dos trabalhos serão discutidas as possibilidades de colaboração e contradições presentes na relação entre análise do comportamento e marxismo. A partir dos critérios de seleção apresentados na introdução deste trabalho chegou-se ao total de 17 textos conforme tabela abaixo:

Tabela 1: textos selecionados 1

Ano	Autor	Título
1976	Mishler	Skinnerism: Materialism Minus the Dialectic
1978	Foster	Marxism and Behaviorism: Ideological Parallels
1979	Ulman	Critique of Skinnerism: Materialism Minus the Dialectic
1980	Ardila	Conductismo y marxismo
1985	Alcaraz	Algunos mitos sobre la conducta. El marco ideológico de nuestra sociedade
1985	Freixa i Baqué	El conductismo y el Marxismo en Francia: El conductismo, Skinner, la izquierda y los otros
1985	Ribes Iñesta	¿Conductismo o Marxismo? - Un falso dilema
1986	Ulman	A behavioral-marxist reply to Schwartz and Lacey
1986	Lacey & Schwartz	Behaviorism, Intentionality, and Socio-Historical Structure
1991	Ulman	Toward a synthesis of Marx and Skinner
1992	Freixa i Baqué	El conductismo en Francia: la figura de Pierre Naville
1993	Osuna	Conductismo y Marxismo Leninismo
1995	Ulman	Marxist Theory and Behavior Therapy
1996	Ulman	Radical behaviourism, selectionism and social action
2003	Andery & Sério	Metacontingencias y Dialéctica: ¿Son incompatibles?
2005	Montgomery Urdy	Marxismo y Conductismo en Psicología: un debate interminable
2010	Fedorov	Behaviorology and Dialectical Materialism: on the way to dialogue

A análise dos textos buscou extrair os principais assuntos neles presentes; o tipo de relação estabelecida entre o behaviorismo e o marxismo (convergência, crítica); e as concepções sobre as áreas. Com base nos objetivos do trabalho, os textos foram categorizados

seguindo cinco eixos de análise: 1) ponto de partida, 2) concepção de behaviorismo, 3) concepção de marxismo, 4) tipo de relação e 5) concepção de transformação social. Cada eixo de análise se desdobra em diferentes categorias que foram formuladas a partir das características aproximavam ou não os textos.

É importante ressaltar que o trabalho de Freixa i Baqué (1992) é um resumo de outro trabalho feito pelo mesmo autor (Freixa i Baqué, 1985) que apresenta as mesmas ideias e inclui reproduções literais. Por isso, os ambos os trabalhos serão tratados em conjunto e contados como uma única produção nas análises e categorização.

Nas seções a seguir serão apresentadas sínteses textuais dos textos levantados e as categorizações a partir dos eixos de análise elencados acima.

3.1 Apresentação dos textos

3.1.1 Mishler (1976). Skinnerism: materialism minus the dialectic.

Mishler (1976) desenvolve uma crítica às implicações científicas e sociais inseridas na visão de mundo do que ele chama de “skinnerismo”, partindo do trabalho de Habermas, da tradição da teoria crítica. O autor afirma que apesar de semelhanças entre Skinner e Marx, como o fato de ambos serem materialistas e fazerem críticas aos arranjos sociais, ambas as abordagens são incompatíveis em pontos fundamentais.

O texto desenvolve uma crítica ao “skinnerismo” como uma ideologia e como base para pesquisa e prática na psicologia e nas ciências sociais em cinco tópicos. No primeiro, Mishler (1976) contrapõe o conceito de práxis ao de comportamento; enquanto a práxis confere significado à ação humana, o comportamento é definido somente em termos de suas propriedades físicas, sem referência ao significado da atividade. No segundo tópico, o autor Mishler (1976) compara as metodologias de pesquisa científica. Segundo o autor, a diferença entre uma análise comportamental e uma interpretativa não está entre os métodos objetivos e subjetivos, mas no objeto da descrição (propriedades físicas vs. propriedades da experiência subjetiva). Para Mishler (1976), a ciência de Skinner inclui apenas o comportamento, mas deixa o mundo privado e simbólico de lado. No terceiro tópico, contrapõe o conceito de opressão – “exercício do poder coercivo por parte da classe dominante em nome de seus próprios interesses” (p. 34) – com a visão de controle de Skinner, que seria esvaziada de sentido e significado como poder social e político e tem um viés conservador. No quarto

tópico, o autor contrapõe visões sobre a racionalidade como critérios de avaliação de relações sociais.

Para Skinner o que marcaria o grau de racionalidade de um procedimento seria seu grau de efetividade, postura que visa neutralidade e objetividade e não questiona pressupostos da instituição social. Em contraposição, uma abordagem racional requer investigação, diálogo, questionamento e um modo dialético de pensar (Mishler, 1976). No quinto tópico, contrapõe a prática revolucionária e a tecnologia social como bases para a mudança. Mishler afirma que uma ideologia tecnológica tenta racionalizar a política social com base em critérios “científicos”, ocultando relações de dominação política. Em contraposição, uma prática revolucionária afirma que a solução para a dominação política se dá pelo discurso e reflexão conjuntos.

3.1.2 Foster (1978). Marxism and behaviorism: ideological parallels.

Foster (1978) traça aproximações entre a análise do comportamento e o marxismo e critica as duas áreas. O autor defende que o marxismo e o behaviorismo são formas de “ideologia dogmática” por estenderem suas visões em programas políticos, isto é, concebem seus sistemas como potenciais sistemas sociais que melhoram muito as condições humanas. A proposta do trabalho é a de traçar paralelos às duas áreas em três tópicos: (1) como ciências, (2) como filosofias sociais e (3) como ideologias.

No primeiro tópico, Foster (1978) conclui que há três fatores inerentes ao marxismo e ao behaviorismo que os tornam paralelos nas suas reivindicações por objetividade científica. Primeiro, ambos veem seus métodos como sendo científicos, lidando com dados estritamente empíricos e evitando especulação. Em segundo lugar, ambos veem o homem como um intérprete de si mesmo como uma entidade estritamente físico-material. Em terceiro lugar, ambos veem seus sistemas como alternativas a esquemas conceituais mentalistas ou idealistas ultrapassados.

No segundo tópico, Foster (1978) afirma que tanto o marxismo quanto o behaviorismo almejam uma sociedade melhorada que pode ser realizada quando o homem reconhecer seu estatuto de ser material, determinado pelos mesmos processos que modelam o resto do mundo; e submeter seu mundo social a uma administração que reorganiza instituições existentes a implementa programas à luz da determinação material do homem.

No terceiro tópico, Foster (1978) afirma que ambos são teorias da natureza humana que requerem uma implementação sócio-política. Ambas almejam uma sociedade

relativamente livre de exploração e destruição, mas o menosprezo de Marx pela filosofia e a rejeição de Skinner de construções teóricas apontam para uma visão ontológica similar de que é a matéria e não as ideias que determinam a direção da atividade humana, o que traz como implicação política que a sociedade deve estruturar suas instituições de maneira que as pessoas estejam relacionadas ao mundo material de um jeito que satisfaça necessidades e impulsos básicos. Já que as ideias são resultado deste sistema, aquelas que contradizem seus fins são consideradas não apenas falsas, mas perniciosas e destrutivas, o que coloca exigências sociais de lealdade e conformidade.

3.1.3 Ulman (1979). A critique of skinnerism: materialism minus the dialectic.

O trabalho de Ulman (1979) foi escrito como uma resposta às críticas apresentadas por Mishler (1976) a partir da perspectiva do behaviorismo radical e do “marxismo revolucionário” de Marx, Engels e Lênin. Os pontos centrais de sua tese são: o behaviorismo e o marxismo são complementares, não incompatíveis; Mishler falha em não distinguir o behaviorismo metodológico do behaviorismo radical; seu tipo de marxismo é revisionista, não revolucionário.

Ulman discute cinco pontos levantados por Mishler (1976). Em resposta à contraposição do conceito de práxis ao de comportamento, Ulman afirma que a teoria da práxis representa um ataque ao marxismo e a compara com o positivismo afirmando que ela nega que possa haver uma visão de mundo que seja verídica com a realidade. O marxismo, por outro lado, toma a posição de que pode haver conhecimento verdadeiro do mundo, mas não postula uma verdade absoluta fora da evolução histórica.

Sobre a contraposição da compreensão interpretativa em relação à análise comportamental, e a ideia de que o behaviorismo não leva em consideração ações racionais com um propósito, Ulman argumenta que o behaviorismo radical leva em consideração “pensamentos”, “sentimentos” e “consciência”, entendidos como comportamento encoberto e que para Skinner o “propósito” diz respeito aos efeitos do reforçamento e que é necessário se perguntar de onde veio o “propósito” para se identificar as variáveis que controlam o comportamento em questão.

Segundo Ulman, Mishler acerta na sua observação de que a discussão de contracontrole de Skinner obscurece a real natureza da opressão. O autor afirma que, apesar de ver a necessidade de mudanças sociais fundamentais, Skinner não dá crédito ao materialismo histórico, luta de classes, necessidade de uma revolução socialista. No entanto,

Ulman destaca que não há nada inerente na natureza da análise experimental do comportamento que exclua esses conceitos.

O autor não nega que existam aplicações reacionárias da análise do comportamento, mas discorda de Mishler (1976) quanto à sua insistência de que behaviorista podem operar apenas com base na racionalidade formal. Em oposição a Mishler (1976), Ulman afirma que o behaviorismo radical é a única psicologia adequada ao marxismo, por ser ao mesmo tempo dialética e materialista.

Ulman afirma que não tem clareza do que Mishler considera uma prática revolucionária, ao contrário dos marxistas, para os quais é indispensável um programa materialista e dialético que tem como veículo “um partido leninista, como na tradição bolchevique, afinado com os objetivos do proletariado e capaz de levantar demandas que avancem com a luta de classes” (Ulman, 1979, p. 6). Contrapondo-se à proposta de libertação pela discussão, diálogo e reflexão, Ulman encerra seu trabalho com a proposta de que, no plano teórico, a perspectiva do behaviorismo seja ampliada com um enriquecimento mútuo com o socialismo científico e que, no plano prático, a tecnologia do comportamento seja aplicada para fazer avançar a luta de classes para a ditadura do proletariado, uma meta que parece estranha a maneira de pensar de Mishler (1976).

3.1.4 Ardila (1980). Conductismo y marxismo.

Ao longo de seis seções, Ardila (1980) discorre sobre as bases filosóficas da psicologia e pontos de convergência entre marxismo e o behaviorismo. O autor trata de assuntos mais amplos como a relevância da psicologia, seu status de neutralidade, de maneira ampla.

Na seção “Pontos de convergência”, Ardila apresenta aproximações entre o behaviorismo e o marxismo. Um exemplo é o de que uma teoria marxista da “mente” (como a de Vygotsky e outros autores da psicologia soviética) está muito próxima do behaviorismo e destaca alguns pontos de convergência. Além disso, ambos enfatizam as interações do indivíduo com o ambiente no processo de desenvolvimento e da personalidade. Contudo, no marxismo o ambiente seria mais geral e no behaviorismo mais específico.

Ardila conclui com a ideia de que, apesar das metas de transformação humana e social não serem parte intrínseca do behaviorismo, é possível encontrar no marxismo uma possibilidade de metas para mudança de objetivos. O autor conclui que a análise do

comportamento e marxismo têm muito a dialogar, sem que essas áreas sejam reduzidas a uma única ciência, tendo em vista que apresentam marcos de referência conceituais distintos.

3.1.5 Alcaraz (1985). Algunos mitos sobre la conducta: el marco ideológico de nuestra sociedad.

Este artigo foi publicado em um número especial da *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta* dedicado ao estudo do vínculo entre o marxismo e o behaviorismo.

Alcaraz (1985) aborda alguns “mitos” presentes na psicologia (como a consciência, imaginação, vontade, liberdade) que representam o comportamento como resultado de forças desconhecidas e incompreensíveis. Para explicar de onde surgiram essas explicações sobre o comportamento, Alcaraz (1985) recorre ao marxismo, o qual, ao fazer a análise do desenvolvimento das sociedades, elaborou um quadro teórico-metodológico, o materialismo histórico, o qual volta-se às estruturas do real para descobrir o que dá substância ao pensamento científico e denunciar seu caráter de ideologia de classe.

Fazendo referência ao conceito de ideologia do cotidiano de Bakhtin, entendido como o corpo de referências verbais que acompanha todos os nossos atos (atribuições valorativas, esquemas de causalidade e formas de representação), Alcaraz (1985) afirma que, no marco ideológico da nossa sociedade, as valorações giram em torno dos mecanismos da chamada dominação natural, cujo raciocínio justificativo é o da falta de qualidade do dominado, que explica muito bem porque devem se manter as dominações.

Um problema disso é que os temas da ideologia cotidiana podem ser levados à psicologia para se comprovar a suposta veracidade de certas informações. Alcaraz (1985) cita alguns exemplos dessa ideologia do cotidiano que se refletem na psicologia na forma de distintos mitos: a inteligência como qualidade e não como conjunto de respostas apropriadas a situações definidas; a ênfase no inatismo na controvérsia no que é inato ou adquirido; descrições da organização social carregadas de juízo de valor, como a desorganização da vida familiar.

A tarefa desmistificadora, em relação aos temas da ideologia do cotidiano na psicologia, consiste em evitar a visão centrada em uma classe social particular, o que impede a introdução de categorias avaliadoras. O autor aborda algumas críticas dirigidas ao behaviorismo de que ele seria eminentemente ideológico e representaria os interesses da sociedade capitalista de manter o *status quo* e ao ateoricismo de Skinner

Para Alcaraz (1985) a concepção que substitui o mito é a do behaviorismo:

Em geral, o mito se dissipa quando os processos psicológicos são considerados em termos comportamentais, quando se sinaliza que o comportamento dos organismos se deve a uma complexa interação de estímulos e de respostas e se especifica como substrato das reações, à atividade do sistema nervoso (p. 166).

Para o autor, a posição antimentalista e o conceito de reflexo no behaviorismo permitem ver os processos psicológicos, pela primeira vez, como reações do organismo ante os estímulos que os afetam. Alcaraz (1985) conclui com a ideia de que a concepção do materialismo histórico e a behaviorista podem lançar uma luz sobre os mitos que compõem o marco ideológico da nossa sociedade.

3.1.6 Ribes (1985). ¿Conductismo o marxismo?: un falso dilema.

Ribes afirma que um dos tópicos que regem a discussão entre behaviorismo e marxismo é o papel da dialética como marco filosófico e metodológico das ciências e sua contraposição às premissas que sustentam o behaviorismo. O autor critica a ideia, presente em Lênin, de que a dialética é, para Marx, a ciência das leis gerais do movimento do mundo exterior e do pensamento humano. Segundo o autor, a discussão da diferença entre materialismo e idealismo em um nível puramente gnosiológico (como fazem Lênin e Engels) encobre a distinção essencial entre eles. De um ponto de vista ontológico, a matéria deve ser única, se se sustenta uma posição materialista. A contraposição de matéria e mente é, por definição, dualista e contraditória a uma filosofia materialista propriamente dita. Neste sentido, Ribes questiona a legitimidade de uma dialética materialista e a validade da teoria do reflexo para se pensar em uma perspectiva diferente de análise do marxismo e do behaviorismo.

O autor apresenta alguns pontos que sintetizam suas ideias: (1) o behaviorismo e marxismo são filosofias de diferentes ciências, a psicologia e a ciência das formações sociais, que atendem a níveis distintos de relações das práticas dos indivíduos em sociedade (nível micro e macrosocial); (2) essas ciências não são redutíveis uma a outra e, em consequências, configuram seus próprios métodos e categorias de forma separada; (3) ambas sofreram historicamente distorções conceituais por meio de representações alheias a seu objeto; (4) ambas são necessárias, como ciências complementares, para o conhecimento integrado das relações sociais entre indivíduos; (5) a intencionalidade ou significação de certas relações é possibilitada pelas categorias de trabalho e de linguagem e se expressam como as dimensões política e moral das práticas sociais dos indivíduos.

Para Ribes, os pontos colocados cancelam o dilema de escolher entre marxismo e behaviorismo e colocam horizontes ricos de possibilidades de colaboração analítica entre a psicologia e a ciência social. Por um lado, o autor destaca a necessidade de reconhecer as práticas dos indivíduos como práticas imersas em relações com uma caracterização social-histórica particular. Por outro, aponta a necessidade de estudar como tais relações se constituem em práticas com significação individual através de outros indivíduos.

3.1.7 Freixa i Baqué (1985). El conductismo y el marxismo en Francia: el conductismo, Skinner, la izquierda y los otros; Freixa i Baqué (1992). El conductismo en Francia: la figura de Pierre Naville.

O trabalho de Freixa i Baqué (1992) é um resumo de outro trabalho feito pelo mesmo autor (Freixa i Baqué, 1985) que apresenta as mesmas ideias e inclui reproduções literais. Por isso, os ambos os trabalhos serão tratados em conjunto.

Nos seus trabalhos, o autor aborda a situação do behaviorismo na França e a figura de Pierre Naville (1903-1993). Freixa i Baqué (1985, 1992) afirma que havia poucos trabalhos publicados e poucas obras traduzidas sobre o behaviorismo na França e elenca alguns fatores que explicam essa lacuna: o peso da história e da tradição da neuropatologia e psiquiatria francesa, de tendência clínica; os preconceitos ideológicos de intelectuais franceses com críticas à “dominação” da ciência e da tecnologia; o peso da psicanálise em vários aspectos da cultura francesa. Esses fatores, segundo o autor, facilitaram a difusão de críticas que consideravam a terapia comportamental como participante direta do esforço da classe dominante para instalação do behaviorismo.

Freixa i Baqué (1985, 1992) afirma lamentar que, à medida que a psicologia experimental foi se desenvolvendo, não surgiram pensadores de esquerda (marxistas ou não) capazes de reconhecer o behaviorismo como elo que faltava para unir, sob os postulados materialistas e científicos, o biológico e o social. Segundo o autor, nesse “deserto epistemológico” ergue-se a voz de Pierre Naville que “defende abertamente a tese segundo a qual o behaviorismo de Watson corresponde à aplicação do materialismo dialético ao campo da psicologia e que teria sido saudado calorosamente por Marx e Engels” (p. 602).

Em um comentário sobre a obra de Lênin, há uma crítica sobre a apresentação de sensações e ideias como “reflexos”, expressão que teria sido reproduzida de Engels. Apesar disso Naville (1946 citado por Freixa i Baqué, 1985) afirma que Engels reconhece que o pensamento e a consciência são produtos do cérebro humano e que o homem é um produto da

natureza, o que os torna, em última instância, produtos da natureza e que o próprio Marx não falou de ideias de outra forma que não fossem “reflexos da natureza”. Para o autor, essa deficiência não deve ser rechaçada, mas superada por um estudo das condições concretas do comportamento, do ato de pensar.

No trabalho, Freixa i Baqué ressaltava que Naville não falava de Skinner, por ser contemporâneo deste e não ter tido acesso à sua obra antes dos anos 70. Quando teve acesso, afirmou que não havia encontrado nada que contradissesse a Watson e tudo o que havia escrito a respeito de Watson se aplicava a Skinner.

3.1.8 Ulman (1986). A behavioral-marxist reply to Schwartz and Lacey.

O trabalho de Ulman (1986) foi escrito em resposta a um livro de Schwartz e Lacey (1982, citados por Ulman, 1986). Esses autores, na visão de Ulman, não veem o condicionamento operante como um processo comportamental natural, mas como resultado de manipulações ambientais deliberadas por agentes comportamentais. Para ilustrar seu argumento, Schwartz e Lacey (1982 citados por Ulman, 1986) comparam os comportamentos de um operário e seu gerente em uma fábrica. O comportamento do operário confirma os princípios operantes apenas porque a situação foi deliberadamente arranjada, mas não há análises do comportamento do gerente.

O autor propõe uma resposta combinando a perspectiva do behaviorismo radical com o marxismo clássico. Segundo Ulman, marxistas concordariam que uma análise operante da situação na fábrica isoladamente seria problemática. Uma análise marxista também levaria em conta que a prática de gerenciamento científico e a intensificação do controle da produção têm origem no modo capitalista de produção. Skinner (1953) não leva em conta que as agências de controle estão relacionadas e servem a um mesmo fim: a manutenção do poder político na mão da minoria que controla. Uma análise de classes e uma análise comportamental constituem dois níveis de investigação científica (Ulman, 1986).

Para Ulman a perspectiva materialista dialética, com sua insistência em entender a totalidade, pode ajudar behavioristas a alcançarem uma perspectiva mais ampla de seu próprio campo e entenderem as razões da persistência do mentalismo cognitivista.

Na conclusão, Ulman afirma que os argumentos antioperantes de Schwartz e Lacey e a defesa de explicações mentalistas do comportamento tiram o foco de aspectos do ambiente que podem ser modificados. O autor cita Branch e Malagodi (1980, citados por Ulman, 1986) que afirmam que muitos dos problemas do mundo se devem a explicações mentalistas e

asseveram que “se os behavioristas querem melhorar a situação [problemas sociais] eles precisam se engajar em comportamentos políticos que podem ajudar a obter algum controle sobre recursos científicos e tecnológicos importantes” (p. 37). Contudo, Ulman afirma que a questão histórica é: “Devemos nos engajar na política eleitoral e reforma gradual ou nos engajarmos em ações que ajudarão a construir uma revolução socialista mundial? (Ulman, 1986). Na análise final, só a história dirá” (p. 48).

3.1.9 Lacey e Schwartz (1986). Behaviorism, intentionality, and socio-historical structure.

Lacey e Schwartz (1986) escreveram seu trabalho como uma resposta a críticas feitas por alguns pesquisadores, especialmente Ulman (1986), ao livro *Behaviorism, Science e Human Nature* (Schwartz & Lacey, 1982), no qual apontam algumas conquistas da teoria comportamental e fazem uma discussão sobre alguns de seus limites.

A discussão dos limites da teoria comportamental vem de uma posição que os autores nomeiam de “historicismo intencional”. Para os autores, algumas ações humanas seriam melhor entendidas pela linguagem da intenção do que pela do reforçamento. Assim, existiria incompatibilidade entre as explicações cotidianas, intencionais da ação humana e os pressupostos da teoria comportamental.

Lacey e Schwartz (1986) argumentam que as regularidades da teoria comportamental se manifestam apenas dentro de contextos bem específicos e fechados, com metas e esquemas de reforçamento bem definidos. Por exemplo, a fábrica é um ambiente sem controle pelo trabalhador e que está inserida em um contexto social e econômico específico no capitalismo. Os autores afirmam que não conhecem nenhum contexto em que os princípios comportamentais poderiam ser generalizados independentemente do período histórico e do sistema econômico. Neste sentido, negar a universalidade dos princípios comportamentais seria negar a universalidade das relações capitalistas de produção (Lacey & Schwartz, 1986).

Ulman (1986) questiona a análise dos autores e as concepções do marxismo. Lacey e Schwartz (1986) argumentam que não se declaram como marxistas, mas traçam algumas aproximações entre suas posições e as do materialismo histórico. Pelo materialismo histórico, as regularidades psicológicas, relações e pensamento variam de acordo com a posição de classe ou lugar que se ocupa nas relações de produção. As regularidades comportamentais se manifestam principalmente no comportamento dos trabalhadores no ambiente de trabalho e esta conclusão seria, para os autores, congruente com o materialismo histórico.

Apesar de aproximações ao materialismo dialético, os autores apontam diferenças entre seu ponto de vista e de Marx: o não comprometimento com a primazia do econômico e acreditarem que, em geral, há mais de uma possibilidade de resolução de tensões estruturais sociais.

Um conceito que Lacey e Schwartz (1986) destacam é o de intencionalidade. Os autores afirmam que uma característica da atividade humana é a de que ela é teleológica, direcionada a um fim. Neste sentido, a explicação da ação humana requer conhecimento sobre a perspectiva do ator e o caráter do objetivo intencional depende da caracterização do agente sobre ele. Uma falha de Skinner é que a especificação funcional da ação depende da experiência do organismo com contingências relevantes. Tal explicação é infrutífera para explicar novidade, ao contrário da análise intencional (Lacey e Schwartz, 1986).

3.1.10 Ulman (1991). Toward a synthesis of Marx and Skinner.

Ulman (1991) afirma que se considera tanto marxista quanto skinneriano. A teoria marxista é revolucionária enquanto o dogmatismo stalinista é contrarrevolucionário. Em relação ao pensamento skinneriano, Ulman considera que ele funda uma ciência natural das relações sociais, que o autor chama de behaviorologia. A behaviorologia tem o behaviorismo radical como a filosofia que o guia considera as relações de contingências como sua unidade fundamental de análise. Ulman afirma que o behaviorismo radical não é uma forma de positivismo lógico, pois complementa e é complementado pelo materialismo dialético. Seu paradigma é selecionista, isto é, tem como eixo a seleção pelas consequências que, para o autor, “deveria ser considerada como a lei dialética primordial do desenvolvimento de todos os processos de vida, da reprodução de uma única célula à reprodução de uma formação social inteira de qualquer magnitude” (p. 61).

Para Ulman, os behaviorologistas e os marxistas estão preocupados não apenas em analisar relações (do comportamento ou da sociedade), mas também com sua mudança. No entanto, behaviorologia e marxismo têm pontos de partida diferentes: “O ponto de partida para os marxistas revolucionários é uma análise das relações de classes sociais; para os behaviorologistas, é a análise das relações de contingência comportamentais” (p. 63).

O autor expressa que o objetivo de seu trabalho é examinar algumas relações entre as ciências naturais da mudança social (socialismo científico) e a da mudança comportamental (behaviorologia). No trabalho Ulman fala sobre a emergência da behaviorologia e, a partir

desta, conceitua linguagem, personalidade, cultura e consciência comunista – conceitos de importância central para a análise marxista da sociedade.

Ulman reconhece que quando Skinner discute a sociedade, sua análise é, com frequência, “muito abstrata e pequeno-burguesa no conteúdo político” (p. 66), mas afirma que isso não diminui o significado histórico de suas contribuições científicas.

Ulman conclui com a ideia de que “a tecnologia behaviorológica permanece disponível a todos, incluindo aqueles que seguem o caminho de transformar o mundo para ser livre de exploração, opressão, pobreza, guerra e degradação ambiental” (p. 68) e que “a prática revolucionária informada pela síntese de Skinner (behaviorologia) e Marx (socialismo científico) permitirá à humanidade construir tal mundo” (p. 68).

3.1.11 Osuna (1993). Conductismo y marxismo leninismo

Osuna (1993) escreveu um artigo em resposta aos trabalhos de Alcaraz (1985) e Ribes (1985). Sua concepção de marxismo – o marxismo-leninismo que, segundo a autora, foi criado por Marx, Engels e Lênin – é apresentada como um sistema de ciências: filosofia marxista-leninista, economia política marxista-leninista e comunismo científico, as quais coexistem em uma unidade diferenciada.

Segundo a autora, Alcaraz (1985) e Ribes (1985) reduzem a filosofia marxista ao materialismo histórico elaborado por Marx e Engels, não levam em conta a participação de Lênin e não compreendem a relação da filosofia com as ciências particulares. Para Osuna (1993) as ideias de que Marx rejeita toda construção filosófica (Alcaraz, 1985) ou de que as ciências especiais constituem sua própria filosofia (Ribes, 1985) têm suas origens na tradição positivista, a qual rechaça toda construção filosófica como meio eficaz de obter conhecimentos e declara como insolúveis os problemas relativos a esse tipo de saber. Segundo Osuna, a revolução efetuada por Marx e Engels na filosofia consiste em explicar o lugar da filosofia nas ciências e não acabar com toda a filosofia. Não se fala de uma filosofia das ciências, mas uma filosofia científica em estreita relação com as ciências particulares.

Osuna questiona a pretensa utilização do materialismo histórico na abordagem dos mitos da psicologia, tendo em vista que as categorias de interesse, luta de classe, relações de produção, propriedade privada, consciência social, ser social e outras não são utilizadas no trabalho de Alcaraz (1985).

Em relação à crítica ao materialismo dialético feita por Ribes (1985), Osuna destaca que a afirmação da primazia do material sobre o ideal não pertence às contribuições teóricas

feitas por Marx, Engels e Lênin, mas são ponto de partida de qualquer concepção materialista. O pensamento é uma propriedade de um sistema material altamente desenvolvido, o cérebro humano. Fala-se em propriedade, não reflexo, já que se trata das relações entre as propriedades da própria matéria. Neste sentido, a autora afirma que o reconhecimento de que tudo é material é um argumento ontológico que não contradiz o problema gnosiológico da relação pensar-ser. Ribes não compreende a importância de se discutir a primazia de um sobre o outro, tendo em vista que os homens criam a segunda natureza, a objetivação de sua atividade forma o objetivo de outro tipo (Osuna, 1993).

Osuna (1993) contrapõe os conceitos de atividade e de comportamento, indicando que não podem ser tomados como equivalentes. Enquanto comportamento relaciona-se apenas com a esfera de atividade vital do homem que se expressa em ações observáveis, a categoria atividade expressa a síntese do ideal e do material, do objetivo e do subjetivo.

Em contraposição à posição de Alcaraz (1985) e Ribes (1985), Osuna elenca algumas concepções que embasam a psicologia social marxista-leninista: no estudo do comportamento e da atividade deve-se levar em conta que as causas do comportamento individual ou de grupo são determinadas pelo modo de produção, pelo caráter das relações sociais e do nível de desenvolvimento da consciência social; esses fatores objetivos são refletidos na consciência humana como: necessidades, interesses, orientações, normas, valores, ideais.

Em síntese, Osuna (1993) apresenta desacordos de sua posição com os trabalhos de Alcaraz e Ribes nas seguintes questões: no que se concebe como filosofia marxista-leninista; na significação da generalização filosófica para as ciências particulares; em relação a compreensão das posições materialistas e idealistas na teoria do conhecimento; sobre os critérios sobre a especulação e o reducionismo no pensamento científico; em relação aos vínculos entre a gnosiologia e a sociologia

3.1.12 Ulman (1995). Marxist theory and behavior therapy.

Os objetivos deste trabalho de Ulman são chamar a atenção de behavioristas para a relevância da teoria marxista e apresentar a ideia de que terapeutas comportamentais podem contribuir para mudanças sociais.

Ulman afirma que terapeutas comportamentais precisam identificar as variáveis que afligem seus clientes para que mudanças terapêuticas efetivas possam ocorrer. Para Ulman, é possível um terapeuta continuar suas atividades sem se preocupar com o contexto mais amplo.

Mas terapeutas comportamentais treinados rigorosamente na ciência do comportamento (behaviorologia) podem contribuir para a solução de problemas mais amplos.

O autor sugere que a teoria marxista é uma teoria da história e da análise do sistema capitalista e tem seus pressupostos no materialismo dialético. O materialismo dialético ajudaria a estudar relações sociais concretas nas suas mudanças e interconexões, ajudando a inferir conclusões materialistas históricas sobre questões sociais, regularidades no desenvolvimento social (Ulman, 1995).

Ulman afirma que é necessário entender um sistema social antes de poder mudá-lo efetivamente. O marxismo pode orientar nesse sentido, tendo em vista que é necessário não é uma reforma gradual, mas um programa revolucionário que leve à substituição total do sistema capitalista por um sistema socialista, que coloque as necessidades humanas acima dos lucros (Ulman, 1995).

3.1.13 Ulman (1996). Radical behaviourism, selectionism and social action.

Ulman afirma que o behaviorismo radical e o marxismo raramente cruzaram caminhos. Quando encontraram, houve mais confronto do que colaboração. Assim, o autor apresenta o behaviorismo radical e a behaviorologia destacando o paradigma seletcionista e suas implicações para a teoria marxista.

Para Ulman, a seleção por consequências pode ser pensada como uma lei dialética do movimento da matéria viva que extirpa a teleologia que aflige o pensamento científico, acabando com os traços cartesianos do dualismo. Contrapondo-se à posição mentalista da psicologia, Ulman afirma que os marxistas podem reconhecer a behaviorologia como a ciência básica para o entendimento das ações humanas. Assim, trata-se de disciplina que pode nos habilitar a “tomar medidas práticas mais eficazes no mundo concreto, o mundo tanto da ciência natural quanto da luta de classes” (p. 89).

Ulman afirma que, possivelmente, a contribuição mais profunda de Skinner à ciência foi uma epistemologia da ciência natural derivada da análise operante do comportamento verbal. Com esse enfoque científico-natural, podemos melhorar nosso entendimento de fenômenos sociais como o controle ideológico – um importante tópico para os marxistas que ficou legado mais ao discurso filosófico do que a uma análise científica.

3.1.14 Andery e Sérgio (2003). Metacontingencias y dialéctica: ¿son incompatibles?

O artigo é centrado no conceito de metacontingências e traça relações desse conceito com o materialismo, especialmente de Harris. O objetivo é considerar as possibilidades derivadas do conceito de metacontingência¹⁵ e analisar as suas implicações para o sistema explicativo de Skinner e a relação com a perspectiva dialética.

Andery e Sérgio (2003) afirmam que Skinner argumenta que o conceito de contingência de reforço não é apropriado quando se leva em conta a seleção cultural, o que leva a crer na necessidade de um conceito como o de metacontingência. Esta descreve relações funcionais no nível cultural (Glenn, 1988, citada por Andery e Sérgio, 2003). As autoras afirmam que essa unidade de análise implica uma dupla origem conceitual: a análise do comportamento e o materialismo cultural de Marvin Harris (Glenn, 1988).

A perspectiva materialista do sistema conceitual de Harris é, segundo as autoras, consistente com a perspectiva filosófica de Skinner. Outro pressuposto que define o trabalho de Harris é a negação da dialética, com acusações de uma noção teleológica de causalidade e de uma perda de efetividade que supostamente resultam dela. Harris indica que essa perspectiva é confusa porque as contradições não são a única forma através das quais os fenômenos mudam (Andery e Sérgio, 2003).

Andery e Sérgio (2003) afirmam que Skinner, por outro lado, nunca rejeitou explicitamente a dialética. As autoras citam Kolbe (1978) que inclui Skinner na tradição dialética materialista e ressaltam que algumas das guias do pensamento dialético poderiam ser assumidas se se pretende “perseguir alguns dos resultados heurísticos mais interessantes do sistema conceitual de Skinner sobre o comportamento” (p. 279).

3.1.15 Urday (2005). Marxismo y conductismo en psicología: un debate interminable.

Urday (2005) aborda algumas críticas feitas por marxistas ao behaviorismo e afirma que a relação entre ambos não é algo superado. Após passar pela discussão de três questões que demonstram semelhanças entre o pensamento marxista e o behaviorista (o uso da dialética como ferramenta conceitual; a delimitação do objeto de estudo da psicologia; e o papel da

¹⁵ Uma unidade de análise que inclui as práticas culturais e o resultado agregado de todas suas variações atuais (Glenn, 1988)

linguagem e do trabalho na estruturação e mudança do entorno social), o autor identifica sete pontos de convergência ou complementaridade:

- 1) Ambos se guiam por uma filosofia da práxis que parte de seus objetos de estudo (“análise concreta da situação concreta”) e que é marcada por pragmatismo e utilitarismo (prática como critério de verdade);
- 2) Há uma visão determinista dos fenômenos, com princípios que combinam unidades molares e moleculares;
- 3) São materialistas e antidualistas. Consideram a consciência humana como um produto histórico-social;
- 4) São contextualistas sistêmicos (dialéticos), concebendo a realidade como um todo dinâmico, composto de intercâmbios recíprocos entre as partes
- 5) Simpatizam com o selecionismo evolutivo, considerando o presente como produto de suas interações formadoras.
- 6) Consideram que o conhecimento real do mundo e seus fenômenos podem ser alcançados através de sucessivos contatos com os eventos e sua transformação
- 7) Propõem a mudança social por meios científicos, baseados na compreensão das leis que governam tanto a nível estrutural como interindividual.

O objetivo foi confrontar a essência do que dizem os clássicos marxistas com as formulações teóricas e empíricas da ciência do comportamento. A articulação entre marxismo e behaviorismo deveria ser útil para ambos os enfoques: o marxismo pode se beneficiar com as ferramentas empíricas do behaviorismo e a teoria e prática podem se enriquecer com as noções dialéticas e macroestruturais marxistas.

3.1.16 Fedorov (2010) - Behaviorology and dialectical materialism: on the way to dialogue.

Fedorov (2010) afirma que sua tese principal é a de que o materialismo dialético é compatível com a behaviorologia. No trabalho, a discussão sobre o marxismo parte da psicologia de Vygotsky e do materialismo dialético. No entanto, cabe ressaltar que o autor, baseado em Wallon (1963 citado por Fedorov, 2010), afirma que o materialismo histórico dialético combina também elementos do positivismo francês, além de elementos do naturalismo de Marx e da filosofia hegeliana.

O autor discorre sobre dois elementos dialéticos mais específicos da behaviorologia. O primeiro deles é que a seleção por consequências é, em essência, um modelo de interação. De

acordo com o autor, a interação é uma categoria dialética que rejeita a noção estereotipada de causa e consequência como dois polos adversários.

Fedorov também sustenta que as leis da dialética são aplicáveis à behaviorologia. Como exemplo, o autor menciona uma mudança quantitativa de comportamento levando a uma mudança qualitativa – um evento público tornando-se privado – pode ser relacionado à lei dialética da transformação da quantidade em qualidade. Por fim, Fedorov finaliza o trabalho afirmando que tanto a behaviorologia deveria prestar mais atenção a eventos privados quanto a psicologia materialista-dialética deveria ser menos mentalista.

3.2 Descrição das categorias de análise

3.2.1 Fundamentos.

A categorização dos fundamentos visa mapear a produções pesquisadas quanto à fundamentação teórica que sustenta a discussão do texto.

Tabela 2: fundamentos

Ponto de partida	Núm.	%	Textos
Behaviorismo	7	43,75	Ribes (1985), Freixa i Baqué (1985, 1992), Ulman (1995, 1996), Andery e Sérgio (2003), Urdy (2005), Fedorov (2010)
Marxismo	2	12,5	Misher (1976), Osuna (1993)
Ambos	4	25	Ulman (1979, 1986, 1991) e de Alcaraz (1985).
Não deixa claro	3	18,75	Foster (1978), Ardila (1980) e Lacey e Schwartz (1986)

3.2.1.1 Behaviorismo.

A maior parte dos trabalhos se fundamentam no behaviorismo para tratar das relações com o marxismo, isto é, tomam os fundamentos discutidos no capítulo 1 – como a rejeição da consciência como objeto de estudo da psicologia, em favor do comportamento – como ponto de partida para dialogar com o marxismo. Como já dito no início do capítulo, o termo “behaviorismo” foi usado ao invés do termo “análise do comportamento” por ser mais amplo e abranger as concepções dos textos sobre a ciência do comportamento. As diferentes concepções do enfoque behaviorista apresentadas pelos trabalhos serão trabalhadas no tópico 3.2.2.

3.2.1.2 Marxismo.

Os trabalhos de Misher (1976) e Osuna (1993) partem de uma crítica a partir do marxismo. A concepção de marxismo desses trabalhos não é homogênea. Enquanto Mishler (1976) busca referências principalmente em Habermas, o trabalho de Osuna (1993) busca referências de Marx, Engels e Lênin e nomeia seu enfoque de “marxismo-leninismo”. Os detalhes serão tratados no tópico 3.2.3 referente às concepções do marxismo.

3.2.1.3 Ambos.

Nesta categoria estão três trabalhos de Ulman (1979, 1986, 1991) e o trabalho de Alcaraz (1985). Nesses três textos Ulman afirma explicitamente ser behaviorista radical e marxista. Ulman (1979) afirma que escreve seu trabalho a partir da perspectiva do behaviorismo radical e do “marxismo revolucionário” de Marx, Engels e Lênin. Em 1986, o autor propõe uma resposta a outro artigo combinando a perspectiva do behaviorismo radical e do marxismo clássico. No trabalho de 1991, Ulman afirma que se considera “tanto marxista tanto skinneriano” (p. 58), definindo a teoria marxista como revolucionária e o dogmatismo stalinista é contrarrevolucionário.

Alcaraz (1985) não declara a mesma posição de Ulman. No entanto, mesmo não se assumindo explicitamente como marxista, o autor afirma que em seu trabalho quis mostrar a utilidade de uma concepção que vê as produções intelectuais como resultado de determinantes materiais. Seu trabalho foi incluído nesta categoria pois no texto Alcaraz autor lança mão de discussões do marxismo e do behaviorismo para estudar mitos da psicologia.

3.2.1.4 Não deixa claro.

Os trabalhos desta categoria que não explicitam as concepções que fundamentam as discussões dos textos. O texto de Foster (1976) foi escrito como uma crítica à análise do comportamento e ao marxismo. O autor não explicita sua posição teórica e chega até mesmo a utilizar a definição que aparece em um dicionário para discutir que o behaviorismo e o marxismo são formas de ideologia.

A despeito de ser um reconhecido psicólogo comportamental, no seu trabalho Ardila (1980) não deixa claro os fundamentos da discussão. No texto, o autor faz uma discussão

ampla sobre psicologia a respeito da relevância da psicologia, as metas das ciências, seu *status* de neutralidade, sem se posicionar ao lado de um ou outro enfoque.

O trabalho de Lacey e Schwartz (1986) parte de uma postura que os autores chamam de “historicismo intencional”. O componente “intencional” sugere um lugar de destaque dos estados mentais em explicações causais da ação. O componente “historicista” sugere que as condições em que as ações ocorrem, sua explicação e até mesmo sua natureza são diferentes dependendo do contexto histórico e das condições sociais. Os autores se aproximam do materialismo dialético quando asseveram que a teoria é completa é ideológica, no sentido que Marx dá ao termo e quando afirmam que há uma considerável afinidade entre sua conceituação e a de Marx sobre alienação. No entanto, eles não se posicionam como marxistas e afirmam que, ao contrário de Marx, seu ponto de vista não está comprometido com a primazia do econômico em oposição a outras estruturas sociais.

3.2.2 Concepção de behaviorismo.

Esse eixo de análise visa investigar qual a concepção de behaviorismo presente nos trabalhos investigados. Os textos analisados foram divididos em quatro categorias: 1) behaviorismo radical, 2) behaviorismo e 3) outra, como indicado na tabela abaixo:

Tabela 3: concepção de behaviorismo

Concepção de behaviorismo	Núm.	%	Textos
Behaviorismo radical	9	56,25	Foster (1978), Ulman (1979, 1986, 1991, 1995, 1996), Alcaraz (1985), Andery e Sérgio (2003), Fedorov (2010)
Behaviorismo	4	25	Ardila (1980), Ribes (1985), Freixa e Baqué (1985, 1992), Urdy (2005).
Outra	3	18,75	Mishler (1976), Lacey e Schwartz (1986), Osuna (1993)

3.2.2.1 Behaviorismo radical.

De modo geral, os trabalhos nessa categoria declaram, de maneira explícita, acordo com os pressupostos elencados no capítulo 1, como a afirmação de que o behaviorismo é a filosofia da ciência do comportamento, fazem distinção entre o behaviorismo radical de outras vertentes, considera o estudo dos comportamentos privados, incluindo pensamentos e sentimentos, entre outros. Como exemplo, Alcaraz (1985) faz referências ao comportamento operante e ao comportamento verbal, Andery e Sérgio (2003) discutem a análise de Skinner

sobre as práticas culturais e Ulman (1979, 1986) declara explicitamente que faz a discussão do trabalho a partir da perspectiva do behaviorismo radical.

Os trabalhos de Ulman (1991, 1995, 1996) e Fedorov (2010) também manifestam acordo com os princípios do behaviorismo radical. Contudo, tomam o behaviorismo radical como filosofia da “behaviorologia”, definida como uma ciência natural, em contraposição à psicologia, que se guiaria pelo paradigma “transformacional”, isto é, toma por objeto de estudos mecanismos hipotéticos que funcionam dentro do organismo, como processos mentais ou cognitivos. A behaviorologia, para Ulman, é, então, uma disciplina própria que tem o selecionismo como paradigma definidor e o behaviorismo radical como filosofia que o guia. O trabalho de Fedorov (2010) faz referência a Ulman na definição de behaviorologia.

O trabalho de Foster (1978) faz referência ao behaviorismo de Skinner, fala de características como a objetividade científica, a concepção de homem como físico-material, a meta de sobrevivência de culturas. Contudo, diferente de outros trabalhos desta categoria, o trabalho de Foster se destaca por fazer referência a Skinner para criticá-lo. Suas posições serão retomadas na discussão de outros eixos de análise.

3.2.2.2 *Behaviorismo.*

Nos trabalhos dessa categoria o termo “behaviorismo” foi utilizado de modo amplo, sem declaração clara com algum enfoque desta abordagem. Nesses textos, o behaviorismo aparece como parte das teorias da psicologia. Como exemplo, Ribes (1985) trata o behaviorismo como uma filosofia da psicologia.

Nessa categoria destaca-se a afirmação de Urdy (2005), para quem não se deve identificar o behaviorismo com apenas um modelo metodológico, mas se deve entender os diferentes modelos em seus níveis de complementaridade e insuficiência em relação aos modelos mais avançados.

3.2.2.3 *Outra.*

Os trabalhos desta categoria não apresentam uma concepção clara do que chamam de behaviorismo ou apresentam concepção diferente dos pressupostos apresentados no primeiro capítulo. O texto de Mishler (1976) e de Lacey e Schwartz, apesar de dialogarem com Skinner, afirma que este inclui na sua ciência apenas o comportamento público, mas descarta estados “subjetivos”, o mundo privado. Osuna (1993) escreveu um trabalho em

resposta aos trabalhos de Ribes (1985) e Alcaraz (1985), mas não traz nenhuma discussão sobre o behaviorismo.

3.2.3 Concepção de marxismo.

Esse eixo visa investigar quais concepções sobre o marxismo os trabalhos apresentam. Os textos foram divididos em duas categorias, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 4: concepção de marxismo

Concepção de marxismo	Núm.	%	Textos
Filosofia/ciência	8	50	Mishler (1976), Ardila (1980), Alcaraz (1985), Freixa i Baqué (1985, 1992), Lacey e Schwartz (1986), Osuna (1993), Andery e Sério (2003), Fedorov (2010)
Guia para a ação	8	50	Foster (1978), Ulman (1979, 1986, 1991, 1995, 1996), Ribes (1985), Urdy (2005).

3.2.3.1 Filosofia/ciência.

Nesta categoria, todos os trabalhos investigados tratam o marxismo como uma ciência e/ou como uma filosofia, isto é, como um corpo de conhecimento e método de estudos. De modo geral, o marxismo é definido como uma ciência e o materialismo dialético como a filosofia que o embasa, mas diferentes conceitos são privilegiados pelos autores.

Mishler (1976), partindo do trabalho de Habermas, da teoria crítica da Escola de Frankfurt, privilegia no marxismo a crítica à ideologia e trabalha com o conceito de práxis. Para o autor, práxis é um conceito central que distingue o marxismo de outras visões materialistas, pelo fato de que o materialismo de Marx ser teleológico.

Alcaraz (1985) afirma que marxismo formulou um quadro teórico-metodológico, o materialismo histórico, para explicar a forma como nascem as explicações míticas da natureza e da sociedade.

Em Freixa i Baqué (1985, 1992), o marxismo não aparece como centro do trabalho, mas como método de análise da sociedade capitalista burguesa. Em Lacey e Schwartz (1986), aparece a ideia de que as relações sociais predominantes variam de acordo com a forma predominante de exploração da natureza e que regularidades psicológicas e o pensamento variam de acordo com a posição de classe ou lugar que se ocupa nas relações de produção. Osuna (1993) aponta o marxismo-leninismo como sistema de ciências: filosofia, economia política e comunismo científico, as quais coexistem em uma unidade diferenciada. Em

Andery e Sérgio (2003), não aparece um conceito claro de marxismo, mas a dialética aparece como princípio metodológico. Apesar de ideias semelhantes aparecerem em outros trabalhos, o que caracteriza os trabalhos acima é que o marxismo aparece apenas como campo de estudos.

Os trabalhos de Ardila (1980) e Fedorov (2010) também tratam o marxismo como um campo de conhecimento. Ardila (1980) afirma que “marxismo” é um termo muito amplo, utilizado de forma inexata para se referir ao materialismo histórico e dialético e, em geral, aos conceitos derivados de Marx e Engels. Nas palavras de Ardila (1980), o marxismo estuda as relações de produção e tem como núcleo de análise as mudanças estruturais na sociedade, a luta de classes, as instituições sociais. Para Fedorov (2010) para verdadeiros materialistas dialéticos, os atributos “materialista dialético” ou “marxista” significam “científico”. Apesar da semelhança com os outros trabalhos, há especificidade no trabalho destes dois autores.

Ardila (1980) destaca aproximações do behaviorismo com a teoria marxista da “mente” (como a de Vygotsky e outros autores da psicologia soviética). Urdy (2005) fala do objeto de estudo psicológico dos marxistas, a atividade, e traça um diálogo com Leontiev. Ao falar do materialismo dialético, Fedorov (2010) cita Vygotsky. Nesses trabalhos, os estudos e a teoria de psicólogos soviéticos são tomados como sinônimos de marxismo ou materialismo dialético, sem questionamentos se há distanciamentos com os escritos de Marx ou Engels.

3.2.3.2 Guia para a ação.

Nos trabalhos desta categoria, o marxismo aparece não apenas como guia teórico, mas, explícita ou implicitamente, um guia destinado à ação. Ulman (1979) afirma que um programa materialista e dialético é um guia indispensável para a prática revolucionária. Em outro trabalho, implicitamente, Ulman (1991) reconhece o marxismo como guia para ação quando o define como um corpo de conhecimento científico adquirido na luta contra a opressão e exploração. Ribes (1985) também compartilha a visão de Ulman com a definição de que o marxismo é “uma forma de particular de abordar o estudo científico das formações sociais e a prática social-revolucionária emoldurada por ela” (p. 257). Urdy (2010) afirma que o marxismo (assim como o behaviorismo) propõem a mudança social por meios científicos. Em Foster (1978), o marxismo também aparece como um guia para a ação, com a definição de que é uma teoria da natureza humana que requer uma implementação sócio-política. No entanto, essa característica recebe uma conotação negativa. Os trabalhos

elencados nesse tópico serão melhor discutidos na categorização das concepções de transformação social.

3.2.4 Tipo de relação.

Esse eixo de análise visa investigar qual o tipo de relação estabelecida entre as duas áreas de estudo.

Tabela 5: tipo de relação

Tipo de relação	Núm.	%	Textos
Complementaridade	11	68,75	Ulman (1979, 1986, 1991, 1995, 1996), Ardila (1980), Alcaraz (1985), Ribes (1985), Freixa i Baqué (1985, 1992), Urdy (2005), Fedorov (2010)
Crítica	2	12,5	Mishler (1976), Lacey e Schwartz (1986)
Outro	3	18,75	Foster (1978), Osuna (1993), Andery e Sérgio (2003)

3.2.4.1 Complementaridade.

A maior parte dos trabalhos analisados aponta relações de complementaridade entre o behaviorismo e o marxismo. Para Ulman (1979), a perspectiva behaviorista deve ser ampliada e produz enriquecimento mútuo. Assim, o diálogo entre o socialismo científico e a tecnologia comportamental pode ser aplicado para fazer avançar a luta de classes. Para Ardila (1980), o diálogo entre marxistas e behavioristas pode ajudar a entender o universo do homem e melhorá-lo. No marxismo é possível encontrar metas para mudanças no nível da sociedade e do indivíduo. Alcaraz (1985) trata da utilidade de uma concepção marxista a de ver as produções intelectuais, o que inclui mitos sobre o comportamento, como resultado de determinantes materiais. De acordo com Ribes (1985), marxismo e behaviorismo são necessários como ciências complementares para haver um conhecimento integrado das relações sociais entre indivíduos. Ulman (1996) coloca a seleção pelas consequências como base para se descobrir a unidade nas teorias e práticas dos trabalhos de Marx e Skinner. Para Andery e Sérgio (2003), os analistas do comportamento podem ganhar ao considerar a dialética como perspectiva. Urdy (2005) considera que há pontos de convergência ou complementaridade acadêmica entre os dois enfoques, como uma visão determinista dos fenômenos, o materialismo e antidualismo, a proposição de mudança social por meios científicos. Este autor manifesta concordância com Ulman (1995) com a ideia de que o marxismo pode se beneficiar com as ferramentas empíricas da metodologia comportamental e

a teoria e a prática comportamentais podem se enriquecer com as noções dialéticas e macroestruturais marxistas.

3.2.4.2 Crítica.

Na categoria “crítica”, estão os trabalhos de Mishler (1976) e Lacey e Schwartz (1986) que dirigem críticas às ideias de Skinner a partir do marxismo. Mishler (1976) se propõe a fazer críticas ao behaviorismo como ideologia social e perspectiva moral, partindo do trabalho de Habermas, da tradição da teoria crítica social. Mishler (1976) afirma que há uma semelhança superficial entre Skinner e Marx: ambos são materialistas e enfatizam o poder de moldagem do ambiente; há críticas aos arranjos sociais. Apesar das semelhanças, o autor afirma que ambas as abordagens são incompatíveis em pontos fundamentais, como: não há referência ao significado da atividade em Skinner, em contraposição a uma posição teleológica; a ideia de “controle” é esvaziada de sentido e significado como poder social e político, em contraposição a uma posição que reconhece a assimetria de poder político como interesses opostos de classe.

Para Lacey e Schwartz (1986) há incompatibilidade entre explicações teleológicas da ação humana e os pressupostos do behaviorismo. Os autores argumentam também que as regularidades da teoria comportamental se manifestam apenas dentro de contextos bem específicos, no seio capitalismo. De acordo com os autores, a teoria comportamental é ideológica por pretender refletir relações humanas universais, ao invés de características de um sistema social particular.

3.2.4.3 Outro.

Nesta categoria foram colocados os textos Foster (1978), Osuna (1993) e Andery e Sérgio (2003) que estabelecem uma relação diferente das apresentadas. Foster (1978) estabelece uma convergência entre o behaviorismo e o marxismo com a intenção de criticá-los. Para o autor, ambos os sistemas reivindicam objetividade científica, lidando com dados empíricos, evitando especulações, veem o homem como entidade físico-material. Foster acusa o marxismo e o behaviorismo de estenderem suas visões em programas políticos que visam implementar programas à luz da determinação material do homem e ideias que contradizem esse fim são consideradas perniciosas e destrutivas.

O texto de Osuna (1993) é uma resposta às críticas de Alcaraz (1985) e Ribes ao materialismo dialético. A autora não faz críticas ao behaviorismo, mas à posição dos autores. Osuna critica Alcaraz (1985) e Ribes (1985) por reduzirem a filosofia marxista ao materialismo histórico, excluindo o materialismo dialético, elaborado por Marx e Engels, e não levarem em conta a participação de Lênin. Para Osuna as raízes da ideia de que o marxismo rejeita a filosofia estão na tradição positivista que rechaça a construção filosófica como meio de construção de conhecimento. A autora afirma que Alcaraz não utiliza categorias do materialismo histórico, como luta de classes e relação de produção, na análise dos mitos que Alcaraz se propõe a fazer. Osuna aborda que as críticas de Ribes sobre a afirmação da primazia do material sobre o ideal, em especial na teoria do reflexo de Lênin. Para a autora, o pensamento é uma propriedade de um sistema material altamente desenvolvido e, por isso, não se fala de reflexo já que se trata de relações entre propriedades da própria matéria. Vale ressaltar que os únicos textos que apontam críticas à dialética ou ao materialismo dialético são os textos dos dois autores.

Andery e Sérgio (2003) não estabelecem uma relação da análise do comportamento com o behaviorismo, mas fazem um diálogo com a perspectiva dialética. O artigo é centrado no conceito de metacontingências e traça relações desse conceito com o materialismo, especialmente de Marvin Harris. Um pressuposto que define seu trabalho é a negação da dialética que Harris acusa ser uma noção teleológica de causalidade. As autoras afirmam que Skinner nunca rejeitou completamente a dialética e afirmam que alguns pressupostos do pensamento dialético poderiam ser assumidos para se perseguir alguns resultados sobre o sistema conceitual de Skinner.

3.2.5 Concepção de transformação social

Nesse eixo de análise estão representadas as diferentes concepções de transformação social que aparecem nos textos analisados.

Tabela 6: concepção de transformação social

Concepção de transformação social	Qtd	%	Textos
Mudança e crítica social	7	43,75	Mishler (1976), Ardila (1980), Alcaraz (1985), Freixa i Baqué (1985, 1992), Lacey e Schwartz (1986), Andery e Sérgio (2003), Urdy (2005)
Revolucionária	6	37,5	Ulman (1979, 1986, 1991, 1995, 1996), Ribes (1985)
Não aparece	3	18,75	Foster (1978), Osuna (1993), Fedorov (2010)

3.2.5.1 Mudança e crítica social.

Na primeira categoria estão incluídos textos que trazem concepções de transformação social relacionadas a uma crítica da sociedade e uma a mudança social. Para Mishler (1976), a concepção de transformação passa pela ação política direta e a organização comunitária e pela reflexão conjunta. Ardila (1980) menciona a possibilidade de “melhorar o mundo”. Alcaraz (1985) não explicita sua posição, mas é possível depreender uma concepção que passa pela “desmistificação” das explicações ideológicas da natureza e da sociedade que justificam o *status quo*, a partir do entendimento de seus determinantes materiais. Freixa i Baqué (1985, 1992) não deixa clara sua concepção. O autor menciona atividades de militância de Naville, mas não tem traz um caráter de tomada de poder pelos trabalhadores. Lacey e Schwartz (1986) não mencionam como resolver “tensões estruturais” e esperam um tempo em que as estruturas sociais reflitam relações de diálogo. De Andery e Sérgio (2003) é possível depreender uma concepção de transformação social estaria ligada ao planejamento e mudança de práticas culturais. Para Urdy (2005), a concepção estaria ligada à uma mudança sociocultural inspirada no planejamento de comunidades. Nos trabalhos presentes nessa categoria não há questionamentos quanto à necessidade de transformação da ordem capitalista.

3.2.5.2 Revolucionária.

Esta categoria abrange os textos que concebem uma concepção de transformação social revolucionária. Uma concepção revolucionária aparece de maneira implícita ou explícita em todos os textos de Ulman. No seu primeiro texto, ele afirma que para os marxistas

o guia indispensável para a prática revolucionária é um programa materialista e dialético. E um veículo indispensável é um partido leninista, como na tradição bolchevique, afinado com os objetivos do proletariado e capaz de levantar demandas que avancem com a luta de classes (Ulman, 1979, p. 6).

No mesmo texto, o autor assevera que a tecnologia do comportamento pode ser aplicada para fazer avançar a luta de classes para a ditadura do proletariado. Por ditadura do proletariado, o autor esclarece que se refere ao

exercício do poder político pela classe trabalhadora como um toda, não uma ditadura limitada imposta aos trabalhadores por uma minoria dirigente de burocratas privilegiados. Sob o termo “ditadura do proletariado”, como o termo

é aqui usado, a classe trabalhadora exerce o poder estatal dentro de um quadro institucional que emerge de conselhos soberanos, centralizados de trabalhadores democraticamente eleitos (soviets) (p. 8)

Em outros textos Ulman menciona uma a possibilidade de construção de revolução socialista mundial (1986), afirma que um marxista estende a aceitação da luta de classes à aceitação da ditadura do proletariado. Apesar de suas defesas, Ulman reconhece que muitos behavioristas radicais estão interessados na ideia de planejamento cultural, no entanto, mais no sentido utópico de Skinner (1948) do que na forma revolucionária de Marx.

Ribes (1985) também define o marxismo como uma teoria que requer o posicionamento de “uma luta política do lado da classe social (nesse momento histórico) cuja superação só pode se dar superando as contradições materiais concretas que a configuram como classe: o proletariado” (p. 277-278).

3.2.5.3 Não aparece.

Na terceira categoria estão trabalhos que não apresentam concepções de transformação social. Foster (1978) não apresenta uma concepção própria, mas aponta os problemas de ter uma teoria com um programa político. O autor defende, implicitamente, que as teorias devem ser neutras. Nos textos de Osuna (1993) e Fedorov (2003) as discussões centram-se apenas em torno de temas teóricos e os autores não explicitam sua posição em relação à transformação social.

3.3 Análise

A maior parte dos trabalhos tem as concepções de Skinner como referência de behaviorismo. Contudo, mesmo buscando trabalhos de análise do comportamento de forma mais dirigida, foram encontrados quatro textos que discutiam mais behaviorismo do que análise do comportamento. Convém destacar que esses trabalhos foram publicados em língua espanhola. Nesta língua o termo “*conductismo*” (behaviorismo) foi utilizado no levantamento bibliográfico, o que pode ter resultado em trabalhos que não tinham o behaviorismo radical como fundamento, como inicialmente proposto. No entanto, vale ressaltar que dois desses trabalhos (Ribes, 1985 e Freixa e Baqué, 1985), apesar de usarem o termo de modo mais amplo, foram publicados em uma revista especializada de análise do comportamento.

Na discussão evidenciada no capítulo 1, percebeu-se que não há consenso quanto às principais correntes da filosofia que influenciaram o behaviorismo radical. Foram apontadas diferentes correntes como o positivismo, o pragmatismo, o contextualismo, o representacionismo e o modelo “pós-moderno” de ciência.

Nos textos analisados há críticas à ideia de filiação ao positivismo, como em Mishler (1976) e Osuna (1993). Já Ardila (1980) afirma que a filosofia que mais se aproxima da psicologia é o “neopositivismo-lógico” e Urdy (2005) afirma que a filosofia que ampara as mudanças desde a fundação do behaviorismo é uma forma de “pós-positivismo”.

Outros trabalhos também criticam uma suposta filiação ao positivismo. Para Fedorov (2010) o behaviorismo radical está alinhado com o materialismo, não com o positivismo ou pragmatismo. Para Ulman (1979, 1991) transcende pressupostos mecanicistas e positivistas, mas complementa e é complementado pelo materialismo dialético. Há também discussão sobre o pragmatismo, Ulman (1995) afirma que esse conceito e o marxismo são irreconciliáveis, eticamente, politicamente e filosoficamente. O autor aproxima o behaviorismo radical ao materialismo histórico.

Para Urdy (2005), o behaviorismo e o marxismo se aproximam de uma concepção prática e utilitarista com a ideia da prática como critério de verdade, e simultaneamente afirma que eles são contextualistas sistêmicos (dialéticos) por conceberem a realidade como um todo dinâmico, composto de intercâmbios recíprocos entre as partes.

A partir dos exemplos acima, é possível observar que também não há consenso sobre a filosofia que embasa o behaviorismo. Por exemplo, há autores que fazem críticas à filiação ao positivismo e outros que defendem essa associação a ele. É importante ressaltar que nos textos analisados não apareceram menções ao contextualismo, ao representacionismo e ao modelo “pós-moderno” como bases do behaviorismo.

Não há uma única concepção de marxismo nos textos analisados. Em todos os textos, o marxismo aparece como um campo do conhecimento, ou seja, tem o objetivo de estudar a sociedade capitalista. Contudo, em metade deles, o marxismo aparece também como guia para a ação, com diferentes acepções que serão abordadas no eixo referente à concepção de transformação social.

A maior parte dos trabalhos no eixo de fundamentos faz discussões a partir das visões da teoria comportamental e a menor fração parte apenas do marxismo. Essa assimetria indica que pode haver mais behavioristas em busca do corpo de conhecimentos, práticas e metas do marxismo do que marxistas interessados nos métodos de estudos e práticas sobre o comportamento humano.

Corroborando esta tese, textos classificados como “behaviorismo” ou “ambos” no eixo referente aos fundamentos defendem a ideia de complementaridade entre o behaviorismo e o marxismo, ao passo que os textos que fazem sua discussão apenas a partir do marxismo apresentam críticas ao behaviorismo ou a teses apresentadas por autores dessa abordagem.

É importante destacar também que a proposta de complementaridade não aparece de uma única maneira. Percebeu-se que essa ideia de contribuição mútua varia desde uma perspectiva de “melhorar o mundo”, apontando para diferentes teorias de transformação social, contribuindo com a luta de classes em uma via revolucionária.

No eixo referente às concepções de transformação social, os pontos de vista referentes à categoria mudança e crítica social podem ser relacionados à concepção da emancipação política apresentada no segundo capítulo, no sentido de que não ultrapassam o quadro da sociedade burguesa. A ideia de “melhorar o mundo”, “desmistificar explicações ideológicas” e fazer um planejamento cultural tal como apresentadas mantêm a estrutura das relações de poder.

As concepções presentes na categoria “revolucionária” se vinculam ao conceito de emancipação humana. Nos textos que se enquadram nessa categoria aparece a ideia de extinção das classes sociais e a supressão da propriedade privada. Apesar das aproximações com o que foi discutido no capítulo 2, como a necessidade de uma revolução radical ao lado do proletariado para a efetivação da emancipação humana, é importante ressaltar que os trabalhos não se posicionam quanto à centralidade do trabalho, isto é, não compartilham necessariamente da posição do trabalho como categoria ontológica fundamental.

Outra questão importante a ser mencionada é o fato de que a “ditadura do proletariado” tal como aparece em Ulman (1979, 1986) ou a luta ao lado do proletariado (Ribes, 1985) parece ser como ponto de chegada, de modo que não foi possível encontrar essa discussão de forma clara nesse processo. Tal concepção é diferente da apresentada no capítulo 2, em que a apropriação dos meios de produção com o controle consciente e coletivo, dos trabalhadores sobre a totalidade do processo produtivo permite a apropriação das riquezas produzidas pela humanidade e o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades humanas.

A análise dos textos indica que os behavioristas buscaram complementaridade com o marxismo, mas marxistas não buscaram recursos do behaviorismo. De modo geral, o diálogo entre ambos parece se direcionar em busca de uma teoria que analise a sociedade, tornando possível analisar não apenas o comportamento individual. Contudo, não foram observadas possíveis contradições nesse diálogo, com vistas a finalizar esse trabalho, no próximo tópico

serão discutidas algumas contradições e possibilidades de avanço encontradas durante a pesquisa.

Considerações finais

Este trabalho buscou apresentar relações entre análise do comportamento e marxismo, a partir de uma pesquisa bibliográfica utilizando como fonte principal artigos. Nos dois primeiros capítulos apresentaram-se os fundamentos e alguns conceitos básicos da análise do comportamento e do marxismo. No terceiro capítulo apresentou-se um resumo dos textos e uma categorização dos dados a partir de cinco eixos de análise: 1) os fundamentos dos trabalhos, 2) a concepção de behaviorismo, 3) concepção de marxismo, 4) tipo de relação e 5) concepção de transformação social.

Apesar de haver diferenças entre a análise do comportamento e o behaviorismo, optou-se por utilizar este último por ser um termo de maior amplitude e ser utilizado nos trabalhos pesquisados. Há de se considerar também que foi preciso ampliar o universo vocabular das palavras-chave utilizadas no levantamento, tendo em vista que na busca incluiu-se as palavras *behaviorism* e *conductismo*, o que possibilitou ampliar as fontes dessa pesquisa.

Creio que é pertinente a posição de Urdy (2005), para quem é um erro identificar o behaviorismo com apenas um modelo metodológico específico, tendo em vista que apesar de haver especificidades e diferenças entre os enfoques sob o termo “behaviorismo”, analistas do comportamento continuam com postulados próximos de outras vertentes do behaviorismo. Em 1942, Tilquin publicou um livro em que elencava cinco postulados do behaviorismo: materialismo, funcionamento neural dos arcos reflexos, continuidade entre as espécies e a psicologia como uma ciência prática. Tonneau (2006) afirma que quatro desses postulados continuam influentes entre analistas do comportamento, apenas o segundo, que entra em conflito com o conceito skinneriano de comportamento emitido.

Os textos analisados abrangem quatro décadas de produção científica sobre as relações entre o behaviorismo e o marxismo. O início da produção ocorreu em meados da década de 70 e se estende até o início da década corrente, mas vale destacar que as décadas de 80 e 90 do século passado concentram quase dois terços das produções analisadas.

Antes da década de 70 não havia um contexto favorável para o desenvolvimento desse tipo de produção. Nesse período as produções no campo da análise do comportamento e do behaviorismo de modo geral centravam-se em pesquisas experimentais básicas em laboratório. A aplicação dos princípios formulados a partir da análise experimental do comportamento surge no final da década de 60 e ganha força nos anos 70.

No campo da análise do comportamento, a preocupação com questões culturais começa a aparecer com mais intensidade na década de 70 e ganha força na década de 80. Nos Estados Unidos, berço do behaviorismo e país que concentra metade da produção analisada, Ulman (1995) afirma que o marxismo, após ter ficado “adormecido” na ciência social desde os anos 40, foi reintroduzido nos anos 70. Neste sentido, a emergência dos estudos sobre cultura e preocupações com problemas sociais no behaviorismo (radical) e o ressurgimento do marxismo no cenário acadêmico estadunidense forneceram a base para a elaboração de trabalhos que buscam tratar da relação entre essas duas áreas.

De outro lado, a queda do Muro de Berlim e o fim do chamado “socialismo real” na União Soviética, bem como ataques que se seguiram ao marxismo podem ter contribuído para uma progressiva redução desse tipo de estudos. No levantamento, houve um predomínio de produções estadunidenses e latino-americanas e não foram encontradas discussões em língua portuguesa. Neste sentido, o presente trabalho buscou contribuir com o resgate de um tipo de estudo marginalizado na história da psicologia, em especial no Brasil.

A partir dos capítulos de fundamentação e dos textos analisados até o presente momento, é possível pensar em algumas aproximações entre a análise do comportamento e o marxismo. Um ponto central que os aproxima é o fato de ambos serem materialistas, excluindo eventos não naturais, por consequência, criticando o mentalismo e o idealismo, respectivamente.

Em relação à ação política concreta, há semelhanças entre a análise do comportamento e o marxismo. De um lado, Ulman (1995) afirma que poucos se aventuram além dos limites de uma reforma gradual. O autor afirma que há trabalhos comprometidos com reformas até aqueles que veem no behaviorismo radical possibilidades de contribuição para uma via revolucionária. De outro, a despeito da inserção de Marx e Engels no movimento operário, há tradições marxistas reformistas e marxistas acadêmicos que não se engajam em nenhuma ação concreta na luta de classes.

A maior parte dos textos analisados estabelece uma relação de complementaridade entre a análise do comportamento e o marxismo, mas nenhum dos textos propõe uma síntese entre ambos, no sentido de uni-los em uma única ciência, mas buscam possibilidades de interlocução quanto a metas e métodos utilizados, resguardando as especificidades das áreas.

É possível destacar um ponto de contradição importante: enquanto Ulman (1995, 1996) declara o seu projeto como uma ciência natural, o marxismo parte da constatação de que o trabalho, fundamento ontológico da realidade social, é radicalmente histórico e social, e, portanto, não pode ser uma ciência natural. É necessária uma reflexão sobre a concepção de

ser humano, sociedade e de ciência presentes no marxismo e no behaviorismo para se pensar as possibilidades e o que significa transformação social dentro das áreas.

Watson, no seu manifesto de 1913, declarava abertamente o behaviorismo como ciência natural. Ulman faz o mesmo com relação à behaviorologia. Cabe aqui a pergunta: o que é uma ciência natural? Ledoux (2002) afirma que “as ciências naturais são definidas como disciplinas que lidam apenas com eventos naturais (i.e., variáveis dependentes e independentes na natureza) usando métodos científicos” (p. 34). Nessa concepção de ciência, o “método científico” privilegiado é a experimentação.

Tal concepção de experimentação – definida como a manipulação de uma variável independente e a observação de seu efeito sob uma variável dependente – não é exclusiva do behaviorismo e está presente em quase todos os manuais modernos de psicologia como o método científico que a psicologia adquiriu de ciências mais estabelecidas, como a física (Winston & Blais, 1996).

Com o intuito de investigar de como essa visão chegou aos manuais de psicologia e se é comum ou única à psicologia, Winston e Blais (1996) compararam manuais da área de psicologia, sociologia, biologia e física das décadas de 30, 50 e 70. Segundo os autores, na psicologia, houve um grande aumento entre os anos 30 e 70 no uso de variáveis independentes e dependentes para definir o que é um experimento. Nos anos 70, os textos quase universalmente alertam para os perigos de se inferir causalidade de correlação e descrevem experimentos como um método mais preciso e confiável, ao passo que outros métodos deveriam ser empregados apenas quando a experimentação era impossível ou não ética.

Em comparação, no campo da biologia, nos anos 70, um experimento era definido com mais frequência como observação controlada do que manipulação ativa. Nos textos de física, tomada tradicionalmente por psicólogos como o modelo de ciência, a maior parte dos textos não trazem definição de experimentação na discussão de métodos sobre métodos de pesquisa. Quando há definição de experimento, elas geralmente são mais amplas do que os textos de psicologia e com um significado diferente de manipulação de uma variável, como estudos empíricos e observações controladas (Winston & Blais, 1996). Neste sentido, Winston e Blais (1996) afirmam que experimentos podem compartilhar semelhanças superficiais entre diferentes disciplinas, o que dá aparência de unidade no método, ao mesmo tempo que há divergências profundas.

Winston e Blais (1996) apontam que a visão padrão da metodologia nos manuais de psicologia pode ser entendida como uma ansiedade e uma tentativa de legitimar a psicologia

como uma ciência fundamentalmente prática. A incerteza e as discordâncias sobre os métodos ameaçariam o status científico da psicologia, diferente do campo da física cujo status estabelecido torna desnecessárias discussões sobre método e uma definição estreita de experimentação. Para os autores:

a consagração da variável independente manipulada ajudou a justificar o estudo de laboratório da mudança de atitudes, da agressão, competição concorrência, desenvolvimento moral, e outros fenômenos socialmente incorporados na abordagem a-histórica, acultural e descontextualizada que era tão comum nas décadas de 1950 e 1960. Como Danziger (1990) mostrou, o isolamento de variáveis ambientais desta forma pressupunha e apoiava um modelo de existência humana altamente individualista (s.p.)

A inclusão da análise do comportamento ou da behaviorologia como uma ciência natural tem, portanto, implicações para se pensar a relação com o marxismo. A redução de fenômenos à dinâmica da natureza entra em conflito com uma posição que considera a historicidade dos fenômenos. Os princípios advindos do behaviorismo são válidos para comportamentos simples. Mas não se pode ampliar a análise (com metacontingências, por exemplo), sem levar em conta a historicidade dos fenômenos. Na relação com o marxismo, isso pode apagar sua radicalidade e as possibilidades de transformação do ser social.

Outro ponto de divergência observado a partir da discussão dos fundamentos do behaviorismo e do marxismo diz respeito à noção de teleologia. Na leitura apresentada no capítulo 2, afirmamos que o ato de trabalho em Marx tem um caráter teleológico, se desenvolve a partir da antecipação na consciência do fim a ser atingido. Já Skinner “é contrário à ideia da intencionalidade causal do comportamento, que troca pela concepção de história de interações” (Carrara, 2005, p. 185).

Skinner (1974) afirma que uma das críticas mais frequentes contra o behaviorismo é inabilidade em lidar com propósito ou intenção. Para o autor, contudo, não é possível buscar dentro do organismo os determinantes de sua ação. Neste sentido ele afirma que termos como “significado” e “intenção” geralmente ocultam referências a variáveis independentes e é importante explicar o que determina o “significado” ou “propósito” por uma análise funcional (Skinner, 1953/2003).

Segundo Skinner (1974/2002), “o comportamento operante é o próprio campo do propósito e intenção. Por sua própria natureza, ele se dirige para o futuro: uma pessoa age a fim de que algo aconteça e finalidade aqui significa uma ordem temporal de eventos” (p. 50). Segundo De Rose (1982), o comportamento operante para Skinner é orientado para o futuro, mas não pode ser explicado por sua finalidade. Segundo o autor, “Skinner rejeita

enfaticamente a explicação do comportamento como efeito de um propósito estabelecido previamente na mente do indivíduo” (p. 7) e os determinantes do comportamento devem ser procurados na história anterior do indivíduo.

De Rose (1982) destaca que quando o indivíduo toma consciência de seu propósito, isto é, é capaz de descrever as contingências, é possível pensar um sentido em que o propósito pode desempenhar um papel causal mais ativo. Contudo, a consciência do indivíduo sobre a ação não é necessária para ocorrência do comportamento operante.

A ideia de propósito tem importância no marxismo tendo em vista que, na medida em que o homem produz a sociedade e a si mesmo por meio do trabalho para satisfação de suas necessidades, ele está no controle para mudar a sociedade mudando as relações de produção. Contudo, a posição de Skinner não nos parece incompatível com a visão marxiana quando se leva em conta que se o ser social é radicalmente histórico, seu propósito não é natural, mas também passível de explicação.

Um modelo de seleção pelas consequências não nos parece incompatível com uma análise do trabalho como fundamento ontológico, mas é importante frisar que há diferenças na concepção dos autores e o que foi apresentado no presente trabalho. Ardila (1980) menciona as transformações que o homem faz no mundo por meio do trabalho e na forma como a história e a sociedade moldam o homem. Para Ulman (1991), um passo para uma síntese entre a ciência do comportamento e tecnologia da transformação da sociedade é a tradução do conceito de trabalho de Marx em termos behaviorológicos.

Ribes (1985) e Urdy (2005) discutem o papel da linguagem e do trabalho. Em Ribes (1985) o trabalho aparece como dimensão essencial de vinculação prática entre os indivíduos e como ação transformadora da realidade social, ou seja, das relações entre os indivíduos, possui significação coletiva que se dá em circunstâncias e consequências mediadas pelos indivíduos através da linguagem. Urdy (2005) afirma que é necessário recorrer a uma análise científica das contingências que mantêm a infraestrutura composta pelos sistemas de produção e distribuição da riqueza para mudar suas bases. Urdy (2005) coloca a linguagem como comportamento, que possibilita o intercâmbio de objetos e produtos, e o trabalho como comportamento, que inclui formas complexas em que se troca a força de trabalho por uma porção do valor do produto produzido.

Nesses dois últimos autores, o trabalho aparece como ato social que fundamenta os vínculos sociais, mas não como intercâmbio entre o homem e a natureza através do qual são produzidos os bens materiais necessários à existência humana. Falta discussão sobre como o trabalho funda uma realidade social e sobre a historicidade do ato de trabalho.

No capítulo 1, foi possível observar que não há consenso quanto à filiação filosófica do behaviorismo radical e nem do behaviorismo de modo geral. Nos textos analisados, os autores adotam diversas posições que não convergem para uma única concepção de ciência e projeto societário. Neste sentido, não é possível identificar *a priori* na análise do comportamento e seus fundamentos uma concepção que negue a possibilidade de diálogo com o marxismo. No entanto, é possível destacar alguns elementos que entram em contradição com alguns fundamentos discutidos no capítulo 2.

No capítulo 3, a análise mostrou que a maior parte dos textos limita o marxismo a um campo de conhecimento ou método de estudos. Isso converge para uma tendência gnosiológica, isto é, uma tendência que toma o marxismo fundamentalmente como um modo de conhecer o mundo, sem a preocupação com os fundamentos ontológicos do ser social e a possibilidade de superação das configurações sociais atuais.

Por exemplo, Alcaraz (1985) identifica alguns dos fundamentos materiais que conformaram alguns dos conceitos presentes na psicologia e Osuna (1993) o critica pela falta de uso de conceitos importantes na tradição marxista. Apesar da pertinência da análise tanto dos fundamentos materiais quanto da crítica, é importante ter cuidado nas discussões para não reduzir o pensamento marxiano a uma teoria do conhecimento.

Por outro lado, os trabalhos de Ulman são os que mais se afastam dessa concepção e se aproximam de uma concepção revolucionária, no sentido de que explicita textualmente a necessidade de mudança das relações de produção com o controle pelos trabalhadores. No entanto, falta nos textos de Ulman a explicitação da concepção mais original e radical do pensamento de Marx: uma ontologia do ser social. Um estudo profundo dos fundamentos concretos do ser social poderia contribuir com uma visão para além da derrubada da sociedade burguesa.

Compreender o trabalho como fundamento de uma concepção ontológica, entender os fundamentos materiais do ser social, é necessário para se entrever a possibilidade da emancipação humana. Segundo Costa (2012), “a radicalidade de Marx está em compreender o movimento do real para transformá-lo revolucionariamente, de acordo com as possibilidades engendradas pelo ser social criado pela atividade humana” (s.p.). A apreensão da teoria marxiana como uma ontologia do ser social permite visualizá-la não apenas como uma crítica às relações de produção no capitalismo e as consequências por elas engendradas, mas também como estudo da formação da sociedade de classes desde o início da história humana, bem como a superação de tais classes. O resgate da historicidade do ser social aponta para a

superação não apenas da sociedade burguesa, mas do próprio fundamento de uma sociedade dividida em classes.

Como sugestão para futuros trabalhos, sugere-se discutir se as concepções de transformação social proposta pelos trabalhos analisados têm um papel ideológico, isto é, o de naturalizar uma determinada concepção de sociedade. Sugere-se também explorar o conceito de práxis que aparece em alguns trabalhos (Mishler, 1976; Ulman, 1979; Alcaraz, 1985; Urdy, 2005) e investigar se há aproximações com a tradição marxista.

E o que mudou quatro décadas depois da primeira publicação encontrada? Os estudos podem ter reduzido ao longo do período analisado, mas a tarefa histórica da construção da emancipação humana não perdeu sua atualidade.

Referências

- Abib, J. A. (1997). *Teorias do Comportamento e Subjetividade na Psicologia*. São Carlos: EDUFSCar.
- Abreu, J. L. (1990). Controle dos resíduos sólidos com envolvimento de população de baixa renda. *Rev. Saúde públ.*, 24, 398-406.
- Alcaraz, V. M. (1985). Algunos mitos sobre la conducta: El marco ideológico de nuestra sociedad. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 11(3), 125-174.
- Andery, M., & Serio, T. (2001). A violência urbana: aplica-se à análise da coerção? Em R. A. Banaco (Ed.), *A violência urbana: aplica-se à análise da coerção?* (pp. 423-433). Santo André: ESETec.
- Andery, M., & Sérgio, T. (2003). ¿Metacontingencias y dialéctica: ¿son incompatibles? *Revista Latinoamericana de Psicología*, 35(3), 273-280.
- Ardila, R. (1980). Conductismo y Marxismo. *Revista de Psicología Geral y Aplicada*, 35(6), pp. 955-967.
- Ardila, R. (2013). J.B. Watson, a psicologia experimental e o condutismo 100 anos depois. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(1), pp. 312-319.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (3ª ed.). São Paulo: Edições 70.
- Baum, W. (2006). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Borges, L., & Yamamoto, O. (2004). O Mundo do Trabalho. Em J. Zanelli, J. Borges-Andrade, & A. Bastos (Eds.), *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

- Cançado, C., Soares, P., & Cirino, S. (2005). O behaviorismo: uma proposta de estudo do comportamento. Em A. Jacó-Vilela, A. Ferreira, & F. Portugal (Eds.), *História da Psicologia: rumos e percursos* (pp. 179-194). Rio de Janeiro: Nau Ed.
- Carrara, K. (2004). Causalidade, relações funcionais e contextualismo: algumas indagações a partir do behaviorismo radical. *Interações*, 9(17), 29-54.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: crítica e metacrítica*. São Paulo: UNESP.
- Carrara, K., & Gonzalez, M. (1996). Contextualismo e mecanicismo: implicações conceituais para uma análise da Análise do Comportamento. *Didática*, 199-217.
- Caru, D., & Freixa i Baqué, E. (s.d.). *Le béhaviorisme et la gauche en France: histoire d'un rendez-vous manqué*. Acesso em 28 de Outubro de 2014, disponível em http://esteve.freixa.pagesperso-orange.fr/behaviorisme_et_gauche_en_france.pdf
- Carvalho Neto, M. B. (2002). Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em Psicologia*, 6(1), pp. 13-18.
- Coe, S. P. (1980). *Marxism and Psychology: A Bibliography*. New York: American Institute for Marxist Studies (AIMS).
- Costa, G. M. (2012). *Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Demo, P. (2000). Definindo Conhecimento Científico. Em P. Demo, *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- De Rose, J. C. C. (1982). Consciência e propósito no behaviorismo radical (pp. 67-91). Em B. Prado Jr, (Org.). *Filosofia e Comportamento*. São Paulo: Brasiliense.
- Dinsmoor, J. A. (1992). Setting the Record Straight: The Social Views of B. F. Skinner. *American Psychologist*, 47(11), 1454-1463.

- Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo Radical, Ética e Política*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Dittrich, A., Strapasson, B., Silveira, J., & Abreu, P. (2009). Sobre a Observação enquanto Procedimento Metodológico na Análise do Comportamento: Positivismo Lógico, Operacionismo e Behaviorismo Radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, pp. 179-187.
- Duarte, N. (2008). Relações entre ontologia e epistemologia e a reflexão filosófica sobre o trabalho educativo. Em N. Duarte, *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação*. Campinas: Autores Associados.
- Duarte, N. (2013). *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados.
- Fedorov, A. A. (2010). Behaviorology and Dialectical Materialism: On the Way to Dialogue. *Psychology in Russia: State of the art*, 3(1), pp. 171-180.
- Figueiredo, L., & Santi, P. (2000). *Psicologia: uma (nova) introdução* (2ª ed.). São Paulo: EDUC.
- Foster, S. P. (1978). Marxism and Behaviorism: Ideological Parallels. *Dialogue*, 1-8.
- Freixa i Baqué, E. (1985). El conductismo y el Marxismo en Francia: El conductismo, Skinner, la izquierda y los otros. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 175-237.
- Freixa i Baqué, E. (1992). El Conductismo en Francia: la Figura de Pierre Naville. *Psicothema*, 4(2), 593-606.
- Galindo, E. (2004). Análisis del desarrollo de la Psicología en México hasta 1990. Con una bibliografía in extenso. *Psicología para América Latina*(2). Acesso em 17 de 05 de 2015, disponível em http://psicolatina.org/Dos/analisis_psicol.html

- Gil, A. C. (2002). Como delinear uma pesquisa bibliográfica? Em A. C. Gil, *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Goertzen, J. R. (2008). On the Possibility of Unification. *Theory & Psychology*, 18(6), pp. 829-852.
- Goodwin, C. J. (2005). *História da psicologia moderna* (1ª ed.). São Paulo: Cultrix.
- Guerin, B. (1992). Behavior Analysis and the Social Construction of Knowledge. *American Psychologist*, 47(11), 1423-1432.
- Guerin, B. (2003). Combating Prejudice and Racism: New Interventions from a Functional Analysis of Racist Language. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 13, pp. 29-45.
- Holland, J. G. (1973). ¿Servirán los principios conductuales para los revolucionarios? Em F. Keller, & E. Iñesta (Eds.), *Modificación de Conducta: Aplicaciones a la educación* (pp. 265-281). México: Trillas.
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the Problem or Part of the Solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174.
- Hull, C. L. (1943). *Principles of Behavior*. New York: Appleton.
- Iamamoto, M. V. (2001). A questão social no capitalismo. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, 2(3), pp. 9-31.
- Johnson, R., & Geller, S. (1984). Contingent versus noncontingent rewards for promoting seat belt usage. *Journal of Community Psychology*, 12, pp. 113-122.
- Lacerda Jr., F. (2010). *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi*. Tese de Doutorado, PUC-Campinas, Campinas.
- Lacey, H., & Schwartz, B. (1986). Behaviorism, Intentionality, and Socio-Historical Structure. *Behaviorism*, 14(2), 193-210.

- Laurenti, C. (2012). O lugar da Análise do Comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367-376.
- Ledoux, S. F. (2002). Defining natural sciences. *Behaviorology Today*, 5(1), 34-36.
- Lessa, S., & Tonet, I. (2011). *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lima, T., & Miotto, R. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, 10(2), pp. 37-45.
- Lopes, C. E. (2009). O projeto de psicologia científica de Edward Tolman. *Scientiae Studia*, 7(2), 237-250.
- Lüdke, M., & André, M. (1986). A análise de dados e algumas questões relacionadas à objetividade e à validade nas abordagens qualitativas. Em M. Lüdke, & M. André, *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas* (pp. 45-53). São Paulo: EPU.
- Lukács, G. (1979). *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas.
- Malagodi, E. F. (1986). On Radicalizing Behaviorism: A Call for Cultural Analysis. *The Behavior Analyst*, 9(1), 1-17.
- Malott, R. W. (1996). A behavior-analytic view of sexuality, transsexuality, homosexuality, and heterosexuality. *Behavior and Social Issues*, 6(2).
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2011). Pesquisa Bibliográfica. Em M. Marconi, & E. Lakatos, *Metodologia do Trabalho Científico* (7ª ed., pp. 43-77). São Paulo: Atlas.
- Marx, K. (1867). *O Capital*. Acesso em 01 de Abril de 2016, disponível em Arquivo Marxista na Internet: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm>

Marx, K. (2004). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial. (Original publicado em 1932).

Marx, K. (2010). *Sobre a questão Judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Marx, K. (25 de Maio de 2016). *Para a Crítica da Economia Política*. Fonte: Marxists Internet Archive: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>

Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial. Original publicado em 1846.

Meira, M. E. (2000). Psicologia Escolar: Pensamento Crítico e Práticas Profissionais. Em E. Tanamachi, M. Proença, & M. Rocha (Eds.), *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos* (pp. 35-71). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Melo, C. (2008). *A Concepção de Homem no Behaviorismo Radical e Suas Implicações para a Tecnologia do Comportamento*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

Melo, C., & Machado, V. (2013). Análise Comportamental da Cultura – Parte 2. Em M. Moreira (Ed.), *Comportamento e Práticas Culturais* (p. 302). Brasília: Instituto Walden4.

Miles, W. R. (1964). Walter Bowers Pillsbury 1872-1960. *Nat. Acad. Sci. Biog. Mem.*, 37, 267-291.

Minayo, M. C. (1994). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec.

Mishler, E. G. (1976). Skinnerism: Materialism Minus the Dialectic. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 6(1), pp. 21-47.

Montgomery Urday, W. (2005). Marxismo y Conductismo en Psicología: Un Debate Interminable. *Revista Electrónica del Instituto Psicología y Desarrollo*, 2(4).

- Moore, J. (1985). Some Historical and Conceptual Relations among Logical Positivism, Operationism, and Behaviorism. *The Behavior Analyst*, 8(1), 53-63.
- Netto, J. P. (1994). *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Newman, B. (1991). Only Empiricism is Compatible with Behavior Analysis: A Response to the Socialism and Behaviorism Debate. *Behavior and Social Issues*, 1(2), pp. 15-24.
- Osuna, I. B. (1993). Conductismo y Marxismo Leninismo. *Revista Cubana de Psicología*, 10(1), 13-26.
- OXFAM. (2016). *An Economy for the 1%*. Acesso em abril de 2016, disponível em https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-en_0.pdf
- Prilleltensky, I. (1991). Radical behaviorism and the social order. *Counseling and Values*, 36(2), 104-111.
- Prilleltensky, I. (1994). On the Social Legacy of B.F. Skinner: Rhetoric of Change, Philosophy of Adjustment. *Theory & Psychology*, 4(1), 125-137.
- Ribes Iñesta, E. (1985). ¿Conductismo o marxismo?: Un falso dilema. *Revista mexicana de análisis de la conducta*, 11(3), pp. 255-295.
- Rodríguez, L. (2005). Walden dos: crítica al paradigma económico moderno. *Diversitas*, 1(2), pp. 217-226.
- Romero, V. M. (1985). Algunos mitos sobre la conducta. El marco ideológico de nuestra sociedad. *Revista mexicana de análisis de la conducta*, 125-174.
- Ruiz, M. R. (2015). Behaviourisms: radical behaviourism and critical inquiry. In I. Parker (Ed.), *Handbook of Critical Psychology* (pp. 33-42). Routledge International.

Sá, C. P. (1985). *O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Sá-Silva, J., Almeida, C., & Guindani, J. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), pp. 1-15.

Schultz, D., & Schultz, S. (2002). *História da Psicologia Moderna* (16ª ed.). São Paulo: Cultrix.

Selltiz, C., Jahoda, M., Deutsch, M., & Cook, S. (1967). O estabelecimento de categorias. Em C. Selltiz, M. Jahoda, M. Deutsch, & S. Cook, *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais* (pp. 440-451). São Paulo: Editora Herder e Editora da Universidade de São Paulo.

Silva, E., & Menezes, E. (2001). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (3ª ed.). Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.

Silveira, D., & Córdova, F. (2009). A pesquisa científica. Em T. Gerhardt, & D. Silveira (Eds.), *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Skinner, B. F. (1938). *The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1960). Pigeons in a Pelican. *American Psychologist*, 15(1), 28-37.

Skinner, B. F. (1978). *O Comportamento Verbal*. São Paulo: Cultrix. Original publicado em 1957.

Skinner, B. F. (1978). *Walden II: Uma sociedade do futuro*. (R. Moreno, & N. Saraiva, Trans.) São Paulo: EPU. Original publicado em 1948.

Skinner, B. F. (1983). *O Mito da Liberdade*. (E. Rebelo, Trad.) São Paulo: Summus.

Skinner, B. F. (1987). Why we are not acting to save the world. Em B. F. Skinner, *Upon Further Reflection* (pp. 1-14). Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Skinner, B. F. (1999). The Concept of the Reflex in the Description of Behavior. Em B. F. Skinner, *Cumulative Record* (pp. 419-441). B.F. Skinner Foundation.

Skinner, B. F. (2002). *A Análise Operacional de Termos Psicológicos*. Acesso em 14 de Fevereiro de 2016, disponível em Instituto TCR:
http://www.itercampinas.com.br/pdf/skinner/analise_operacional.pdf. Original publicado em 1945.

Skinner, B. F. (2002). *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix. Original publicado em 1974.

Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes. Original publicado em 1953.

Skinner, B. F. (2005). *Science and Human Behavior*. The B.F. Skinner Foundation. Fonte:
<http://www.bfskinner.org/newtestsite/wp-content/uploads/2014/02/ScienceHumanBehavior.pdf>. Original publicado em 1953.

Souza, O., & Domingues, A. (2012). Emancipação Política e Humana em Marx: Alguns Apontamentos. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, pp. 67-81.

Strapasson, B. A. (2012). A caracterização de John B. Watson como behaviorista metodológico na literatura brasileira: possíveis fontes de controle. *Estudos de Psicologia*, 17(1), 83-90.

Tilquin, A. (1942). *Le behaviorisme: Origine et de'veloppement de la psychologie de réaction en Amérique*. Paris: Vrin.

Tonet, I. (2005). *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Acesso em Abril de 2016, disponível em
http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf

- Tonet, I. (2011). Educação e Ontologia Marxiana. *HISTEDBR*(número especial), pp. 135-145.
- Tourinho, E. Z. (1996). Behaviorismo Radical, Representacionismo e Pragmatismo. *Temas em Psicologia*, 4(2), pp. 41-56.
- Ulman, J. D. (1979). A critique of "Skinnerism: Materialism Minus the Dialectic". *Behaviorists for Social Action Journal*, pp. 1-8.
- Ulman, J. D. (1986). A Behavioral-Marxist Reply to Schwartz and Lacey. *Behaviorism*, 14(1), 45-50.
- Ulman, J. D. (1991). Toward a Synthesis of Marx and Skinner. *Behavior and Social Issues*, 1(1), pp. 57-70.
- Ulman, J. D. (1995). Marxist theory and behavior therapy. Em W. O'Donohue, & L. Krasner (Eds.), *Theories of behavior therapy: Exploring behavior change* (pp. 529-552). Washington: American Psychological Association.
- Ulman, J. D. (1996). Radical behaviourism, selectionism and social action. Em I. Parker, & R. Spears (Eds.), *Psychology and society: Radical theory and practice* (pp. 81-92). London: Pluto.
- Ulman, J. D. (1998). Toward a more complete science of human behavior: Behaviorology plus institutional economics. *Behavior and Social Issues*, 8(2).
- Watson, J. B. (2008). Clássico traduzido: A psicologia como o behaviorista a vê. *Temas em Psicologia*, 289-301. Original publicado em 1913.
- Winett, R., & Winkler, R. (1972). Current behavior modification in the classroom: Be still, be quiet, be docile. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 5(4), 499-504.
- Winston, A. S., & Blais, D. J. (1996). What counts as an experiment?: A transdisciplinary analysis of textbooks, 1930-1970. *The American journal of psychology*, 109(4), 599.

Yamamoto, O. H. (1987). *A Crise e as Alternativas da Psicologia*. São Paulo: Edicon.

ANEXOS

ANEXO A - Lista de artigos não utilizados durante a pesquisa em razão da indisponibilidade ou dificuldade de acesso do material

Green, J. R. (1972). Behavioralism and class analysis: A review essay on methodology and ideology. *Labor History*, 13(1), 89-106.

Reynolds, J. (1973). Skinner, Beyond Freedom and Dignity. *Political Affairs*, 52, 49-53;

Reynolds, J. (1974). Behavior modification: psycho-fascism in disguise. *Political affairs*, 53(5), 15-26.

Reynolds, J. (1974). Behavior modification. *Marxian Review*, 1974-75.

Grenness, C. E. (1975), Atferdpsykologi og marxistisk vitenskapelighet. *Vardøger*, 7, 149-169.

Kolbe, W. (2016). BF Skinner's Radical Behaviorism: Logical Positivism or Dialectical Materialism?. *Behaviorists for Social Action Journal*, 1(1), 29-55.

Holowinsky, I. Z. (1985). Soviet psychology and its view of American behaviorism. *Psychological reports*, 56(3), 803-810.

Kvale, S. (1985). Skinner's radical behaviorism and behavior therapy. An outline for a Marxist critique. *Revista mexicana de análisis de la conducta*, (3), 239-254.

Rakos, R. F. (1988). Capitalism, socialism, and behavioral therapy. *Behavior Analysis & Social Action*, 6, 16-22.